Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Nicoli Santos Ferraz

Mapeamento participativo das favelas do Rio de Janeiro:
do vazio cartográfico ao espetáculo da integração

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Fernando Betim Paes Leme

Rio de Janeiro
Abril de 2016

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Nicoli Santos Ferraz

Mapeamento participativo das favelas do Rio de Janeiro:
do vazio cartográfico ao espetáculo da integração

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Fernando Betim Paes Leme
Orientador
Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

Prof. Marcos Favero
Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

Profa. Andrea da Rosa Sampaio
UFF

Profa. Denise Berruezo Portinari
Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2016

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Nicoli Santos Ferraz

Graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2013), Mestrado em Arquitetura pela Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro - PUC-Rio, Linha de Pesquisa: Métodos e Processos de Projeto (2016). Tem experiência em projetos nas áreas de Design de Informação, Design Gráfico e Cartografia Digital.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Ficha Catalográfica

Ferraz, Nicoli Santos

Mapeamento participativo das favelas do Rio de Janeiro : do vazio cartográfico ao espetáculo da integração / Nicoli Santos Ferraz ; orientador: Fernando Betim Paes Leme. – 2016.
172 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2016.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura – Teses. 2. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 3. Mapeamento. 4. Favela. 5. História do Rio de Janeiro. 6. Participação. I. Leme, Fernando Betim Paes. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Dedico esta dissertação

aos meus amores,
Elisonete Bezerra dos Santos e
Thayz Guimarães Gonçalves.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Fernando Betim Paes Leme, pela liberdade e confiança referente ao presente trabalho, além da indiscutível amizade e compreensão em momentos difíceis.

Aos Professores Andréa da Rosa Sampaio e Marcos Favero, pelas valiosas contribuições que me deram na Banca de Qualificação do trabalho.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos professores e colegas do PPGARQ – PUC-Rio, que, de diversas maneiras, contribuíram para este trabalho.

Ao curso de extensão "Favelas Cariocas: Ontem e Hoje", ministrado pelos professores Rafael Gonçalvez, Mario Brum e Mario Amoroso, no qual tive a oportunidade de conhecer pesquisadores que pensam de formas tão distintas, o que enriqueceu significativamente a minha percepção sobre o tema abordado.

A enorme diversidade que me rodeia, por me ajudar a captar diferentes olhares sobre a mesma realidade.

Agradeço de forma especial a Flavia Maia, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que sempre se mostrou disposta a trocar informações e esteve comigo em momentos cruciais na elaboração desta dissertação.

Agradeço imensamente a todos os entrevistados que, apesar da vontade de se manterem anônimos, confiaram no meu trabalho, me abriram portas e me deram o privilégio de registrar questões levantadas por eles.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Resumo

Ferraz, Nicoli Santos; Leme, Fernando Betim Paes. **Mapeamento participativo das favelas do Rio de Janeiro: do vazio cartográfico ao espetáculo da integração**. Rio de Janeiro, 2016. 172p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Partindo de uma percepção empírica acerca da crescente demanda por mapeamento em favelas do Rio de Janeiro, o trabalho se lança numa investigação do *quando*, *como* e *por que* ocorreram tais avanços na representação destes territórios. Para responder ao *quando,* revisitamos a história das favelas cariocas – e, consequentemente, da gradual conquista de direitos sociais adquiridos por seus moradores –, contrapondo-a com sua representação nos mapas históricos encontrados. Neste ponto, destacamos dois aspectos: o aumento exponencial do número de projetos de mapeamento em favela no contexto de preparação da cidade para os megaeventos, especialmente nas favelas dotadas de UPP; e a utilização recorrente do conceito de mapeamento participativo por grande parte dos projetos, que lançam mão da *expertise* dos moradores locais (das favelas). Desenvolvemos um método particular de análise dos projetos, por meio do qual foi possível concluir que, apesar de quase todos os projetos se venderam como participativos, em raros casos a população é convidada a pensar criticamente as ações de mapeamento e a elaboração do método, ou mesmo as implicações da ação, o registro da memória local etc. Assim, ao acompanhar de perto projetos de dois grandes agentes (Google e Prefeitura do Rio de Janeiro), a conclusão a que se chega é de que o que está no centro não é o conteúdo dos projetos em si nem a melhoria de vida da população das favelas, mas sim a promoção e o espetáculo da realização de tais ações.

Palavras-chave

Mapeamento; Favela; História do Rio de Janeiro; Participação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Abstract

Ferraz, Nicoli Santos; Leme, Fernando Betim Paes (Advisor). **Participatory mapping of Rio de Janeiro's favelas: from cartographic empty to integration of spectacle**. Rio de Janeiro, 2016. 172p. MSc. Dissertation - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Based on an empirical perception of the growing demand for mapping the favelas of Rio de Janeiro, the present work launches an investigation about the when, how and why there have been such advancements on the representation of these areas. To respond to when, we revisited the history of Rio's favelas — and, consequently, the gradual achievement of social rights acquired by its residents — opposing this background to its representation in historical maps. At this point, we highlight two aspects: the exponential increase of the number of favelas' mapping projects, especially of the ones where there are Police Pacification Units (UPP), due to the city's preparation for the mega events (World Cup and Olympics); and the recurrent use of the participatory mapping concept in most of the projects that make use of local residents' expertise. Based on this reflection, we have developed a particular method to analyse the projects, through which it was possible to conclude that, despite the fact that most of the projects sell themselves as 'participatory', there are some rare cases in which the population is actually invited to think critically about the mapping actions and the development of the method, or even about the implications of these actions, the records of the local memory etc. Therefore, after close monitoring of two great agents' projects (Google and City Hall of Rio de Janeiro), one can conclude that their core is not based on the content of the projects themselves, nor on the life improvement of the favelas' population, but on the promotion and the spectacle of performing such actions.

Keywords

Mapping; Slum; History of Rio de Janeiro; Participation

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Sumário

1. Introdução 17

2. As Favelas Luminosas 22
2.1. O Espetáculo da Integração 23
2.2. O Dinheiro sobe o Morro 30

3. Histórico de Representação das Favelas nos Mapas: da Opacidade à Luminosidade 32
3.1. Vazio Cartográfico: Favelas Opacas (surgimento-1960) 34
3.2. Gradativas Conquistas Sociais (1960-1990) 49
3.3. Urbanização e Valorização (1990-2007) 55
3.4. Integração e Espetáculo (2007-presente) 58

4. Narrativa e Participação nos Projetos de Mapeamento 70

5. Levantamento e Análise de Projetos de Mapeamento 78
5.1. Carteiro Amigo 79
5.2. WikiMapa 82
5.3. Mapa Rápido Participativo 86
5.4. Mapeamento Digital de Riscos Socioambientais Guiados pela Juventude 93
5.5. Aids e Comunidades 95
5.6. Guia de Ruas da Maré 97
5.7. Agentes da TransformAção 98
5.8. Tá no Mapa 99
5.9. Cartografia Social e Urbana 113
5.10. Mapa da Articulação Intersetorial para a Promoção da Saúde do Rio de Janeiro 114
5.11. Na Área 115

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

5.12. Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro 116
5.13. Guia de Bolso das Favelas 117
5.14. Guia Cultural das Favelas 121
5.15. Cartografia Social: Olhares de Jovens da Maré 123
5.16. Projetos Jovens Construtores 125
5.17. Considerações sobre a Participação nos Projetos Apresentados 126

6. Tá no Mapa: Acompanhamento do Mapeamento do Cantagalo 130

7. O fim do Rio+Social: Arquivamento dos Mapeamentos 139

8. Considerações finais 147

9. Referências bibliográficas 151

10. Anexo: Entrevista com Renato Herzog, gerente do projeto Tá no Mapa 163

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Lista de Figuras

Figura 1: Imagem superior, recorte do mosaico fotográfico em escala 1/2000 de 1928. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Imagem inferior, planta cadastral de 1935, feita a partir do mosaico fotográfico de 1928. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2015). 38

Figura 2: Morro dos Prazeres, região central do Rio de Janeiro, com morro encoberto por uma mancha branca no mosaico fotográfico de 1928. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2015) 39

Figura 3: À esquerda, foto de Augusto Malta denominada "Favela do Leme", feita em 1928. Fonte: Portal Augusto Malta (2015). À direta, Carta da área definida no artigo primeiro do decreto nº 24.515 de 1934. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo (2015)..... 40

Figura 4: Trecho do projeto para a construção da escadaria Saint Roman, em 1933, com destaque da região embrionária da favela. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo (2015) e RIBEIRO (2003), editado pela autora..... 41

Figura 5: Decreto de desapropriação número 6.607 de 21 de dezembro de 1939. Ao lado esquerdo, o decreto sobreposto à área atuação da UPP do complexo de favelas Cantagalo, Pavão-Pavãozinho. Fonte: Rio+Social (2015), editado pela autora. Ao lado direito, trecho do mapa sinalizando a área de desapropriação. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo (2015). 42

Figura 6: Documento da Secretaria Geral de Viação e Obras com detalhamento do projeto de construção da Estrada do Cantagalo. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo..... 45

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Figura 7: Decreto de desapropriação número 8.053 de 16 de fevereiro de 1945, com loteamento da região, com uma motagem da autora sobrepondo os dois documentos e comprovando a consonância das ações. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo. Editado pela autora 45

Figura 8: Municípios do Rio de Janeiro: distribuição das favelas de 1948/1950. Fonte: ABREU, 2013 apud PARISSE, LUCIEN, 1969. 47

Figura 9: Mapa da favela do Morro do Cantagalo preparado pelo IBGE para uso dos recenseadores. Fonte: Valladares, 2015 apud Revista Brasileira de Estatística, v. 14, n. 55, jul/set. 1953. 48

Figura 10: Projeto de 1952 do túnel que liga a Rua Barata Ribeiro à Rua Sá Ferreira, do Departamento de Urbanismo. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo 49

Figura 11: Mapa da Sagmacs com a localização das favelas em destaque (1960). Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1960. Editado pela autora. 51

Figura 12: Recorte da cadastral de 1976 em escala 1:2.000. Fonte: Acervo Cartográfico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 53

Figura 13: Recorte da cadastral de 1976 em escala 1:10.000. Fonte: Acervo Cartográfico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 53

Figura 14: Montagem das plantas do projeto Cada Família um Lote na região do Complexo de favelas Cantagalo Pavão-pavãozinho, com destaque para a favela do Cantagalo em amarelo. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo. Editado pela autora..... 55

Figura 15: Foto aérea da favela do Cantagalo de 1999 e 2013. Fonte: Sabren. Editado pela autora. 57

Figura 16: Mapa da favela do Cantagalo anexado a lei LEI Nº 4.815. Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2008..... 59

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Figura 17: Mapa anexado ao Decreto nº 33015 que indica o limite de pavimentos por subzonas na favela Cantagalo. Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2010 60

Figura 18: Áreas de Especial Interesse Social em 2011. Fonte: Veríssimo (2011) 61

Figura 19: Comparação na região do Rio Comprido em 2011 e 2013. Fonte: comitepopulario.wordpress.com 62

Figura 20: Imagem do Google Maps editada pelos autores. Em amarelo a localização correta da favela Cantagalo. Imagem gerada pela autora em 21 de Outubro de 2015. 63

Figura 21: Trecho do mapa da Sabren onde ficam localizadas as favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Fonte: Sabren 64

Figura 22: Resultado do Mapeamento de Logradouros feito pelo Rio+Social em 2013 nas favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Fonte: Instituto Pereira Passos (2013) 65

Figura 23**:** Recorte do Mapa Turístico Oficial do Rio de Janeiro. Fonte: Riotur, 2015 66

Figura 24**:** Mapa de Uso do Solo da cidade do Rio de Janeiro editado pela autora com destaque para os projetos de mapeamento, além das áreas identificadas e cadastradas como favelas no Sistema de Assentamento de Baixa Renda do IPP atualizadas até 2015, da marcação das favelas com UPP's e do cinturão olímpico. Fonte: A autora. 67

Figura 25**:** Mapa das remoções feitas pela gestão do prefeito Eduardo Paes entre os anos de 2009 e 2013. Fonte: Faulhaber e Azevedo (2015) 68

Figura 26**:** Gráfico de análise da participação. Fonte: A autora. 78

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Figura 27**:** Elementos do Gráfico de análise da participação. Fonte: A autora. 79

Figura 28**:** Os dados, atualizados diariamente, para criar o mapa. Fonte: Mier (2014)..... 80

Figura 29**:** A versão cartográfica do mapa do Carteiro Amigo. Fonte: Mier (2014) 81

Figura 30**:** Participação no projeto Carteiro Amigo. Fonte: A autora. 81

Figura 31**:** Participação no projeto WikiMapa. Fonte: A autora. 83

Figura 32**:** Imagem feita pelos autores dos pontos Mapeados pelo aplicativo WikiMapa na favela Santa Marta. Fonte: A autora. 84

Figura 33**:** Favela Vidigal dividida em 33 microáreas. 89

Figura 34**:** Diagnóstico sobre a distribuição de água do Mapa Rápido Participativo do território Coroa/Fallet/Fogueteiro. Fonte: MundoGeo..... 91

Figura 35**:** Participação no projeto Mapa Rápido Participativo. Fonte: A autora. 92

Figura 36**:** Jovens do Mapeadores. Fonte: http://www.cedaps.org.br 94

Figura 37**:** Pontos mapeados pelo Mapeamento Digital de Riscos Socioambientais Guiado pela Juventude referentes ao acúmulo de lixo. Fonte: http://locast.mit.edu/unicef/ 95

Figura 38**:** Participação no projeto Mapeamento Digital Guiado pela Juventude. Fonte: A autora. 95

Figura 39**:** Mapa Aids e Comunidade utilizando a plataforma Mootiro. Fonte: http://maps.mootiro.org/project/6/map 96

Figura 40**:** Participação no projeto Aids e Comunidades. Fonte: A autora. 97

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Figura 41**:** Página interna do livreto do Guia de Ruas da Maré. Fonte: www.morula.com.br 98

Figura 42**:** Participação no projeto Guia de Ruas da Maré. Fonte: A autora. 98

Figura 43**:** Favelas participantes da primeira fase do projeto Agentes da TransformAção. Fonte: Instituto Pereira Passos (2013)..... 99

Figura 44**:** Participação no projeto Agentes da TransformAÇÃO. Fonte: A autora. 100

Figura 45**:** Favela Pavão-Pavãozinho antes e depois do projeto de mapeamento do Tá no Mapa. Fonte: AFROREGGAE (2015), editado pela autora..... 101

Figura 46**:** Participação no projeto Tá no Mapa!. Fonte: A autora..... 106

Figura 47**:** Participação no projeto Cartografia Social e Urbana. Fonte: A autora. 114

Figura 48**:** Participação no projeto Mapa da Articulação Intersetorial para Promoção da Saúde no Rio de Janeiro. Fonte: A autora. 115

Figura 49**:** Participação no Na Área. Fonte: A autora. 116

Figura 50**:** Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/OnePane/basicviewer/index.html?appid=64b54cbc5a76401d977f14ecc863fa31 118

Figura 51**:** Participação no projeto Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: A autora..... 119

Figura 52**:** Guia de Bolso das Favelas. Fonte: A autora. 120

Figura 53**:** Detalhamento do mapa do Guia de Bolso das Favelas, das favelas Chapéu Mangueira e Babilonia. Fonte: A autora. 121

Figura 54**:** Participação no projeto Guia de Bolso de Favelas. Fonte: A autora. 121

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Figura 55**:** Participação no projeto Guia Cultural de Favelas. Fonte: A autora. 122

Figura 56**:** Participação no projeto Cartografia social: Olhares de Jovens da Maré. Fonte: A autora. 123

Figura 57**:** Jovens desenhando o mapa para o projeto Cartografia social: Olhares de Jovens da Maré. Fonte: Fase (2015) 124

Figura 58**:** Mapa do projeto "Cartografia social: Olhares de Jovens da Maré". Fonte: Fase (2015) 125

Figura 59**:** Participação no projeto Projetos Jovens Construtores e ReciclAção. Fonte: A autora. 126

Figura 60**:** Timeline com o levantamento dos projetos de mapeamento. Fonte: A autora 129

Figura 61**:** Gráfico do Google Trends sobre a busca do termo "Favela". Fonte: A autora. 131

Figura 62**:** Gráfico do Google Trends sobre a busca do termo "Favela" relacionando à "localização". Fonte: A autora. 131

Figura 63**:** Estrutura do Instituto Pereira Passos em 2015, segundo Supervisora de Gestão Territorial entrevistada. Fonte: A autora. 142

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Os mapas são definidos por aquilo que incluem, mas, seguidamente, são mais reveladores no que excluem.
(TURCHI, 2004)

1
Introdução

O mapeamento de favelas (e todos os aspectos que envolvem a questão) começou a despertar meu interesse quando, pela primeira vez, notei que as duas grandes empresas de mapeamento global, Google e Microsoft, estavam investindo vultosas quantias para inserir, o mais rápido possível, esses territórios nos mapas digitais do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, e em contrapartida a tais medidas, o prefeito da cidade, Eduardo Paes, travava a maior ação de remoção de favelas já ocorrida na história do Rio. Dessa contradição nasceu esta pesquisa, e muitos foram os seus desdobramentos.

Seis camadas de aproximação ao tema compõem o texto, e a cada uma corresponde uma perspectiva da questão levantada. A primeira, que constitui a primeira parte, pretende elucidar a questão "Por que nos últimos anos ocorreu um crescente de projetos de mapeamento em favela?". Para responder à questão, recorremos a Milton Santos (1996). Segundo o autor, os territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais tendem a atrair atividades econômicas – o autor chama estes espaços de "territórios luminosos". Com a promoção dos grandes eventos no Rio de Janeiro, principalmente os Jogos Olímpicos de 2016, as favelas tornam-se uma questão central para a projeção da imagem da cidade para o mundo. Neste contexto, parte da estratégia para que o Rio cediasse as Olimpíadas foi a paulatina transformação da imagem da "favela violenta" para a "favela pacificada". Dessa forma, as favelas cariocas, em especial as localizadas no cinturão olímpico[1], estão sendo convertidas, ainda que parcialmente, cada vez mais de espaços opacos para luminosos, atraindo políticas públicas e investimentos de capitais, o que, consequentemente, demanda ações de mapeamento.

[1] Segundo Calvalcanti (2013), convencionou-se chamar de cinturão olímpico a região que inclui toda a Zona Sul e parte das Zonas Norte e Oeste da cidade que têm despertado especial interesse, seja por sua importância para a logística de eventos como as Olimpíadas, seja por seu apelo para o mercado imobiliário.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Apesar de sua disseminação estar no cerne de incontáveis decisões políticas, a favela, ainda hoje, não é representada da mesma forma que os demais espaços da cidade, e essa diferença em relação à dita "cidade formal" pode ser facilmente notada no Direito, nos mapas e em diversas outras representações sociais. Tais representações legitimam e apoiam determinadas ações, como, por exemplo, no presente, as amplas remoções empreendidas pelo poder público no contexto de preparação da cidade para megaeventos esportivos.

Sabendo que o pesquisador é fruto de seu tempo e que a História tende a se encharcar de presentismo, isto é, a tendência do passado é sempre ser visto pela ótica do presente e o presente, de ser lido de acordo com o lugar social e a identificação cultural do pesquisador, buscou-se ao máximo uma desnaturalização e um distanciamento do olhar através da pesquisa histórica. Desse modo, apesar do acervo de mapas de favelas serem precários, recorremos a relatos orais, decretos municipais de desapropriação, projetos urbanos, projetos residenciais, fotos aéreas, plantas cadastrais e imagens digitais, e conduzimos a segunda parte da dissertação a partir de uma pesquisa histórica das favelas cariocas, contrapondo-a com sua representação nos mapas históricos encontrados. O capítulo foi dividido em quatro partes, que dialogam com quatro fases de representação que reconhecemos nos mapas das favelas cariocas: (1ª) Vazio cartográfico; (2ª) Gradativas conquistas sociais; (3ª) Urbanização e valorização; (4ª) Integração e espetáculo.

A pesquisa histórica esclarece a conversão da favela carioca em espaço luminoso: fica claro que, como destaca Boaventura Santos (2001), tal como o Direito, os mapas são distorções reguladas de territórios sociais, e essas construções sociais, os mapas, foram moldadas à luz do conceito de favela do seu tempo. No momento atual, o mapeamento, como todas as ações de integração da favela à "cidade asfalto", acontece muito pautado na divulgação e nos desdobramentos midiáticos que essas ações podem gerar.

Nos últimos seis anos – e de forma mais incisiva nos últimos dois anos –, após mudanças na política urbana de segurança pública, a exemplo da implantação de UPPs, combinadas às políticas sociais (melhoria do salário mínimo, transferências condicionais de renda para combate à pobreza, políticas assistenciais de saúde da família e de assistência social), percebe-se um crescente interesse por parte do poder público, de empresas e também de grupos sociais em inserir as favelas nos mapas. Na maioria dos casos, isso tem se dado de forma participativa, valendo-se da expertise de seus moradores.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Na acepção de Milton Santos (2009), o crescente interesse do poder público e privado pelas favelas acontece porque as mesmas estão cada dia mais luminosas – mais atrativas e mais adaptadas às exigências da globalização. Paradoxalmente, sua opacidade continua a ser "ativamente produzida", na medida em que representações sociais, como o Direito ou os mapas, dentre outras, varrem algumas favelas, ou alguns de seus elementos para além do limite do olhar, o que faz com que elas sejam representadas como elementos periféricos, irrelevantes ou ilegítimos, nos termos de Boaventura (2001). Assim as transformações relativas à luminosidade e à opacidade se dão de forma associada.

Na terceira parte do texto, propõe-se um olhar atento sobre a questão do mapeamento participativo e sobre como se constrói a narrativa dos projetos. Para tal, dialoga-se com autores como Pasolini, Lyotard, Calvino, entre outros. Pasolini (1990), em seu texto "Discurso dos cabelos", nos alerta sobre como o Mercado se apropria de e transforma discursos, segundo seus interesses. Santos (2001) e Calvino (2002) destacam que não é possível representar um território no mapa tal qual ele é na realidade. Lyotard (2004) inclui na discussão que a escala, o recorte e as informações adicionadas ao mapa estão condicionados à regra de mercado, no qual tomam o protagonismo e tem maior valor o saber que pode ser comercializado.

Baseados nesta reflexão, desenvolvemos um método particular de análise dos projetos de mapeamento participativo, através da criação de um Gráfico de Análise, apresentado na quarta parte do texto. Analisamos dezesseis projetos ao todo, e através dessa análise foi possível concluir que, apesar de quase todos os projetos se venderem como participativos, em raros casos a população é convidada a pensar criticamente as ações de mapeamento e a elaboração do método, ou mesmo as implicações da ação, o registro da memória local etc. Além, é claro, de se valerem da expertise dos moradores para agilizar o processo, percebemos que o conteúdo destes mapas é legitimado por meio da participação dos moradores de favela no processo, ainda que eles, quase sempre, não tenham autonomia de pensar a forma e o conteúdo que deverá ser incluído. Contudo, o mapa é "vendido" como se a autoria fosse dos próprios moradores e, por isso, um registro da "verdade". O indivíduo, grupo ou organização responsável pela metodologia e desenvolvimento do mapa, nesse momento, fica em segundo plano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Curiosamente, estas iniciativas de mapeamento vêm associadas a ações de apagamento de determinadas favelas ou de alguns de seus aspectos. A empresa Google, por exemplo, que hoje financia o projeto de mapeamento participativo "Tá no Mapa", em 2014 eliminou e substituiu a palavra "favela" por "morro" em seu mapa digital, após sucessivos pedidos da Secretaria de Turismo da cidade do Rio de Janeiro. Em mapas oficiais, a Prefeitura, por sua vez, ora evidencia determinados aspectos de determinados territórios – quase sempre aqueles ditos pacificados –, ora "apaga" as favelas como um todo em imagens que promovem a cidade em nível nacional e internacional.

A quinta e a sexta parte do texto constituem-se de pesquisa de campo, para investigar de perto questões levantadas anteriormente. Na quinta parte acompanhamos o projeto de mapeamento *Tá no Mapa*, criado em 2013 pela agência publicitária JWT sob encomenda da ONG Grupo Cultural AfroReggae, e financiado pela Google. Até o momento, o projeto já mapeou cinco favelas cariocas (Parada de Lucas, Rocinha, Vidigal, Vigário Geral e Complexo do Caju) e outras seis estão em processo de implementação (Cantagalo, Chapéu Mangueira, Babilônia) ou de mapeamento (Pavão-Pavãozinho, Dona Marta e Ladeira dos Tabajaras). Com o discurso de promover o "reconhecimento digital" dos moradores das favelas, o projeto "Tá no Mapa" se apresenta com o objetivo de mapear todas as favelas da cidade até 2016. Acompanhamos *in loco* o mapeamento que aconteceu na favela Cantagalo, situada entre os bairros de Copacabana e Ipanema, bem como o treinamento da equipe de mapeadores. Na ocasião, entrevistamos os coordenadores do projeto, a equipe envolvida e o responsável da agência publicitária JWT. Escolhemos este projeto como objeto empírico por ser financiado pela principal empresa de mapeamento digital, a Google, que é hoje a companhia mais valiosa dos Estados Unidos no mercado de ações e a maior empresa de mídia do mundo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

O "Mapa Rápido Participativo" (MRP), por sua vez, foi detalhado na sexta parte do texto. Trata-se de um projeto lançado pelo Instituto Pereira Passos em 2012 e que se enquadra no escopo do Rio+Social. O MRP é voltado para o desenvolvimento da situação urbana das favelas pacificadas (com UPP) da cidade. O mapa tem por função o registro e a análise do caráter heterogêneo dos territórios, divididos por áreas (Centro, Zona Sul, Zona Norte, Barra/Jacarepaguá, Zona Oeste). No período de 2012 a 2013 foram mapeadas 122 favelas. Escolhemos este projeto por considerarmos importante entender o posicionamento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

do Estado nesse processo e, além disso, contrapor com o projeto "Tá no Mapa", desenvolvido pela iniciativa privada. Para que fosse possível um entendimento do projeto, nos valemos de entrevistas semiestruturadas com pessoas de diferentes hierarquias do Rio+Social.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

2
As Favelas Luminosas

Hoje a velocidade da circulação de informações, capitais e indivíduos é inigualável se comparada a outros períodos históricos. Para Milton Santos (1996), estamos diante de algo novo, denominado meio técnico-científico-informacional, que se define pela união entre a ciência e a técnica (já existentes no meio técnico-científico anterior) com os recursos da informação, constituindo a cara geográfica da globalização (SANTOS, 1996).

Pela primeira vez nos defrontamos com um único sistema técnico presente no mundo todo, superpondo-se aos sistemas técnicos anteriores, tornando-se, então, um sistema técnico hegemônico, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política (SANTOS, 1994).

Essa densidade de informação, segundo Milton Santos (1996), acarreta uma seletividade especial por parte das empresas e do capital. As porções territoriais dotadas de informação "competem vantajosamente com as que dela não dispõe" (SANTOS, 1996, p. 194). Nesse contexto, o autor conceitua "territórios luminosos"[2] como aqueles que acumulam densidades técnicas e informacionais e, portanto, se tornam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais e tecnologia. Os territórios em que estas características estão ausentes são, em contrapartida, chamados pelo autor de territórios opacos.

Os territórios opacos, nos quais as inovações não chegam, se situariam entre os intervalos dessas redes tecnológicas-informacionais. Esses territórios são opacos exatamente por não atenderem as expectativas de um meio atrativo aos investimentos capitalistas e nem à sua lógica racional produtiva. Para Santos, são espaços da "contra-racionalidade", tornados irracionais para usos hegemônicos,

[2] A utilização dos conceitos de luminosidade e opacidade em referência à visibilidade das favelas cariocas foi desenvolvida em parceria com Flavia Neves Maia, doutoranda da FAU-UFRJ. Através desse diálogo, desenvolvemos dois artigos: (1) Análise da representação de favelas cariocas em mapas: O caso do Cantagalo e (2) Jogos de luz e sombra: Reflexões sobre a difusão de mapeamentos participativos digitais de favelas no Rio das Olimpíadas de 2016.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

por conta de sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas (SANTOS, 1996).

Percebe-se então que as favelas cariocas (em especial as localizadas no cinturão olímpico[3]) estão sendo convertidas, ainda que parcialmente, cada vez mais de espaços opacos para luminosos. Este processo é indiciado por diversos fatores que serão destacados no decorrer da dissertação. O que pretendemos pôr em relevo neste capítulo são as razões que levaram a desencadear esse processo.

2.1.
O Espetáculo da Integração

Segundo David Harvey (2005), para enfrentar a mudança econômica e social provocada pela reestruturação industrial e tecnológica dos últimos 30 anos, as cidades vêm se tornando cada vez mais empreendedoras em detrimento da função tradicional de administradoras.

> "As políticas urbanas globais estão na ordem do dia, e a sua importância está expressa na competição entre cidades dos mais diversos países do mundo pelas candidaturas para sediar as Olimpíadas" (EGLER, 2005 p. 02)

O interesse que o capital4 tem na construção da cidade é semelhante à lógica de uma empresa que visa o lucro – aspecto importante do capitalismo. Após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os Estados Unidos construíram os subúrbios de uma maneira muito rentável (HARVEY apud NOBREGA; DAFLON, 2013). Nos últimos 30 anos, o que temos visto é a reocupação da maioria dos centros urbanos com megaprojetos, e muitos destes projetos associam a urbanização ao espetáculo. Para Harvey, a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro é um exemplo dessa espetacularização,

[3] Segundo Calvalcanti (2013), convencionou-se chamar de cinturão olímpico a região que inclui toda a Zona Sul e parte das Zonas Norte e Oeste da cidade que têm despertado especial interesse, seja por sua importância para a logística de eventos como as Olimpíadas, seja por seu apelo para o mercado imobiliário.

[4] "O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de produção da vida social por meio da produção de mercadoria em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida." (HARVEY, 1992, p. 307)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

que retoma a descrição de Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo (HARVEY apud NOBREGA; DAFLON, 2013).

> "A aspiração de colocar a cidade no novo mapa do mundo é perseguida por hábeis gestores do *city marketing* que fabricam também uma nova cidadania, um novo modo de ser e viver na cidade. É o que chamamos de cidade-espetáculo" (SÁNCHEZ, 1999, p.67).

Harvey acredita que o capital pode usar os Jogos Olímpicos como instrumento de investimento e mais lucratividade. Invariavelmente, entre as consequências dos megaeventos estão as remoções de moradores de determinadas áreas. Para o autor, este é um contexto que ilustra como o capital gosta de construir as cidades à revelia do que é a cidade na qual as pessoas podem viver bem. Esta lógica tem sido utilizada em diversos lugares do mundo, não apenas no Rio de Janeiro, para viabilizar megaeventos (HARVEY apud NOBREGA; DAFLON, 2013).

> "A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de êfemeros aos problemas urbanos. Mas estes são, em geral, altamente especulativos. O preparo para se candidatar aos Jogos Olímpicos, por exemplo, é um exercício caro que pode ou não valer a pena." (HARVEY, 2005, p. 59)

Como já dito, acreditamos que a promoção de megaeventos como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, da Jornada Mundial da Juventude e da Copa do Mundo de Futebol, para citar apenas alguns exemplos recentes, são indícios claros de ações para promover a cidade. Mas, para que esses "espetáculos" aconteçam, é preciso que seja adotado, em nível local, um planejamento estratégico como instrumento viabilizador desta série de ações, que cristalize as intenções pretendidas pelo poder econômico. Assim, tais ações aparecem justificadas dentro de um projeto maior.

Para Kaufman e Jacobs (1987) o planejamento estratégico representou uma transposição dos conceitos do planejamento de empresas para o planejamento urbano. Com o planejamento estratégico, entende-se que todos os atores da cidade estão integrados, portanto, a ação sobre qualquer um deles afeta os demais.

A "participação" dos atores, entretanto, muitas vezes fica restrita àqueles setores mais ligados ao capital econômico (VAINER, 1999). Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. (VAINER, 1999, p. 8).

Dessa forma, o plano estratégico "cumpre um mesmo papel de desregular, privatizar, fragmentar, e dar ao mercado um espaço absoluto" (MARICATO, 2009, p. 15).

> "Ele reforça a ideia da cidade autônoma, a qual necessita instrumentar-se para competir com as demais na disputa por investimentos, tornando-se uma "máquina urbana de produzir renda". A cidade como "ator político" deve agir corporativamente com esse fim (leia-se, minimizando os conflitos internos) para sobreviver e vencer. Trata-se da "cidade corporativa" ou da "cidade pátria" que cobra o esforço e o "consenso" de todos em torno dessa visão abrangente de futuro. Para tanto ela deve preparar-se, e apresentar alguns serviços e equipamentos exigidos de todas as cidades globais, tais como hotéis cinco estrelas, centros de convenções, pólos de pesquisa tecnológica, aeroportos internacionais, mega-projetos culturais, etc., para vender-se com competência." (MARICATO, 2009, p. 15)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Na cidade do Rio de Janeiro, o planejamento estratégico surge em 1993, com a criação do *Rio Sempre Rio*. O plano caracterizou-se pela participação de atores sociais dos setores público e privado, numa tentativa de promoção do desenvolvimento local. Sua versão final foi entregue em setembro de 1995 e evidenciava o interesse dos envolvidos na sua elaboração em promover projetos de dimensão cultural, no sentido de permitir à cidade atrair cada vez mais fluxos de pessoas. Isto já indicava também o modo como pretendiam inserir, mais competitivamente, a cidade na economia global (GUANAIS; FISCHER, 1999). Para realizar esta missão, foram elaboradas sete estratégias:

> " o Carioca do Século XXI (com ações de geração de emprego e renda, qualificação profissional, políticas de juventude, atendimento à saúde e inserção da população de terceira idade na vida social); Rio Acolhedor (prevendo melhorias ambientais e dos espaços públicos, além de fortalecer a sociabilidade nos bairros); Rio Participativo (criando um sistema municipal de informações, promovendo formação para a cidadania e aperfeiçoando o sistema de segurança pública); Rio Integrado (cujos objetivos eram o estímulo à construção de imóveis residenciais no centro da cidade, o desestímulo à favelização e a melhoria da gestão do sistema de transporte de massa); Portas do Rio (voltada para o aperfeiçoamento do transporte de mercadorias e do serviço de telefonia); Rio Competitivo (visando atrair empresas, especialmente as de serviços de alta tecnologia); e Rio 2004 – pólo regional, nacional e internacional (almejando tornar-se sede dos Jogos Olímpicos 2004, criando atrações turísticas diferenciadas, tornando o centro da cidade um pólo cultural)." (OLIVEIRA, 2009, p.3)

A estratégia “Rio Integrado”, já no plano divulgado em 1995, prevê a urbanização e a regularização fundiária, e considera como uma de suas metas a redução da área favelizada, especialmente na Zona Sul e na área central da cidade.

Nesta lógica, as favelas presentes nessa centralidade não dialogam com a promoção internacional desencadeada pelo planejamento estratégico do Rio de Janeiro, publicado em 1995, e muito menos agora, com a eminência do início dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

De lá para cá, surgiram outros dois planos estratégicos para cidade do Rio de Janeiro. O mais recente, lançado em 2013, pelo então prefeito Eduardo Paes, destaca a preparação da cidade para grandes eventos, com a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Para isso, é destacado como principal frente de atuação a parceria com o setor privado (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Em reportagem publicada na revista Piauí pela jornalista Malu Gaspar (2016), diversos aliados do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, afirmaram que ele quer ser lembrado como "o prefeito que mais transformou o Rio desde Carlos Lacerda e Pereira Passos". Paes ganhou notoriedade política em 1993, quando, como subprefeito da Zona Oeste (Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá e bairros próximos), promoveu uma ampla remoção de moradores de favelas. Na época, surgiram vários conflitos com moradores desalojados que acusavam o subprefeito de fazer o jogo das grandes incorporadoras. A imprensa local, por outro lado, elogiava suas ações, o que fez com que Paes se tornasse o vereador mais votado do país em 1996, com 82 mil votos.

De acordo com Lucas Faulhaber (2012), atendendo a uma lógica empresarial, a Prefeitura do Rio de Janeiro, comandada por Eduardo Paes, estabeleceu metas de acompanhamento de resultados para o cumprimento de seus objetivos - e aqui é preciso ressaltar que os servidores e agentes terceirizados receberiam bonificações de acordo com seu desempenho. Em se tratando da Secretaria Municipal de Habitação, por exemplo, seus funcionários possuem uma meta de redução de 5% da área favelizada da cidade, ou seja, trata-se a questão destes assentamentos como uma questão paisagística ou ambiental. Esta lógica conflui para o que se trata, segundo Felipe Betim (2015) e Faulhaaber (2012), do período histórico com o maior número absoluto de remoções na cidade,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

"ultrapassando os governos de Carlos Lacerda (1961-1965; 30.000 remoções) e de Pereira Passos (1902-1906; 20.000 remoções), que sempre foram os principais representantes dessa política" (BETIM, 2015).

Segundo Faulhaber e Azevedo (2015), foram removidas mais de 67 mil pessoas entre os anos de 2009 e 2013, na gestão do prefeito Eduardo Paes. O prefeito defente suas ações:

> "A gente oferece aluguel social de 400 reais, indenizações ou uma unidade do Minha Casa, Minha Vida. É verdade, boa parte dos apartamentos fica na zona oeste. Mas a pessoa pode optar. Dizem que o valor do aluguel é baixo, mas eu tenho 9 mil famílias inscritas no programa. Se ele não concorda com o valor da indenização, pode recorrer à Justiça. Aliás, as indenizações que oferecemos estão superfaturadas, mas como é por uma boa causa ninguém reclama." (ESTADÃO RIO, 2015)

Harvey, entre outros autores, nos alerta para outra forma de remoção. De acordo com o autor,

> "se há populações de baixa renda em terras de alto valor, uma das estratégias é dar títulos de propriedade aos moradores dessas áreas, sob o argumento da regularização fundiária e da garantia da moradia. […] Porque propriedade o capital pode comprar. Assim começa um processo de reocupação dessas áreas e sua consequente gentrificação. Por outro lado, uma forma de manter os preços baixos em determinadas comunidades é ter projetos incompletos. Então, o estado oferece intervenções, mas não as termina. E, desse jeito, os moradores vendem a terra a um preço baixo e saem do local. Quando a oferta chega, a infraestrutura ainda não está lá. Essa estratégica é típica nos Estados Unidos, onde se compram propriedades e as levam à decadência forçadamente. Desse jeito, desvalorizam um bairro inteiro e, num período de dez anos, é possível reocupá-lo comprando propriedades no entorno. Como o estado está envolvido nisso? Depende de lugar para lugar. Às vezes, o estado é apenas incompetente e não sabe o que está fazendo. Nesse caso, o estado pode começar uma obra e simplesmente parar no meio. Não necessariamente é uma estratégia deliberada. Mas em alguns casos é. E responde aos interesses privados. Nesses casos, há de fato uma estratégia quando uma empresa quer atuar em determinado lugar. E se decide começar uma obra já sabendo que não vai terminá-la. Ao não se terminarem projetos de infraestrutura, abre-se caminho para a chegada das empresas privadas." (HARVEY apud NOBREGA; DAFLON, 2013)

As remoções materiais são acompanhadas de remoções simbólicas em diversas representações da cidade. As favelas localizadas na região central, próximas ao cinturão olímpico, e que não sofreram processos de remoções passam, então, pelo processo de transição de espaços opacos para espaços luminosos. Com as obras de infraestrutura para acomodar os megaeventos, seus espaços sofrem uma grande valorização, o que as tornam mais aptas a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologias etc.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Parte da estratégia para que o Rio de Janeiro cediasse os Jogos Olímpicos foi a paulatina transformação da imagem da "favela violenta" para a "favela pacificada". Essa virada era necessária para vencer a disputa para cediar o evento, pois era preciso garantir a imagem de cidade segura durante os jogos. Dessa forma, após a candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016 (em 2007), foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no Morro Santa Marta, Zona Sul da cidade, e tiveram início as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Morro do Alemão, o maior investimento público já injetado no complexo de favelas. O programa incluía projetos para moradia, teleférico, infraestrutura urbanística e espaços comunitários.

> "O termo "pacificação" remete ao programa de segurança pública lançado pelo governo do estado do Rio de Janeiro no final de 2008. Consiste na ocupação permanente de certas favelas estrategicamente localizadas, nas quais são implementadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Na "pacificação", as comunidades são inicialmente ocupadas pelas forças de elite da Polícia Militar, ou pelas chamadas "forças de pacificação", compostas por soldados do Exército ou por agentes da Força Nacional. Uma vez garantido o controle territorial, as forças especiais dão lugar a policiais militares recém-formados, que se tornam os representantes da lei e da ordem. As favelas "pacificadas" – ou seja, aquelas com UPPs – tornam-se locais privilegiados para investimentos públicos e privados em programas sociais, bem como para a ampliação da provisão de serviços públicos e a formalização dos serviços e empresas existentes (BANCO MUNDIAL, 2012; CANO, 2012). A distribuição espacial das UPPs no Rio de Janeiro não deixa dúvidas: privilegiam-se os locais turísticos, a Zona Sul em particular, e as áreas onde os eventos esportivos serão realizados." (CAVALCANTI, 2013, p. 196)

Mariana Cavalcanti (2013) observa que há "um regime distinto de (in)visibilidade das favelas na paisagem urbana, que ressignifica os contrastes sociais e as fronteiras historicamente construídas com o espetáculo da sua integração à cidade formal" (CAVALCANTI, 2013, p.198).

O "espetáculo da integração" ao qual a autora se refere consiste na instalação de elementos "monumentais" na ligação entre a favela e a cidade formal. A passarela da Rocinha, projetada por Oscar Niemeyer, o elevador do Cantagalo e os teleféricos do Alemão e da Providência são exemplos disso (CAVALCANTI, 2013)

O novo regime de visibilidade, portanto, consiste, para a autora, em colocar em evidência a integração mais do que a própria favela:

> " A justaposição das obras de urbanização com os discursos e as performances da 'pacificação' propaga uma mensagem poderosa. Os projetos do PAC têm fortes efeitos sobre a paisagem urbana ao combinar os seguintes recursos: eles conferem

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

> ênfase à favela como cenário, são visíveis a grandes distâncias e enfatizam as conexões ou passagens entre a favela e a chamada cidade formal. Desse modo, eles produzem um regime ambíguo de (in)visibilidade desse espaço, na medida em que não é a favela, como tal, que sobressai na paisagem, mas o espetáculo de sua "integração" à cidade." (CAVALCANTI, 2013, p.201-202)

A combinação de dois tipos de intervenção – urbanização e pacificação – se constitui, então, como a política de remodelação urbana prevista pelo projeto de cidade olímpica e passa a legitimar-se na esfera pública como uma resposta à violência urbana, gerada pelo domínio territorial do tráfico de drogas.

Com as favelas[5] "pacificadas" cresce o turismo nas mesmas. Segundo pesquisa encomendada pelo Ministério do Turismo à Fundação Getulio Vargas (WEBER; LEITE, 2013), mais da metade dos turistas do Rio de Janeiro querem conhecer as favelas. Mas não são todas ou qualquer uma das favelas. São, em geral, as "favelas luminosas".

Para Harvey, "uma vez que os pobres ficam estetizados, a própria probreza sai do nosso campo de visão social" (HARVEY, 1992, p.301), exceto enquanto "descrição passiva da alteridade, da alienação e da contingência no âmbito da condição humana". Para o autor, quando "a pobreza e a falta de moradia são servidas para o prazer estético, a ética é de fato dominada pela estética, convidando, por conseguinte, a amarga colheita da política carismática e do extremismo ideológico" (HARVEY, 1992, p.301).

Harvey aponta que esse olhar estrangeiro à favela não é conjugado a uma ação transformadora do território. O que ocorre é que apesar dessas favelas se "iluminarem" cada dia mais, a estereotipização do seu território serve também, de certa maneira, para a conservação de suas mazelas.

Ribeiro e Olinger (2012, apud FAGERLANDE, 2016) pensam a questão da mercadificação das relações urbanas, ao falar da favela como uma *commodity*, da mesma maneira como as cidade se tornam mercadorias e o turismo em favelas passa a ser mais uma parte desse grande negócio que atinge as cidades em todo o mundo.

Para Freire-Medeiros (2009), o envolvimento da população local nesse processo de "iluminação", como é o caso do Turismo de Base Comunitária, pode gerar o empoderamento dos moradores, com a possibilidade de gerar alternativas para a diminuição da pobreza e das diferenças econômicas.

[5] Nos referimos às favelas com Unidade de Polícia Pacificadora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

A importância da participação comunitária, tanto no turismo quanto nas produções cartográficas, como discutiremos mais a frente, são fatos que indiciam a importância da participação para a construção da identidade desses moradores, em uma direta relação entre a história, as artes e os espaços urbanos (FAGERLANDE, 2016).

2.2.
O Dinheiro sobe o Morro

As mudanças na política urbana e de segurança indicam uma nova perspectiva voltada para a integração das favelas à cidade. Tais iniciativas, combinadas às políticas sociais (melhoria do salário mínimo, transferências condicionais de renda para combate à pobreza, políticas assistenciais de saúde da família e de assistência social), são responsáveis por gerar o aumento do poder aquisitivo da população das favelas, refletindo também no poder de consumo. Com isso, seus moradores também ganham o papel de protagonistas nesse processo de "iluminação".

Segundo pesquisa de 2013 feita pelo (DATA FAVELA, 2013), nos últimos dez anos, o número de moradores de classe média nas favelas brasileiras cresceu de 33% para 65%. Eles possuem, no total, renda anual de R$ 63,2 bilhões, o equivalente ao consumo integral de países como Paraguai e Bolívia. Isso se reflete no maior acesso aos bens de consumo: 85% dos moradores têm celular e 50% têm acesso à internet, sendo que 41% acessam a internet pelo celular. O aumento do acesso a dispositivos e mecanismos tecnológicos digitais, ao mesmo tempo em que possibilita que sejam levadas a cabo iniciativas de mapeamento digital, aumenta o interesse de empresas em um novo mercado consumidor.

Em entrevista dada ao The Wall Street Journal, em setembro de 2014, o diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, Ronaldo Lemos, disse que a Google e a Microsoft pretendem, em parceria com a população local, mapear todas as favelas, "dos becos estreitos e retorcidos até as vendinhas mais modestas", justificando que "muitas empresas estão fazendo isso porque sabem que eles [os moradores das favelas] são clientes e não estão mais excluídos do sistema econômico do Brasil" (CONNORS, 2014). Todavia, como abordaremos no decorrer da dissertação, percebemos que o discurso empregado por Lemos não

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

condiz com a realidade. O projeto Tá no Mapa, por exemplo, do qual a Google é a principal investidora, está mapeando apenas as ruas e vielas em que existe presença de comércio. Os demais espaços, por outro lado, não parecem interessá-los.

"As favelas crescem mais do que o restante do Brasil porque o desemprego não está presente dentro das favelas. Hoje, 53% dos moradores de favelas têm emprego formal", disse Renato Meirelles, presidente do Data Popular (CERQUEIRA, 2015).

Conclui-se com este capítulo que a transformação da favela de território opaco em território luminoso surge no contexto de megaeventos e vem associada a uma articulação entre programas de urbanização e pacificação. Somadas estas ações ao crescimento do poder de consumo dos moradores da favela, temos como resultado o crescente interesse politico/privado em colocar uma parcela das favelas cariocas nos mapas.

Vale ressaltar que o processo narrado neste capítulo, bem como os projetos de mapeamentos a serem apresentados nesta dissertação, concentram-se em favelas ditas pacificadas, que são minoria e localizam-se, quase sempre, em áreas nobres e/ou no entorno de equipamentos olímpicos. Isto pode ampliar as desigualdades entre as favelas, ajudar a reforçar a visibilidade dada apenas àquelas contempladas com um suposto "legado olímpico" e a legitimar intervenções que tratam as demais como áreas "invisíveis", territórios de ausências, passíveis de serem removidas ou "retomadas".

Com isso, permanecem opacas as favelas não pacificadas, mas também grandes áreas no interior de favelas ditas pacificadas e já mapeadas - seja por estarem fora do escopo dos projetos ou devido a entraves impostos pelas dinâmicas do tráfico de drogas –, o que pode representar uma nova camada de segregação urbana e exclusão social, que se sobrepõe a outras historicamente existentes, como veremos no próximo capítulo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

3.
Histórico de Representação das Favelas nos Mapas: da Opacidade à Luminosidade

Para Pier Paolo Pasolini, existe um encantamento do autor pelo objeto estudado, o que pode causar um olhar fetichista, ou seja, uma dimensão metonímica da linguagem, em que ocorre de ele se enfeitiçar por uma parte e não conseguir ver o todo da questão (PASOLINI, 1983 apud GAMBA JUNIOR, 2013). Além disso, sabemos que o pesquisador é fruto de seu tempo e, dessa forma, o passado sempre vai ser visto pela ótica do presente e o presente sempre será lido de acordo com o seu lugar social e sua identificação cultural, que tornam a subjetividade do pesquisador apequenada.

Sabendo disso, Pasolini (1990) alerta para a necessidade de se buscar uma desnaturalização do olhar. Ele aponta a alteridade como um dispositivo capaz de promover esse distanciamento do objeto estudado, através de buscar um contato com outro tempo (pesquisa histórica) e comparar situações correlatas em contextos diferenciados.

Assim, deve ser levado em consideração o "fetiche" dos atores envolvidos nos projetos de mapeamento. Também é preciso entender que, como pesquisador, diferente da visão positivista do século XIX, não é possível um posicionamento totalmente neutro em relação ao objeto analisado, mas deve-se buscar mecanismos de leitura, como a desnaturalização e a composição de diferentes pontos de vistas que se encaixam nesse contexto.

Bernard Lepetit (2001) destaca a pertinência do recorte para tornar viável uma interpretação que deve se construir tomando como base o cruzamento de fontes de natureza diversa e em vários níveis de articulação. Assim, além do recorte conceitual da auteridade (a pesquisa histórica), para que a nossa pesquisa tivesse êxito, foi utilizado como principal recorte espacial a favela Cantagalo, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, como forma de realizar a análise

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

histórica da representação das favelas cariocas. Esta análise será apresentada, como sugere Lepetit (2001), em várias escalas diferentes, ou seja, cruzaremos a história das favelas com diversos mapas, de diferentes épocas, que representaram a favela Cantagalo. E, quando necessário, com de outras favelas também.

Para Abreu (2013), entre outros autores, a questão dos bairros informais, no Brasil e no mundo, sempre aparece como um problema a ser resolvido/combatido, o que acaba por distorcer a compreensão da realidade daquele território, comprometendo políticas públicas e perpetuando formas específicas de intervenção. Esses espaços são considerados como parte provisória da cidade, condenados a acabar diante do desenvolvimento da sociedade. Evidentemente, o caráter provisório desses espaços refletiu no acervo específico para a pesquisa. O que nos leva a questão central dessa dissertação: Por que mapear, registrar e estudar um território condenando a desaparecer?

Para Boaventura Santos, os mapas "são distorções reguladas da realidade, distorções organizadas de territórios que criam ilusões credíveis de correspondência. (...) O direito, tal como os mapas, é uma distorção regulada de territórios sociais" (SANTOS, 2001, p. 198).

Diante da comparação entre mapas e direito, percebemos que as leis que regem a sociedade nada mais são do que construções. Da mesma forma que todo mapa tem um centro - onde é representado o elemento principal para o cartógrafo –, no direito, para Santos (2001), também existe essa distorção centro/periferia, em que o que fica à margem, além de ganhar menor destaque, recebe tratamento desigual de detalhamento e, consequentemente, maior distorção.

> "Trata-se de um conjunto bem urdido de descriminações radicais em que o lado errado do exercício (o periférico, o contigente, o inverosímil, o irrelevante, o ilegítimo) é varrido, segundo os casos, para o caixote do lixo epistemológico, teórico, político ou ideológico-cultural. O que se não vê não se vê porque não se pode ou quer ver, mas sim porque não existe. Os limites do olhar são, assim, exteriores ao olhar. Levado ao extremo, este sistema de representação é tanto mais transparente quanto mais vasta for a opacidade activamente produzida." (SANTOS, 2001, p. 192)

Segundo Michel de Certeau (1982), os objetos utilizados como fonte de pesquisa, quando são catalogados e arquivados em instituições, sofrem uma transformação em seu significado; tornam-se sujeitos de intermediação entre o historiador e seu objeto de estudo, ou seja, arquivar é um ato político.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Apesar do grande avanço dos últimos anos[6], o acervo sobre a história das favelas do Rio de Janeiro ainda é precário, o que faz com que o pesquisador busque soluções criativas para responder suas questões. No caso deste levantamento cartográfico, nos valemos de relatos orais, decretos municipais de desapropriação, projetos urbanos, projetos residenciais, fotos aéreas, plantas cadastrais e imagens digitais.

Nos propomos a revisitar a história das favelas cariocas e a da conquista paulatina de seus direitos sociais, contrapondo-a com sua representação nos mapas históricos encontrados. Identificamos quatro fases[7] de representação das favelas em mapas: **(1ª) Vazio cartográfico**, do seu surgimento a 1960, em que a favela não é representada em mapas e é, quase sempre, tratada como um mal a se extirpar; **(2ª) Gradativas conquistas sociais**, de 1960 a 1990, em que as favelas são representadas em mapas temáticos e, progressivamente, conquistam melhorias sociais; **(3ª) Urbanização e valorização**, de 1990 a 2007, em que a favela passa a ser oficialmente representada nos mapas da cidade do Rio de Janeiro; **(4ª) Integração e espetáculo**, de 2007 ao presente, em que a favela começa a figurar em mapas de forma seletiva e sob forte discurso de integração à cidade formal e apaziguamento de conflitos no contexto de preparação da cidade para as Olimpíadas de 2016.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

3.1
Vazio Cartográfico: Favelas Opacas (surgimento-1960)

Segundo Abreu (1991) o aparecimento da favela está intimamente ligado a todo um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase tipicamente mercantil-exportadora para uma fase capitalista-industrial (final do século XIX - início do século XX).

---

[6] Graças ao trabalho de autores como Anthony Leeds, Mauricio de A. Abreu (2013), Licia Valladares (2000), Alba Alvito Zaluar (1998), Janice Perlman, Maria Lais Pereira da Silva (2003), Mariana Cavalcanti (2013), Rafael Gonçalves (2013), para citar alguns nomes.

[7] Esta abordagem de divisão das representações cartográficas do Cantagalo em fases foi adotada com o objetivo de destacar determinados acontecimentos históricos e seu rebatimento em mapas. Entretanto, entende-se, como Pereira (2003), a necessidade de tratar o tempo não como uma linha reta, mas como um complexo emaranhado de temporalidades, um conjunto de relações que se estabelecem num vai-e-vem de fenômenos. Assim, estas fases não são estanques e se sobrepõem em dados momentos. Além disso, um estudo mais aprofundado certamente poderia vir a definir subdivisões.

> "Trata-se do momento em que a economia cafeeira fluminense entra em crise, no bojo do esgotamento tanto do escravismo que a sustentava, como de seus antigos solos férteis, reorientando toda uma estrutura já consolidada de comportamento do capital mercantil; do momento em que a cidade passa a ter um crescimento demográfico extremamente rápido (fruto das migrações internas e estrangeiras) que agravava sobremaneira a questão habitacional; do momento em que ocorre uma penetração maciça de capitais (abundantes no mercado internacional) na cidade, que são preferencialmente investidos em transportes e infra-estrutura; do momento em que a difusão de novas tecnologias (máquinas, motores, fontes de energia) revoluciona a economia urbana; do momento em que as epidemias constantes que assolam a cidade colocam a questão higiênica no centro do debate acadêmico e político; do momento em que os modelos burgueses de organização do espaço urbano, já consolidados nos países centrais, passam a ser difundidos para os países periféricos; do momento, enfim, em que toda uma nova ordem social, econômica e ideológica passa a se firmar solidamente no país e na cidade." (ABREU, 1991, p. 482)

Em um cenário de extremo déficit habitacional, no período de 1903-1906 houve uma reforma urbana liderada pelo então prefeito Pereira Passos, reforma essa que teve um importante papel de atração de mão-de-obra para a capital fluminense. Nesse contexto, segundo Abreu (1991) houve um agravamento no déficit habitacional, pois além de aumentar a população local, as imposições de rigorosas normas urbanísticas, que passaram a regulamentar a construção não apenas na área central, mas em todo o Distrito Federal, dificultou ainda mais a ocupação legalizada nos subúrbios cariocas.

Entre os que estudam as favelas do Rio de Janeiro, a tese mais difundida acerca do processo de formação é que as primeiras surgiram no Morro da Providência e de Santo Antônio a partir de 1897, na área central do Rio de Janeiro, revelando a contradição da falta de moradias suficientes para atender a população que chegava à capital do país. Segundo Abreu (2013), evidenciando assim a separação dos usos e das classes na cidade.

Inicialmente ignoradas - e em muitos casos estimuladas - pelas autoridades públicas no centro da cidade e nos subúrbios mais próximos, as favelas não eram permitidas nos bairros recém-abertos à ocupação burguesa, como é o caso de Copacabana (Abreu, 2013).

Em diversos momentos da história, desde seu surgimento e, em certa medida, até os dias atuais, as favelas cariocas são tratadas pela mídia, por segmentos da sociedade e por órgãos públicos como um espaço marginal e foco de problemas. A origem documentada deste entendimento por parte do Estado remonta ao primeiro texto oficial a estabelecer um conceito para favelas. Aparece

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

na gestão do prefeito Prado Júnior (1926-1930), na ocasião da elaboração do primeiro plano de ordenamento urbano do Rio, então Distrito Federal, pelo arquiteto Alfred Agache. Segundo Abreu (2013) e Gonçalves (2013), o fato de o Plano estabelecer um conceito jurídico abrangendo a totalidade das favelas poderia justificar a implementação de uma política urbana única a respeito das mesmas, ou seja, a erradicação.

> "Construídas contra todos os preceitos de Hygiene, sem canalização d'água, sem exgoto, sem serviço de limpeza pública, sem ordem, com material heteróclito, as favellas constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quaes se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corrói até as margens da mata da encosta das serras (...) (a sua destruição é importante) não é só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da hygiene geral da cidade, sem falar da esthética." (DISTRITO FEDERAL, 1930, p.189-190)

Esta leitura da favela como doença, moléstia contagiosa e patologia social a ser combatida, que perdurou no imaginário popular ao longo de décadas, foi resultado, segundo Licia Valladares (2000), de um diagnóstico feito por médicos e engenheiros, que tratavam a cidade como um 'corpo urbano' e as apontavam como deficiências nas quais era necessário intervir.

Inicialmente ignoradas, ou em muitos casos estimuladas, pelas autoridades públicas no centro da cidade e nos subúrbios mais próximos, as favelas não eram permitidas nos bairros recém-abertos à ocupação burguesa, como é o caso de Copacabana (ABREU, 1991).

Acontecimentos que estão na origem da favela do Cantagalo ilustram estes ideais. A história desta favela, como a de várias outras da Zona Sul, remonta à ocupação da orla do Rio no início do século XX. Com o desenvolvimento do bairro de Copacabana, trabalhadores vindos principalmente do interior do estado e de Minas Gerais, encontraram na região trabalho na construção civil.

Através de reportagem publicada no Correio da Manhã, em julho de 1907, é possível verificar que já existiam favelas na região de Copacabana desde o início do século XX, bem como sua relação com a verticalização do bairro e a especulação imobiliária. Na ocasião, jornalistas entrevistaram um morador de favela da região, o ex-soldado João Carlos de Andrade.

> "Ali na altura há uma póvoa pacífica, é a gente que reflue ante a picareta, a agrande leva dos banidos que perderam o lar, que não ganham para o aluguel dos prédios

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

> que o progresso levanta nos terrenos em que, dantes, se agachavam, modestas, as casinhas de rôtula. O êxodo não cessa - diariamente passam carrocinhas carregando trastes desconjuntados, latas, vasilhas de barro, gaiolas, bahus archaicos e vão pelas estradas dos subúrbios, param nas fraldas das montanhas." (Correio da Manhã, 2 de julho de 1907, apud GONÇALVES, 2013, pg. 57)

Em entrevista à Rita de Cassia e Cristiane Ramalho (2003), Dona Nazareth conta que chegou à favela Cantagalo em 1935, aos 17 anos, "depois de uma madame escrever para o seu tio, já morador da região, pedindo indicação de empregada de confiança". Segundo ela, na época existiam cerca de 30 casas no morro, todas precárias, feitas com tábuas e latas, cobertas com folhas onduladas de zinco. Ficavam mais ou menos agrupadas, cercadas por quintais com árvores de porte e frutíferas. A água era conseguida junto a algumas residências formais da Rua Saint Roman, que demonstravam solidariedade com as condições precárias em que viviam aquelas poucas famílias.

O entendimento da favela como algo a ser combatido é evidente no período de elaboração e publicação do Plano Agache (fim dos anos 1920 e início dos anos 1930). Nele era estimada uma população de 200 mil habitantes nas favelas, mas não reconhecia suas especificidades. Segundo Abreu (2013) e Gonçalves (2013), o fato de o Plano estabelecer um conceito jurídico abrangendo a totalidade das favelas poderia justificar a implementação de uma política urbana única a respeito das mesmas, ou seja, a erradicação.

> "Em toda a parte existe o contraste, os morros, estes rochedos isolados que surgem da planície central, desses bairros do commercio possuindo bellos edificios, com artérias largas ostentando armazéns movimentados, às vezes luxuosos, têm as suas encostas e os seus cumes cobertas por uma multidão de horríveis barracos. São as favellas, uma das chagas do Rio de Janeiro, na qual será preciso, num dia muito próximo levar-lhe o ferro cauterizador." (ABREU, 2013, p. 87, apud, PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL, p. 238)

O resultado do Plano Agache foi publicado em três volumes. No primeiro volume há uma retrospectiva da evolução urbana da cidade com uma abordagem sociológica; o segundo analisa as favelas e propõe a construção de conjuntos habitacionais para o operariado; e o terceiro apresenta propostas concretas para a reforma da cidade, com croquis, plantas e desenhos (CASCO, 2009).

No mosaico aerofotográfico de 1928, produzido pela The Aircraft Operating CO. LTD, que foi realizado visando a atualização da carta cadastral do Rio de Janeiro e a elaboração do Plano Agache (Silva, 2003), a favela do Cantagalo não

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

se encontra representada. A inexistência de presença significativa de barracos pode explicar, em parte, esta ausência.

Em sua pesquisa de doutorado, Silva (2003) percebe que embora apareçam em algumas poucas pranchas a indicação de núcleos de barracos nos acessos às favelas, na grande maioria dos casos o restante do morro é recortado, como podemos ver na figura 1 (Morro do Cantagalo) e 2 (Morro dos Prazeres). A autora observa que dentre as favelas mais tradicionais constam integralmente nas fotos apenas o Morro dos Telégrafos (Mangueira), o Morro da Providência (Favela, São Diogo) e o Morro da Gamboa.



Figura 1: Imagem superior, recorte do mosaico fotográfico em escala 1/2000 de 1928. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Imagem inferior, planta cadastral de 1935, feita a partir do mosaico fotográfico de 1928. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA



Figura 2: Morro dos Prazeres, região central do Rio de Janeiro, com morro encoberto por uma mancha branca no mosaico fotográfico de 1928. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2015)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Para Silva (2003), a ausência da grande parte dos morros nesse levantamento aéreo de 1928 é explicado, de um lado, em função de estes espaços não serem considerados urbanos na época - por não terem seus logradouros reconhecidos - e, de outro, na omissão político-ideológica. Considerando as representações feitas sobre a favela na época, Silva (2003) acredita que a segunda argumentação pode ter sido decisiva para a ausência dos morros no levantamento aéreo.

Além disso, vale ressaltar a dificuldade técnica em revelar e montar mosaicos fotográficos em territórios de relevo acentuado, especialmente numa época em que revelação e montagem demandavam trabalho manual. Esta razão de ordem técnica, que indicaria investimento maior para englobar todos os morros no levantamento, pode ter justificado a falta de representação destas áreas, visto que as moradias instaladas naqueles territórios eram tidas como ilegais. Por que investir no mapeamento de um território fadado a desaperecer?

Seja como for, a "distorção regulada" gerada pela metodologia de desenvolvimento da planta cadastral de 1935, que retira os morros do levantamento aéreo antes mesmo do desenvolvimento do mapa cadastral,

representa um mecanismo de exclusão simbólica das favelas e cria documentos oficiais que ratificam a visão de marginalização desses territórios e de seus moradores como invasores – lugar comum no discurso da imprensa e das classes mais abastadas à época.

No mesmo período, outro morro de Copacabana, o de São João, na divisa com o bairro de Botafogo, apresentava uma quantidade considerável de moradias no registro de 1928, feito por Augusto Malta, então fotógrafo oficial do Rio de Janeiro. Porém, também foi encontrado um documento de 1934 – Decreto nº 24.515 – delimitando a área desta favela, sem denominá-la desta forma e sem representar seus casebres e vias preexistentes. Este documento ratificava que a região era de domínio da União (figura 3), o que indica claramente uma preocupação do Estado em afirmar a ilegalidade daquele aglomerado.



Figura 3: À esquerda, foto de Augusto Malta denominada "Favela do Leme", feita em 1928. Fonte: Portal Augusto Malta (2015). À direta, Carta da área definida no artigo primeiro do decreto nº 24.515 de 1934. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo (2015)

Inicialmente, o setor imobiliário havia incentivado a instalação das favelas nas zonas em desenvolvimento, para ampliar a oferta de mão de obra a baixo custo para a indústria da construção. Em um segundo momento, na década de 1930, o setor se voltou contra as favelas, defendendo sua erradicação, não só para garantir o estilo de vida burguês de certos bairros, mas também para liberar valiosos terrenos ocupados por favelados. Nesse contexto, os fundiários começaram a pressionar o governo e a abrir vários processos contra os favelados.

De 1931 a 1934, o então prefeito Pedro Ernesto percebeu a importância política das favelas para assentar sua influência junto às massas. Para angariar votos, segundo Gonçalves (2013), Pedro Ernesto tomou partido dos moradores

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

das favelas em diferentes litígios, evitando, assim, os despejos. Essa atitude contribuiu para a consolidação das favelas na paisagem urbana da cidade.

Apesar de à época existir uma pressão por parte do mercado imobiliário para a remoção de favelas, encontramos, na Secretaria Municipal de Urbanismo, um projeto para a construção da escadaria Saint Roman, datado de 1933. A escadaria facilitaria o acesso a um ponto muito próximo da região embrionária da favela (figura 4). Não conseguimos evidências que provassem a real construção da escadaria na época, e os moradores do Cantagalo afirmam que a mesma só foi construída na década de 1970. Mesmo assim, o fato de existir um projeto detalhado de construção da escadaria indica que o governo do Pedro Ernesto não estava apenas fazendo vista grossa para a ocupação, mas também planejando investir, mesmo que timidamente, em infraestrutura.

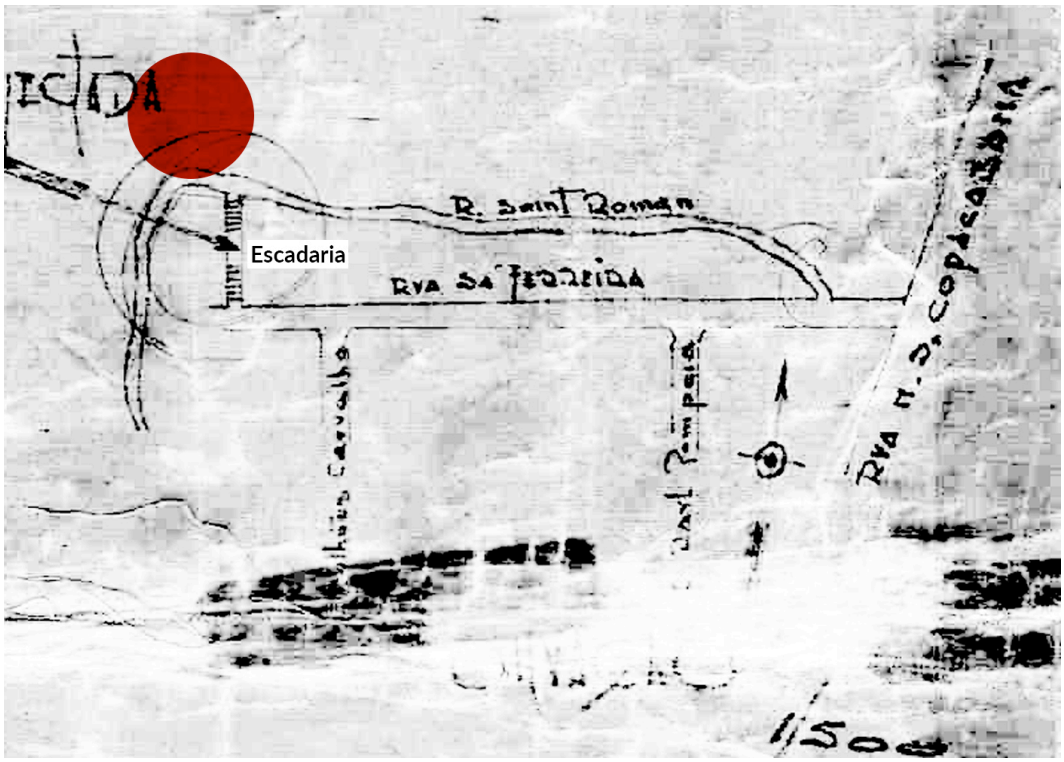


Figura 4: Trecho do projeto para a construção da escadaria Saint Roman, em 1933, com destaque da região embrionária da favela. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo (2015) e RIBEIRO (2003), editado pela autora.

Com o Código de Obras de 1937, em vigor até 1970, os favelados ganharam direito à habitação social, isto é, para remover aquela população de determinado local, o Estado teria que, em contrapartida, construir "núcleos de habitação de tipo mínimo". Além disso, o artigo 348 estabelece, pela primeira vez, um conceito

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

jurídico oficial para tipificar as favelas, associando-as à desordem, precaridade e ilegalidade.

Apoiado pelo Código de Obras de 1937, encontramos um decreto de desapropriação de 1939, que delimita a região em que hoje se encontram as favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho (figura 5). Apesar de a área assinalada se direcionar, como mostra a imagem, à região da favela, percebemos que esses espaços, naquele momento, não eram detalhados ou explicitados.

Não houve, de fato, a remoção dos moradores. Entretanto, o documento serve de indício ao modo como o Código de Obras de 1937 fomentou uma ação organizada do governo rumo à extinção das favelas.



Figura 5: Decreto de desapropriação número 6.607 de 21 de dezembro de 1939. Ao lado esquerdo, o decreto sobreposto à área atuação da UPP do complexo de favelas Cantagalo, Pavão-Pavãozinho. Fonte: Rio+Social (2015), editado pela autora. Ao lado direito, trecho do mapa sinalizando a área de desapropriação. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo (2015).

Esse histórico de relação clientelista do Estado com o favelado, reforçado pelo código de Obras de 1937, fez com que progressivamente se consolidasse um status jurídico e político das favelas como toleradas, e não como completamente aceitas e consolidadas. Esse vazio jurídico da favela constitui uma fronteira simbólica e institucional que define esses territórios urbanos ao mesmo tempo como marginais e estruturantes da cidade.

Nos anos subsequentes, a acelerada expansão das favelas exigiu uma resposta por parte dos poderes públicos. Em 1942, Henrique Dodsworth foi contratado para criar um Plano de Ação para o desmonte das favelas e a criação dos Parques Proletários Provisórios (LIMA, 2013).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Maria Hortência do Nascimento e Silva (1942), assistente social que trabalhou no desmonte na favela Largo da Memória, localizada na Gávea, escreveu em sua monografia de conclusão de curso uma reflexão sobre a situação das favelas na época. A partir deste documento histórico é possível entender como as favelas eram vistas naquela época, por isso o texto de Silva (1942) deve ser lido sob a luz de sua época.

> "Toda a ignorância e fetichismo dos pobres desgraçados só acrescenta maior sabor ao fenômeno, a "Macumba", a "Mandinga" são cantadas em prosa e verso. Quando o "Morro" dá uma exibição de sua dansa bárbara, então o sucesso chega ao máximo. Filma-se aquela pretaria alucinada pelo batuque ensurdecedor, a contorcer-se e requebrar-se como fanáticos, numa demonstração de sensualidade desenfreada e instintos selvagens que os escravizam a seu bárbaro passado.
>
> E estes filmes são tirados por estrangeiros, que, no momento, se dirão entusiasmados com o espetáculo inédito, mas que os exibirão nas suas terras como demonstração curiosa da civilização do nosso povo. E assim, em vez de pudicamente escondermos estes aspectos doloroso de nossa terra, deixamos exibir o que temos de peor!" (SILVA, 1942, p. 8-9)

Em seu texto, Silva (1942) divide as favelas em dois tipos: recentes e estabelecidas. No campo das estabelecidas, ela cita vários exemplos, entre os quais a Mangueira.

> "A do "Morro da Mangueira", favela antiquíssima, uma perfeita cidade de malandros, com sua vida à parte. Seus habitantes levam anos sem descer à cidade. Nela foi encontrado um rapaz de 18 anos que declarou não conhecer a cidade. A "Escola de Samba", da Mangueira, é muito falada nas rodas de compositores de músicas populares." (SILVA, 1942, p. 9)

E como exemplo de favela recente, ela cita, entre outras, a favela do Cantagalo. Localizada próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, no local onde se abriu o corte ligando Copacabana à Ipanema, "formou-se uma favela que hoje assume proporções cada vez maiores. Grande parte de seus componentes era constituida por operários que trabalhavam nas obras do corte. Hoje, porém, há indivíduos de toda a espécie, e alguns extremamente miseraveis" (SILVA, 1942, p. 13).

Ainda segundo Silva (1942) muitos favelados, que moravam em favelas localizadas em áreas particulares, pagavam mensalidades pelo uso do espaço. As favelas em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas são exemplos disso. Para Silva (1942), os proprietários dos terremos tinham um lucro enorme com esses aluguéis, pois não investiam na melhoria das casas e aumentavam o valor da cobrança na medida em que os terremos eram valorizados. Silva nos conta o caso de uma viúva que alugava um terreno próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

> "À medida que os terrenos se valorizam, ela vai subindo os aluguéis; visitamos uma família, que tem seu barraco na Fonte da Saudade há uns 10 anos, sempre pagando aluguel. No início, cobravam-lhe 10$000, e depois de certo tempo a viuva subiu para 15$000, e hoje pagam 45$000 pelo mesmo espaço de terra." (SILVA, 1942, p. 13)

Apesar de suas considerações sobre o direito daqueles moradores de viverem em condições melhores, Silva (1942) - como a opinião pública da época - considerava que o desmonte das favelas trariam um benefício incalculável:

> "não só sob o ponto de vista humanitário e social, permitindo a esses seres uma vida de acordo com a dignidade humana, mas representaria também a solução de um problema urbanístico, com já foi visto, que salta aos olhos de qualquer um: a favela é o maior atentado à estética e ao progresso da "Cidade Maravilhosa", de que tanto nos orgulhamos." (SILVA, 1942, p. 63)

Lima (2013) afirma que a campanha sanitária começou na Zona Sul por ser considerada o local mais elegante da cidade, o que contrastava com a quantidade exorbitante de favelados. Além disso, o mercado imobiliário pressionava o Governo, com o interesse de liberar essas áreas para, além de valorizar os terrenos do entorno, construir nos terrenos liberados.

Daquele período, encontramos um projeto de 1944 para a construção da Estrada do Cantagalo (figura 6). Não por acaso, em 1945, houve um segundo decreto de desapropriação da área da favela, esse já constando o loteamento da região e afirmando que os lotes poderiam ser vendidos em caráter definitivo depois de reconhecido o logradouro (figura 7). A desapropriação não chegou a acontecer. A construção da Estrada do Cantagalo só seria realizada no governo de Leonel Brizola, na década de 1980.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

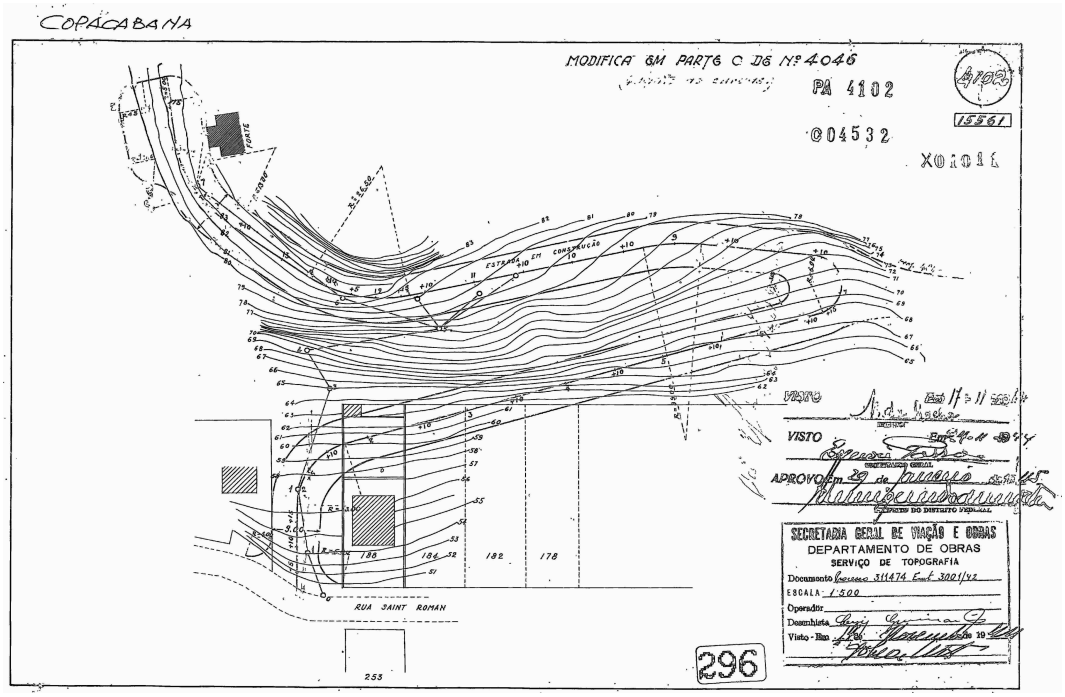


Figura 6: Documento da Secretaria Geral de Viação e Obras com detalhamento do projeto de construção da Estrada do Cantagalo. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo.

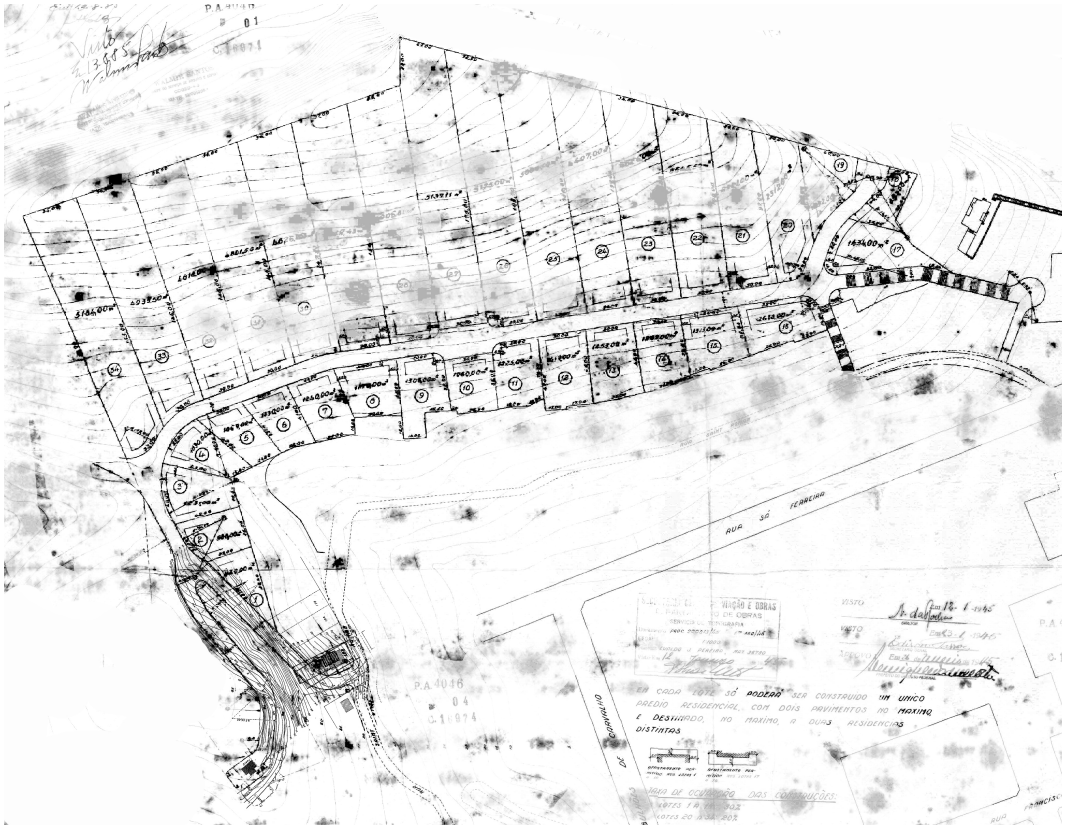


Figura 7: Decreto de desapropriação número 8.053 de 16 de fevereiro de 1945, com loteamento da região, com uma motagem da autora sobrepondo os dois documentos e comprovando a consonância das ações. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo. Editado pela autora

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Até 1947, Henrique Dodsworth coordenou a construção de quatro parques proletários, onde foram instaladas a população de cinco favelas destruídas. Porém, às casas que diziam ser provisórias nunca sobrevieram as definitivas e não houve número de moradias suficiente para abrigar todos os favelados (Lima, 2013). Moradores do Cantagalo relatam que no período ocorreu um acentuado crescimento de moradores na região, isso porque os favelados que tiveram suas casas destruídas e não se adaptaram aos parques proletários optaram por encontrar moradia em outras favelas da Zona Sul.

> "Um efeito não esperado da experiência dos parques proletários foi pôr em contato o Estado e os excluídos, dando ensejo a um processo embrionário de organização dos moradores das favelas, preocupados com a generalização da alternativa dos parques. Era evidente que o autoritarismo da pedagogia civilizatória ensaiada e a precaridade das instalações (concebidas como provisórias) não faziam dos parques uma idéia atraente para os moradores das favelas, razão pela qual criaram, ainda em 1945, as comissões de moradores, inicialmente no morro Pavão/Pavãozinho, e pouco depois nos morros do Cantagalo e da Babilônia, como forma de opor resistência a um suposto plano da prefeitura de remover todos os moradores para os parques [...]. Pouco depois, favorecidas pela restauração da ordem democrática, essas comissões formariam, pela primeira vez, uma pauta de direitos sociais referente a problemas de infra-estrutura de suas localidades." (ZALUAR; ALVITO, 1998, p. 28)

A necessidade de administrar a favela aumenta a necessidade de conhecê-la mais profundamente. Em 1941, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo, já se pedia um estudo completo das Favelas, para que se pudessem conhecer os aspectos gerais e particulares do problema (VALLADARES, 2000).

Assim, em 1948, surge o primeiro Censo das Favelas. "A princípio foram identificados 119 núcleos, com uma população estimada em 280 mil habitantes. Tal estimativa já assinalava uma considerável redução das cifras que apareciam na imprensa carioca — entre 400 mil e 600 mil favelados. No decorrer dos trabalhos, o número de favelas reduziu de 119 para 105 e a população encontrada diminuiu para 138.837 habitantes" (VALLADARES, 2000, p. 23).

A década de 1940 foi o período de grande proliferação de favelas no Rio de Janeiro (figura 8). O censo de 1948 revelou um total de 138.837 habitantes nas 105 favelas existentes, que se concentravam notadamente na área suburbana (44% das favelas), seguida da zona sul (24%) e da zona Centro-Tijuca (22%) (ABREU, 2013).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

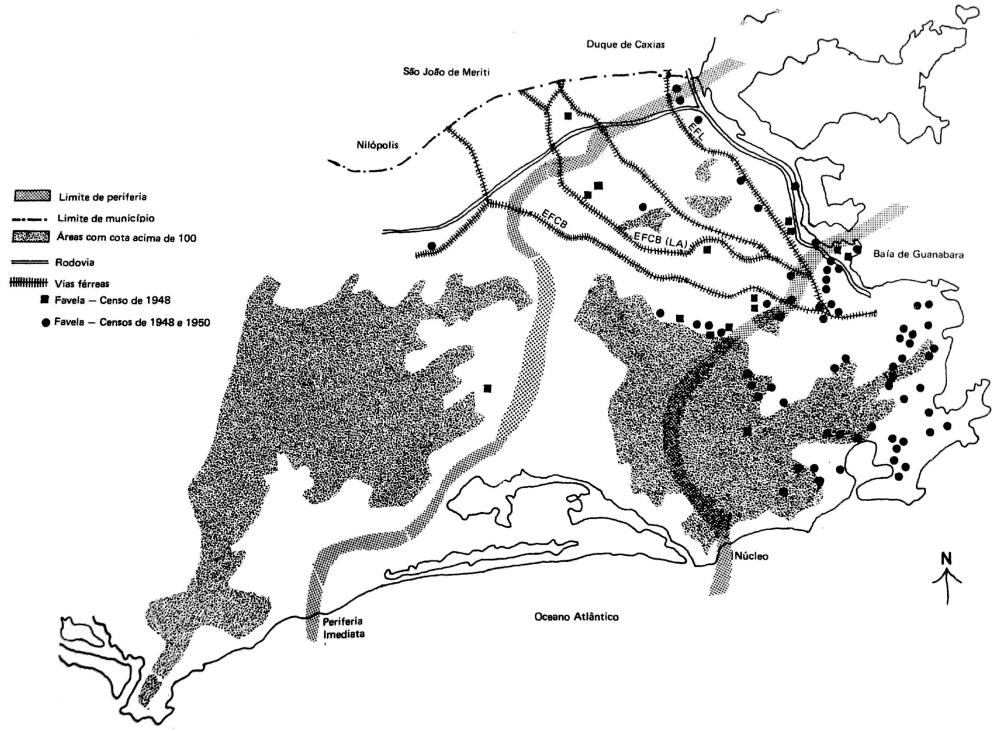


Figura 8: Municípios do Rio de Janeiro: distribuição das favelas de 1948/1950. Fonte: ABREU, 2013 apud PARISSE, LUCIEN, 1969.

A ditadura Vargas, período conhecido por Estado Novo, começou em 1937 e terminou em 1945, quando Getúlio foi deposto por um golpe de Estado. Após a queda de Vargas, o projeto de extermínio de favelas e a transferência de sua população para os parques proletários foi abandonado. Em 1950, o Recenseamento Geral daquele ano já considerava oficialmente o Parque Proletário da Gávea como uma favela.

O Recenseamento Geral de 1950, realizado pelo IBGE sob os auspícios do governo federal, pela primeira vez registra detalhamente os dados das favelas, assim como no resto da cidade. Com isso se torna possível não só conhecer a população das favelas e suas condições de vida, como também comparar a população do Distrito Federal em seu conjunto (VALLADARES, 2005). Na ocasião foi gerado mapas das favelas, com indicação das residências, para o uso dos recenseadores (figura 9).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA



Figura 9: Mapa da favela do Morro do Cantagalo preparado pelo IBGE para uso dos recenseadores. Fonte: Valladares, 2015 apud Revista Brasileira de Estatística, v. 14, n. 55, jul/set. 1953.

Entre 1947 e 1954, a Fundação Leão XIII estendeu sua atuação a 34 favelas, implantando em algumas delas serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias, e mantendo centros sociais em oito das maiores favelas do Rio, entre as quais Jacarezinho, Rocinha, Telégrafos, Barreira do Vasco, São Carlos, Salgueiro, Praia do Pinto e Cantagalo (ZALUAR; ALVITO, 1998). Essas ações, que levavam infraestrutura para as favelas, acabavam por fortalecer a consolidação das mesmas. Por outro lado, tal consolidação não parece tomar impulso a ponto de levar à representação de favelas em mapas.

Em 1952, no projeto do túnel da Rua Barata Ribeiro (figura 10) – uma obra de grande escala, construída sob o morro onde se localizava a favela Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, que eram consideradas àquela época pela Fundação Leão XIII como uma das maiores do Rio de Janeiro – há um vazio cartográfico, em nítido contraste com os bairros formais do entorno, o que pode inferir que tal região não era habitada.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA



Figura 10: Projeto de 1952 do túnel que liga a Rua Barata Ribeiro à Rua Sá Ferreira, do Departamento de Urbanismo. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Entre 1950 e 1960, segundo Abreu (2013), foi registrado um crescimento populacional de 98% nas favelas do Rio, o que fez com que se iniciasse um cenário rico de acontecimentos nestes espaços, não apenas pelo número de remoções e demolições, mas pela resistência dos moradores em permanecer naqueles locais. O governo incentivava a criação das associações de moradores e prometia urbanização em troca do controle político das áreas. As favelas então se fortaleceram politicamente, levando o governo a criar novos mecanismos de subordinação política para essas associações, "como a reforma da Fundação Leão XIII, que, em 1963, passou a ser uma autarquia do Estado [...] apta a exercer uma vigilância mais estreita da vida política nessas comunidades" (GUEDES, 2007, p. 27).

3.2. Gradativas Conquistas Sociais (1960-1990)

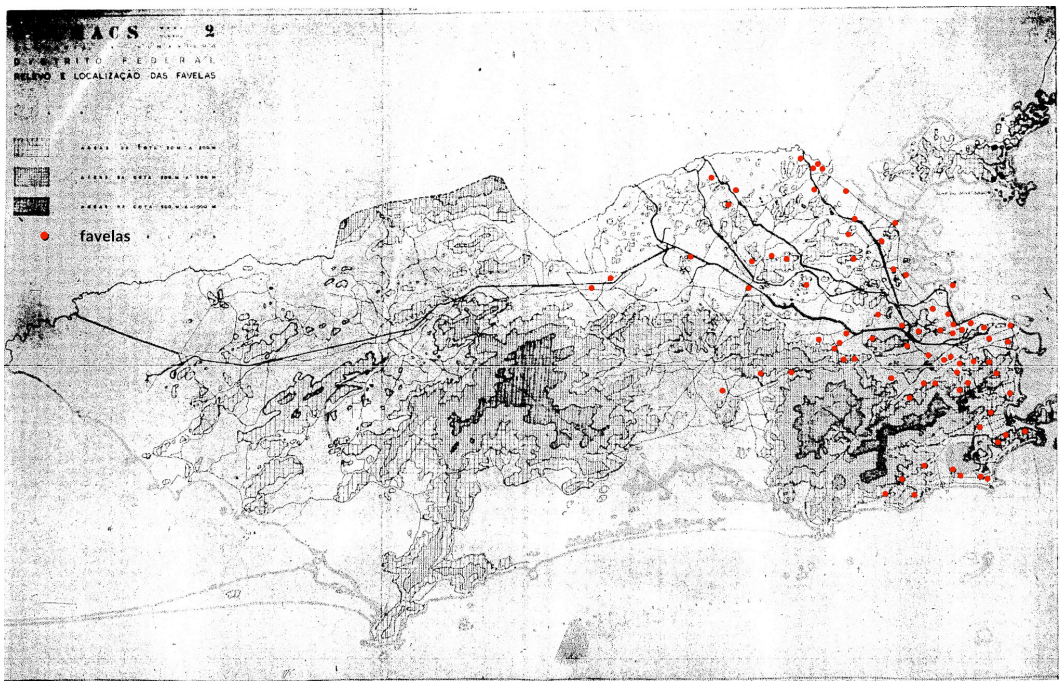
Em abril de 1960 aconteceu a mudança da capital federal para Brasília, o que resultou em esvaziamento político, cultural e econômico do Rio de Janeiro (Motta, 2004). Para Motta (2004) os "anos dourados", representados pelo período em que fora o cérebro e o coração do país seguiram-se os "anos de chumbo", marcados por drásticas mudanças em seu estatuto político e administrativo.

No início dos anos 60, o problema habitacional havia se tornado crítico e se aliava a um período de estagnação do crescimento econômico nacional (Abreu, 2013). Com isso, se aquecia o debate em relação às favelas e à qualidade de vida de seus moradores.

O Jornal Estado de S. Paulo, em 1960, encomedou à extinta Sagmacs (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) um estudo sobre favelas do Rio de Janeiro, com o objetivo de chamar a atenção dos governantes, administradores, legisladores, políticos e estudiosos das questões sociais da época sobre esse "fenômeno tão característico dos centros urbanos do Brasil, que se manifesta de forma mais evidente no Distrito Federal" (O ESTADO DE S. PAULO, 1960).

A publicação, que foi anexada ao jornal por meio de dois encartes, nos dias 13 e 15 de abril de 1960, contou com um acervo inédito de mapas, gráficos e tabelas nos quais não prevalecia apenas aspectos estatísticos, mas que buscava também um entendimento real acerca do cotidiano daqueles moradores, daí o nome da publicação: "Aspectos Humanos da Favelas Carioca".

Nos encartes foi publicado um mapa da Sagmacs com o levantamento das favelas da época. Nota-se que grande parte das favelas representadas no mapa se encontravam na área Central, Norte e Sul da cidade (figura 11).



PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Figura 11: Mapa da Sagmacs com a localização das favelas em destaque (1960). Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1960. Editado pela autora.

Para Silva (2004), os primeiros anos da década de 1960 representaram para o Rio de Janeiro um "*turning point*" no plano da questão social. Em 1964 foi contratado pelo governador Carlos Lacerda um plano de desenvolvimento urbano para a cidade, o plano Doxiadis. Apesar de sua implementação não ter sido realizada, houve um levantamento aerotogramétrico feito para que o plano fosse desenvolvido. Com esse levantamento surgiram mapas mais completos e analíticos das favelas do Rio (Silva, 2004). Essas representações, entretanto, só aparecem em mapas temáticos, não nas plantas oficiais da cidade.

O governo de Carlos Lacerda (1961-64) foi marcado por uma intensa prática de intervenções em favelas, uma política ambígua na qual remoção e urbanização coexistiam – tomadas as devidas proporções, este modelo perdura até gestões atuais.

> "Lacerda investia pesado na limpeza da cidade de seus personagens indesejados. São famosas suas ações de remoção de mendigos das ruas, sendo também obras de seu governo a demolição integral das favelas da Catacumba e do Pasmado, ambas localizadas em bairros da Zona Sul carioca (Lagoa e Botafogo, respectivamente) e a construção de grandes conjuntos habitacionais, em regiões afastadas das áreas centrais do Rio de Janeiro, para onde foram relocadas as populações das favelas demolidas. Esse é o caso da Cidade de Deus, construída em Jacarepaguá, e das Vilas Kennedy, Aliança e Esperança, implantadas em Bangu." (MAIOLINO , 2005, p.100)

O histórico clientelista na relação de representantes do poder público com o favelado, ou seja, a manutenção das tensões sociais provocadas pela possibilidade de erradicar as favelas a qualquer momento, esquivou do Estado o papel de reconhecer oficialmente as favelas, e, dessa forma, afastou a possibilidade de reivindicações sociais mais elaboradas por parte daquela população. Segundo Gonçalves (2013), a política de remoção, como vimos, se apoiava, localmente, sobre três textos:

> "a) artigo 249 do Código de Obras de 1937, que determinava que a Municipalidade deveria erradicar as favelas e construir, em substituição, habitações de tipo mínimo; b) o artigo 6º da Lei das Favelas (Lei nº 2.875, de 19 de setembro de 1956), que aceitava os reassentamentos, desde que houvessem sido construídas habitações populares para os favelados; e, finalmente, c) o artigo 66 da Constituição do estado da Guanabara, que preconizava a criação de bairros operários isentos de impostos, com vistas a erradicar as favelas consideradas irrecuperáveis." (GONÇALVES, 2013, p. 232)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Instaurada em 1964, a ditadura militar foi responsável pela centralização administrativa, política e financeira do Estado, à qual sobreveio, com o fim da democracia, a quebra da política clientelista. A total falta de debate com a sociedade também resultou na impossibilidade de resistência dos moradores de favelas, o que fez com que a forte articulação política que estava se formando fosse desmembrada.

A ruptura política entre os favelados e o Estado advinda do golpe militar acabou ampliando o discurso político centrado não mais sobre a concessão clientelista de favores, mas sobre a aquisição de direitos reais (GONÇALVES, 2013). Segundo Gonçalves (2013), o fato de o núcleo principal da Zona Sul – a região que circunda a Lagoa Rodrigo de Freitas – já estar totalmente livre das favelas também atenuou a pressão do mercado imobiliário para que as remoções prosseguissem.

Em meio a este novo cenário começaram a ser implementadas melhorias urbanas pontuais nas favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Ribeiro (2003) diz que nesse período foi instalada a caixa d'água e construída a escadaria número 46, da Rua Saint Roman. Ainda na década de 1970, pode-se comemorar também a chegada da energia elétrica ao morro, que deu origem a um levantamento/mapeamento da Light referente àquela população, documento necessário para a instalação do serviço e posterior cobrança de taxas.

Na mesma década, com a falta de pressão por remoção e a instalação de serviços públicos em várias favelas, os moradores começaram a se sentir mais seguros para construir suas casas de alvenaria. Até então, tais construções eram proibidas. No Cantagalo, isso se deu principalmente após a construção do Centro Comunitário, hoje Igreja Nossa Senhora de Fátima, e da creche POP (Pequena Obra do Presépio) pelo poder público (CASSIA, VITAL, 2003).

Na cadastral realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, através do levantamento aerofotogramétrico de 1976, percebe-se uma virada quanto à representação das favelas. No período, ainda que sem detalhes, foram apresentadas sua localização nos mapas (figura 12 e figura 13), além do contorno de sua ocupação. Essas pequenas, porém importantes, mudanças na representação refletiam uma transformação da forma como as favelas vinham sendo tratadas pelo poder público nos últimos anos, e do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

posicionamento político de seus moradores frente às transformações urbanas em curso, além de anunciar várias ações de consolidação que viriam a seguir.

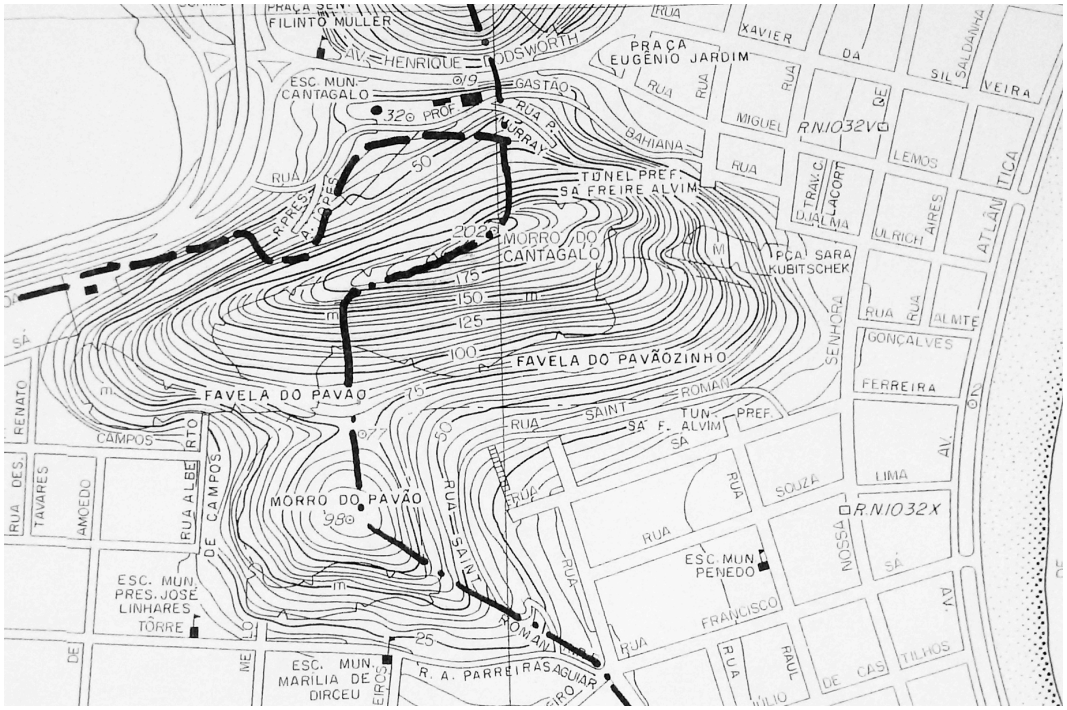


Figura 12: Recorte da cadastral de 1976 em escala 1:2.000. Fonte: Acervo Cartográfico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 13: Recorte da cadastral de 1976 em escala 1:10.000. Fonte: Acervo Cartográfico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Em 1976 foi divulgado um decreto para estabelecer um novo zoneamento para o município do Rio de Janeiro, o Decreto nº 322/76. Com ele, as favelas entraram pela primeira vez no zoneamento da cidade, classificada como Zona Especial, ZE-10, consideradas:

> "de recuperação urbana de áreas já consolidadas, constituídas por aglomerações de habitações subnormais, consideradas de interesse social." (SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, 1976)

Em 1979 foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), e com ela o primeiro documento oficial que defende o direito de existir da favela. Sua criação foi muito criticada, pois suas propostas iam ao encontro da urbanização de todas as favelas da cidade, independente de sua localização.

Quatro anos depois, após forte campanha de oposição ao regime militar, Leonel Brizola foi eleito governador do Rio de Janeiro. Em sua primeira gestão (1983-87), ficaria conhecido, principalmente, por seu engajamento junto à população mais pobre. Em entrevista à Revista Cadernos do Terceiro Mundo, em janeiro de 1983, Brizola mencionou "uma grande dívida social a ser resgatada em relação aos favelados", e defendeu que a favela, por muitos tratadas como "uma ferida no rosto desta linda cidade" mereceria investimentos (Revista Cadernos do Terceiro Mundo, ano V, n. 51, Janeiro de 1983, apud BRUM, 2006, pg. 108).

A política de Brizola em relação às favelas se articulou em três eixos: o fim das violentas operações policiais nas favelas; a instalação de serviços públicos; e a regularização fundiária por meio da oferta de títulos de propriedade, com o projeto Cada Família um Lote. As favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo foram, segundo Bastos (2013), os locais onde o programa de regularização fundiária Cada Família um Lote teve sua implantação mais completa.

Apesar da interrupção do projeto em março de 1987, este deu origem a um mapeamento detalhado inédito das favelas do Rio de Janeiro (figura 14). Ainda que esse material não tenha sido incorporado aos mapas oficiais como as plantas cadastrais ou de logradouros da cidade, o detalhamento dos territórios fez com que se tornassem possíveis intervenções mais atentas às necessidades específicas de cada favela, bem como um maior controle sobre elas, pois sabendo a quantidade e a localidade das casas da favela, era possível controlar o crescimento da mesma.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA



Figura 14: Montagem das plantas do projeto Cada Família um Lote na região do Complexo de favelas Cantagalo Pavão-pavãozinho, com destaque para a favela do Cantagalo em amarelo. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo. Editado pela autora.

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal, que trouxe modificações importantes ao conteúdo da legislação urbanística do Rio de Janeiro. Dela destacam-se o artigo 182, sobre a função social da propriedade, e o artigo 183, que previu a usucapião de imóveis ocupados há mais de cinco anos em determinadas circunstâncias (ALERJ, 1988).

3.3. Urbanização e Valorização (1990-2007)

Para Silva (2004), é na década de 1990 que as favelas passam a ser oficialmente representadas nos mapas da cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro Plano Diretor do Rio de Janeiro (1992), elaborado conforme as disposições da nova Constituição Federal, formulou um novo conceito jurídico para as favelas:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

> "[...] é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais." (Plano Diretor, 1992 apud ZALUAR; ALVITO, 1998, p.48).

No Plano Diretor foi criado um instrumento de política urbana que permitia ao poder público dar tratamento diferenciado a uma determinada área, em geral, ocupada por favela, loteamento irregular ou conjunto habitacional de baixa renda. Este instrumento, denominado Área de Especial Interesse Social (AEIS), autoriza a Prefeitura a dar gabaritos e dimensões de lotes diferentes dos permitidos pela legislação que disciplina as ocupações regulares, possibilitando a legalização dessas edificações e incorporando-as à "cidade formal".

Algumas diretrizes do Plano Diretor visavam reforçar a ideia de integração das favelas ao resto da cidade. A lei nº 1.995, de 18 de junho de 1993, por exemplo, transformou oficialmente a Rocinha em um bairro. Entre 1993 e 1995 foi pensado e conduzido em duas fases (1994-2000 e 2000-2007) o programa Favela-Bairro, com o objetivo de construir ou complementar a estrutura urbana principal – com destaque para saneamento e acessos – e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade. Para que a prefeitura pudesse atuar nesses territórios, todas as favelas contempladas com o programa Favela-Bairro foram declaradas como AEIS. Cada equipe de arquitetos e engenheiros contratados para o Favela-Bairro encomendaram levantamentos topográficos das favelas a que se destinavam seus projetos, por isso, nesta fase, algumas favelas do Rio ganharam um rico diagnóstico técnico.

Em contrapartida, os valores das moradias em determinadas favelas urbanizadas aumentaram em até 97% (Gonçalves, 2013); as construções de edifícios de vários andares se difundiram, alterando a aparência das favelas; e a expansão passou a ser mais vertical que horizontal. Comparando fotos aéreas feitas pela Sabren (Sistema de Assentamentos de Baixa Renda), no período de 1999 a 2013, percebe-se que a favela do Cantagalo, por exemplo, teve poucas alterações de perímetro, mesmo com o acentuado aumento populacional (figura 15).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

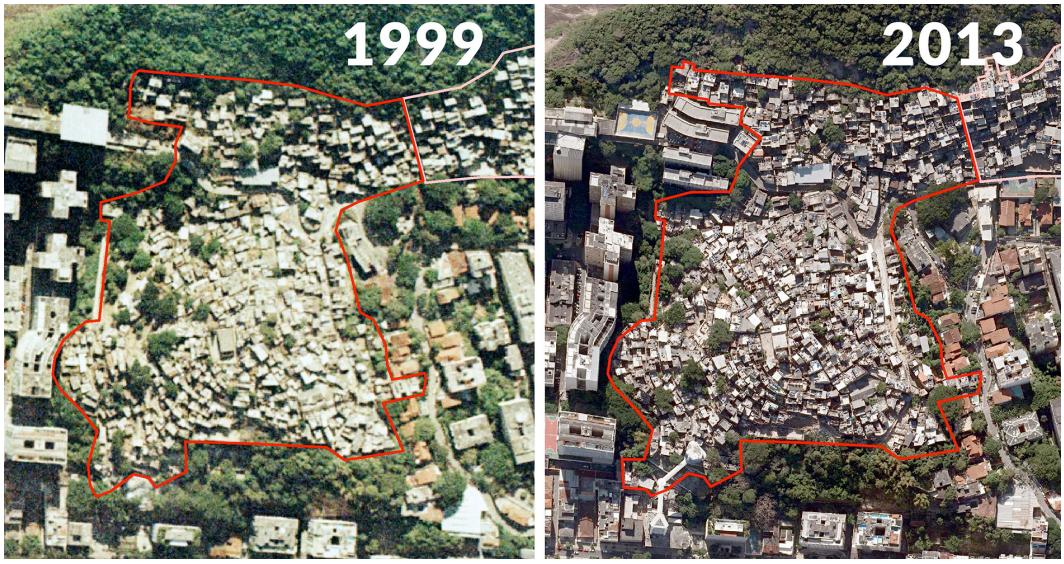


Figura 15: Foto aérea da favela do Cantagalo de 1999 e 2013. Fonte: Sabren. Editado pela autora.

Estas transformações coincidem com um cenário de aprofundamento de desigualdades socioeconômicas no país. Raquel Coutinho Marques da Silva (2015) relata que na década de 1980, a população das favelas cresceu consideravelmente: 40% de 1980 a 1991; 16% de 1991 a 2000; 19% de 2000 a 2010. Esta proliferação é associada à crise econômica e fiscal na chamada "década perdida" (1980) e à disseminação de políticas neoliberais na década de 1990. Aumentaram, neste período, os índices de desemprego, a informalidade, a especulação imobiliária e o déficit habitacional. Estes acontecimentos tiveram enorme influência no crescimento da criminalidade na cidade do Rio, inclusive com a ampliação do tráfico de drogas ilícitas no varejo, tendo as favelas como local privilegiado para instalação de bases de grupos criminosos (SILVA, 2015).

Diante destes acontecimentos, a implementação de políticas para a integração da favela à cidade formal se tornou um desafio ainda maior. Em 2005, as remoções voltaram a figurar nas pautas sociais e políticas e o caminho estava aberto para o artigo nº 429 da Lei Orgânica (2005) plantar uma brecha na lei sobre a remoção de favelas: esta passa a ser considerada válida "quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida ou a saúde dos ocupantes" (Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2005).

A partir daí, um novo cenário na história da representação das favelas nos mapas começaria a se delinear.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

3.4. Integração e Espetáculo (2007 - presente)

A implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas, têm por objetivo declarado expulsar narcotraficantes fortemente armados e instalar um policiamento comunitário em favelas. Esse programa de segurança pública estadual está em parte associado à recepção das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro - não por acaso, um ano após a candidatura à cidade-sede das Olimpíadas (que ocorreu em 2007), foi instalada a primeira UPP, na favela Santa Marta, Zona Sul da cidade.

O período é marcado então por uma nova lógica de intervenção em favelas da cidade, com base na forte articulação entre ações de urbanização e pacificação. Também são iniciadas as obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e é propagada a ideia de que o investimento em infraestrutura e as UPPs são a resposta ao problema da violência urbana, transformando significativamente o regime de visibilidade das favelas cariocas (CAVALCANTI, 2013).

Nesse contexto, várias favelas são incorporadas à segunda etapa do programa Favela-Bairro, que nas favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho acontece em 24 de novembro de 2002, quando são declaradas AEIS na Lei nº 3688 (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2003). No documento, a região é delimitada através da descrição de sua localização no que tangencia as ruas dos bairros de Copacabana e Ipanema, sem o maior detalhamento através de mapas.

Em 2008 a Lei nº 3688 é ratificada pela Lei nº 4815, e nela é adicionado um mapa detalhado (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2008), desenvolvido com recursos do programa Favela-Bairro para auxiliar os arquitetos e engenheiros na tomada de decisão dos projetos. A nova lei, além de anexar o mapa contendo a delimitação visual da região e o detalhamento das favelas (figura 16), incluiu imóveis construídos no programa Favela-Bairro, localizados à Rua Sant Roman nº 226 e nº 228, à área de Especial Interesse Social.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

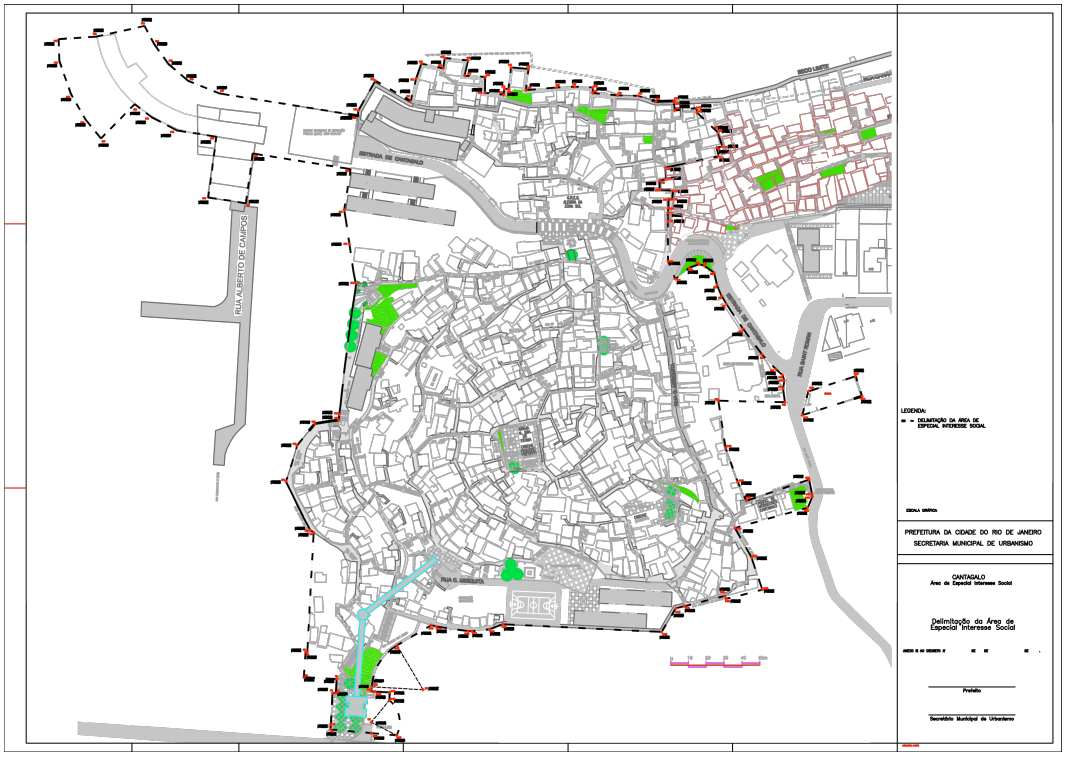


Figura 16: Mapa da favela do Cantagalo anexado a lei LEI Nº 4.815. Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2008

Em 2010 o decreto nº 33015, em consonância à Lei nº 4815, estabelece normas de uso e ocupação do solo da favela Cantagalo. Nele, além de ratificar a proibição da construção de novas edificações e acréscimo de pavimentos nas edificações existentes, foram adicionados novas regras específicas de ocupação e a favela foi dividida em cinco subzonas caracterizadas de acordo com sua morfologia, topografia e tipologia construtiva, da seguinte forma:

> "SBZ1- Área ao longo das vias de principal acesso a comunidade - 3 pavtos;
> SBZ2 - Área de encosta, conhecida como Caixa ou Miolo- 3 pavtos;
> SBZ3- Área de encosta, conhecida como Nova Brasília- 2 pavtos;
> SBZ4- Área de encosta em declive, conhecidas como Buraco Quente, Quebra Braço e Ribanceira - 1 pavto;
> SBZE1 - Área de uso especial: Complexo CIEP Presidente João Goulart e Espaço Criança Esperança
> SBZE2 - Área de uso especial: Complexo Rubem Braga - Torre do elevador panorâmico, mirantes, escadas de acesso e estação do Metrô." (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2010)

Com essa classificação, foram adicionadas ao mapa da Lei nº 4815 informações sobre o limite de pavimento na residência de cada subzona (figura 17). Da mesma forma como aconteceu com a favela Cantagalo, várias AEIS receberam decretos específicos sobre as regras de ocupação das mesmas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

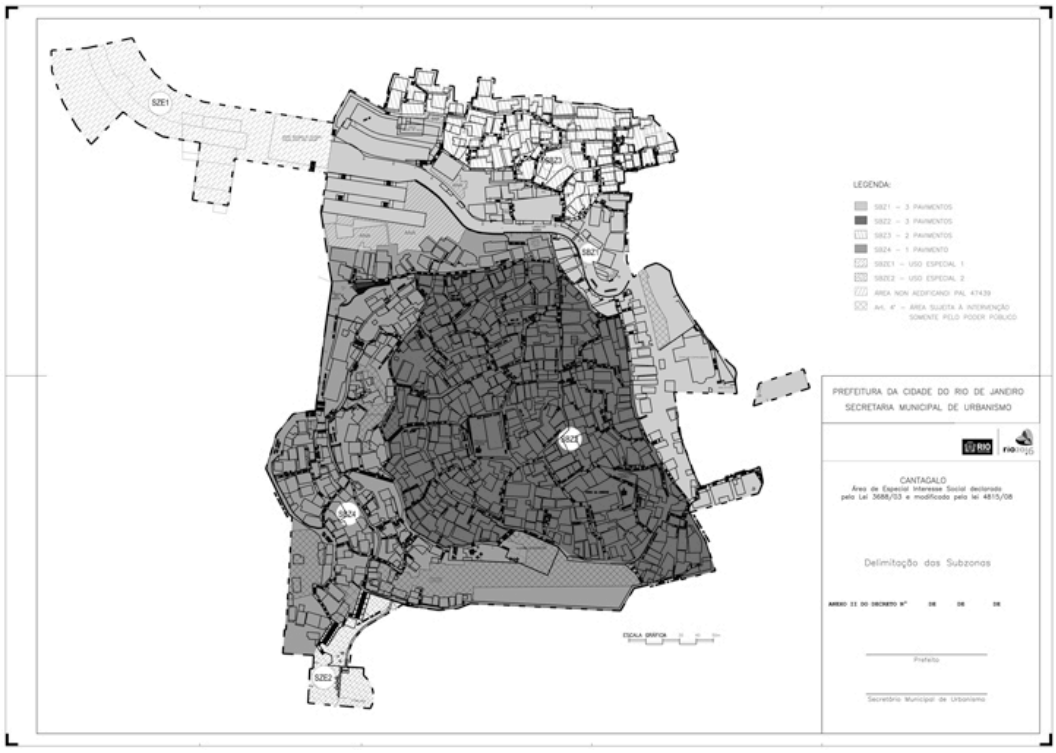


Figura 17: Mapa anexado ao Decreto nº 33015 que indica o limite de pavimentos por subzonas na favela Cantagalo. Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2010

O Censo 2010 identificou 1.071 favelas no Rio, todas excluídas dos mapas cadastrais oficiais do município. Em 2012, desse montante apenas as 49 favelas (de 38 territórios) que possuíam UPP foram incorporadas pelo Instituto Pereira Passos (IPP) à base corporativa de logradouros da Prefeitura. As demais favelas não foram representadas.

Em 2011, um novo decreto (nº 33.648) definiu parâmetros e exigências para as regiões declaradas AEIS (figura 20) com o intuito de controlar o crescimento e o adensamento dessas áreas. No decreto fica claro também que moradias situadas em áreas consideradas de risco não podem fazer quaisquer reformas ou melhorias em sua estrutura. O decreto causou uma enorme insatisfação nos moradores das favelas contempladas.

> "Art. 1° Fica vedado iniciar a construção de novas e dificações em favelas declaradas por Lei como Áreas de Especial Interesse Social – AEIS.
> Parágrafo único. Excetuam-se as construções de iniciativa e responsabilidade do Poder Público destinadas ao reassentamento de população situada em áreas de risco, de preservação ambiental e em áreas objeto de projeto de urbanização da comunidade, que poderão ser licenciadas observando os Decretos específicos.
> Art 2º Serão permitidas apenas reformas nas edificações existentes, comprovadamente para melhoria das condições de higiene, segurança e habitabilidade, desde que:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

I - seja comprovada sua existência na data da publicação da Lei que declarou a respectiva área como de especial interesse social;
II - não promova acréscimo de gabarito ou expansão horizontal ou vertical;
III - não se constituam em novas unidades habitacionais;
IV - não se situem em Zona de Risco ou de preservação.
Art. 3º As edificações existentes nas favelas declaradas como Áreas de Especial Interesse Social – AEIS que ainda não possuam legislação específica são passíveis de serem legalizadas através da Coordenadoria Geral das Áreas de Especial Interesse Social, desde que atendam aos seguintes parâmetros urbanos:
I – gabarito máximo de 02 (dois) pavimentos de qualquer natureza;
II – não estejam situadas em áreas de risco, de preservação ambiental, em espaço público e non-aedificandi;
III – apresentem condições suficientes de higiene, segurança e habitabilidade;
IV – contenham, no mínimo, um compartimento habitável, um banheiro com instalação sanitária e uma cozinha, podendo esta ser conjugada com o compartimento habitável;
V – respeitem o alinhamento definido, caso exista e
VI – comprove sua existência na data da publicação da Lei de declaração de AEIS para a favela que se situe." (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2011)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

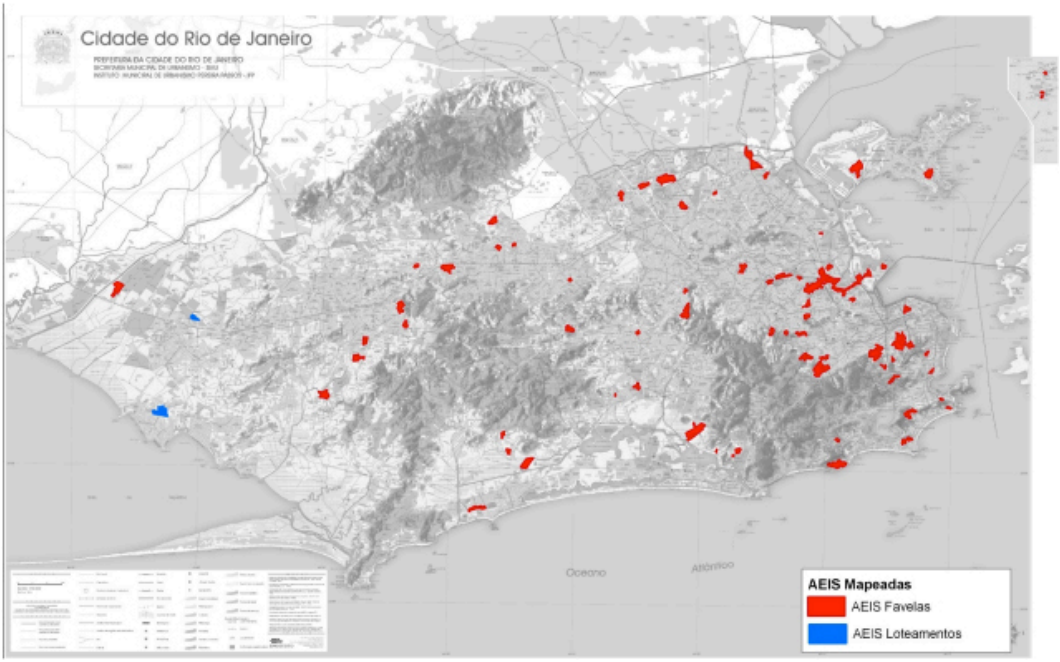


Figura 18: Áreas de Especial Interesse Social em 2011. Fonte: Veríssimo (2011)

Em 2013, a pedido da Prefeitura do Rio, a Google retirou a palavra "favela" do *Google Maps* – serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da empresa –, substituindo-as ocasionalmente pela palavra "morro", que pressupõe uma área sem ocupação. Algumas comunidades simplesmente desapareceram do mapa virtual da cidade (figura 19).

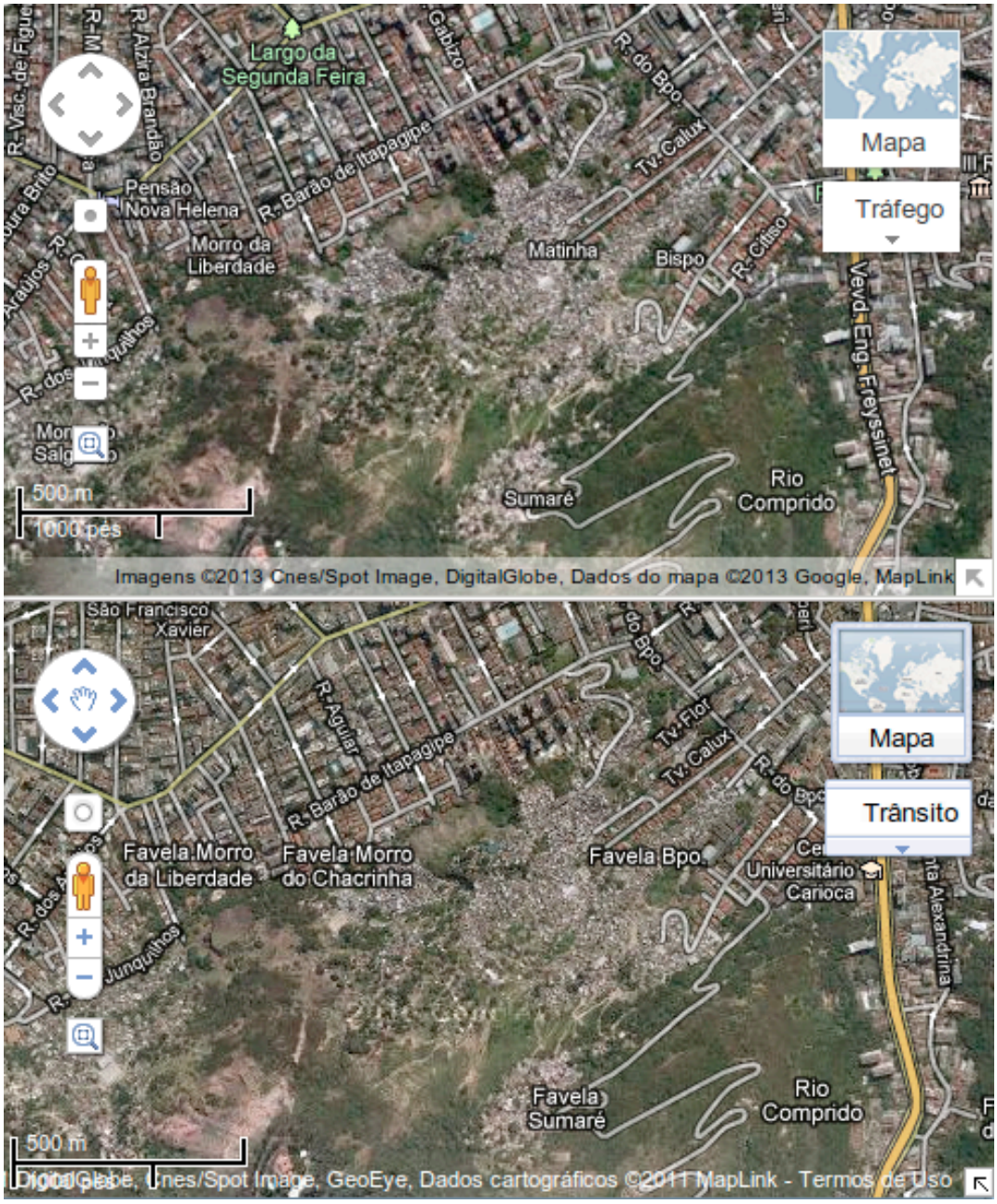


Figura 19: Comparação na região do Rio Comprido em 2011 e 2013. Fonte: comitepopulario.wordpress.com

O desenho de vias e a indicação de pontos de interesse em favelas cariocas, no entanto, já não era usual no Google Maps. A maioria das favelas cariocas são, ainda hoje, manchas cinzas ou verdes no mapa de busca virtual da empresa. Além disso, muitas vezes, essas favelas aparecem com sua localização errada, como é o caso da Favela Cantagalo, que, contraditoriamente, se localiza no morro do Pavão, não no morro do Cantagalo. Se buscarmos por "Favela Cantagalo" no Google Maps, sua localização é mostrada em um morro com densa vegetação, sem indicação de residências (Figura 20).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

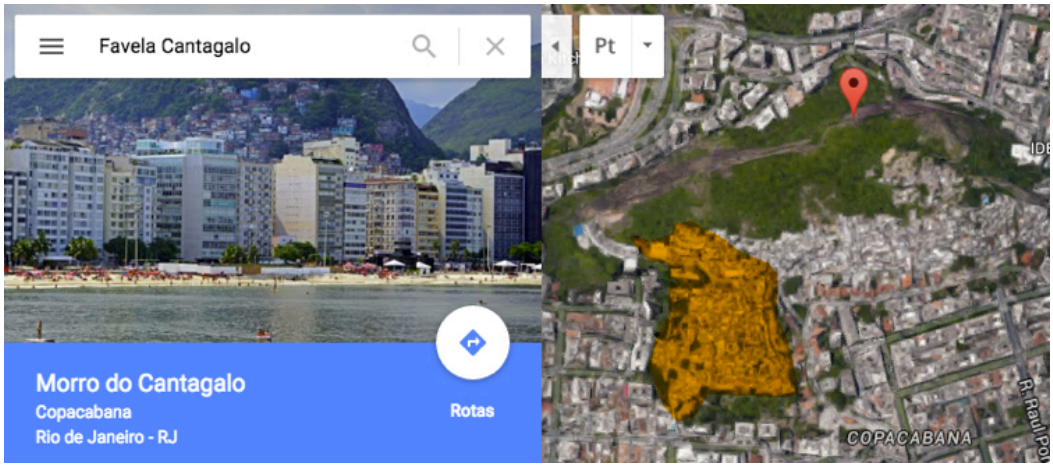


Figura 20: Imagem do Google Maps editada pelos autores. Em amarelo a localização correta da favela Cantagalo. Imagem gerada pela autora em 21 de Outubro de 2015.

Contraditóriamente, a partir de 2014, a Google, após a retirada da palavra "favela" do seu mapa digital, passou a investir em um projeto de mapeamento participativo das favelas do Rio de Janeiro[8].

Encontramos ainda mais detalhes no mapa digital da Sabren (2015), desenvolvido pelo Instituto Pereira Passos (IPP), órgão público ligado à Prefeitura do Rio de Janeiro, responsável pelo planejamento urbano da cidade. Produzido exclusivamente para este fim – concentrar informações sobre as favelas cariocas – o mapa em questão não apresenta as favelas da cidade como “favela” e sim como “morro”, o que, novamente, reforçam os equívocos de localização desses pontos. No mapa da Sabren, por exemplo, a “Favela do Cantagalo” aparece sinalizada como “Morro Cantagalo” (figura 21).

[8] Projeto Tá no Mapa, realizado em parceria com o Grupo Cultural AfroReggae e a agência publicitária JWT.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA



Figura 21: Trecho do mapa da Sabren onde ficam localizadas as favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Fonte: Sabren

O programa Rio+Social, da Prefeitura do Rio, também concentra alguns projetos de mapeamento nas favelas pacificadas. Sobre dois deles, ditos de caráter participativo (a saber: Mapa Rápido Participativo e Mapa Participativo da cidade do Rio de Janeiro), falaremos mais adiante. O programa também se propôs a incoporar os logradouros das favelas ao mapa de logradouros da cidade.

Segundo Leandro Souza (2012), os principais obstáculos para o mapeamento de logradouros em favela são o alto custo para restituição cartográfica; dificuldade de mapeamento com GPS; lotes irregulares; condição topográfica adversa; alta densidade de ocupação; e a dificuldade de circulação interna. Por isso, além de usar informações de mapeamentos anteriores (Cada Família um Lote; Favela-Bairro; PAC-Favela etc), foram utilizados eixos do IBGE Censo 2010, e Agentes de Campo do programa (apenas moradores locais) trabalharam *in loco*, conferindo as informações (figura 22).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

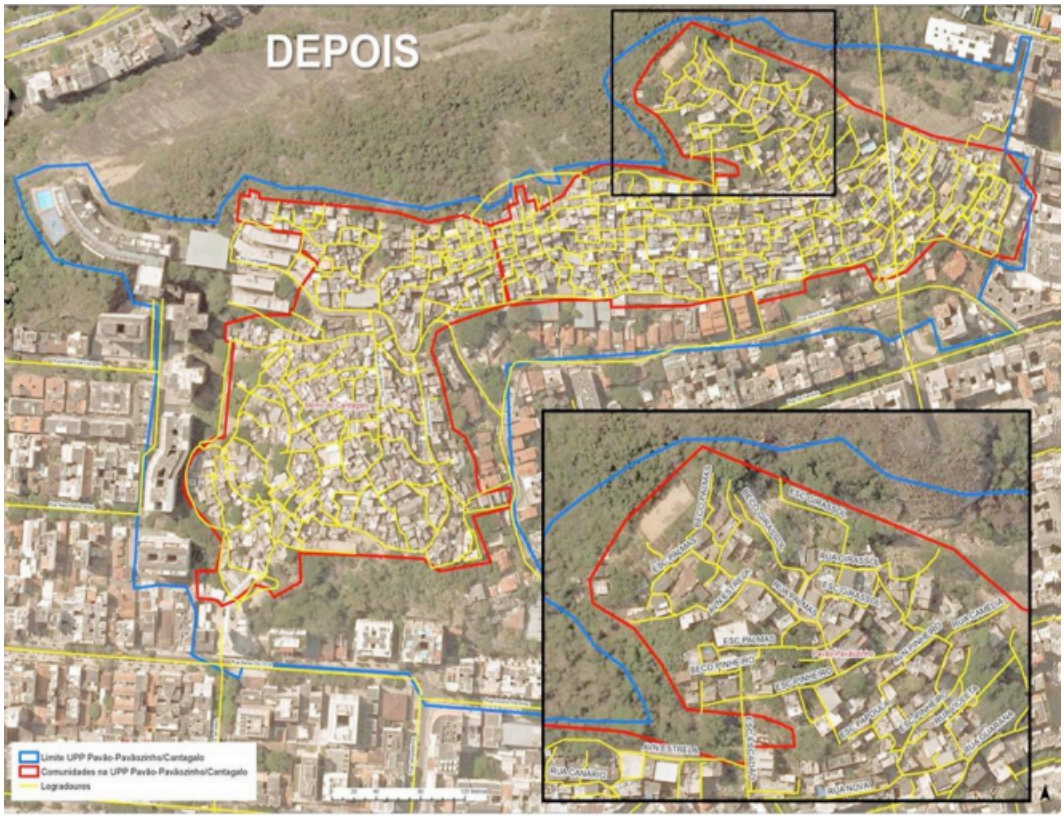


Figura 22: Resultado do Mapeamento de Logradouros feito pelo Rio+Social em 2013 nas favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Fonte: Instituto Pereira Passos (2013)

Todavia, não raro, mesmo com a identificação e o mapeamento desses logradouros, eles não são reconhecidos. Segundo a Analista de Geoprocessamento do IPP que não quis se identificar, isso ocorre porque na maioria dos casos a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) questiona a qualidade dos dados coletados pelos Agentes de Campo do Rio+Social. Argumenta-se que os dados fornecidos pelo técnico da SMU são mais precisos. No entanto, segundo a entrevistada, a velocidade e a possibilidade de trabalho deste órgão e de seu corpo técnico são menores que as do Agente de Campo - funcionário contrato pelo Rio+Social, que muitas vezes é morador da favela.

Outro problema enfrentado para o reconhecimento desses logradouros é que, com frequência, o nome de uma rua conhecida na favela não condiz com as regras de nomenclatura aceitas pela SMU. O logradouro, por exemplo, não pode ter o nome de uma pessoa morta por perfuração, não pode ter o nome de uma pessoa viva, não pode ter nome repetido de ruas próximas etc. Na favela é comum que desobedeçam a essas regras: os moradores utilizam nome de pessoas ainda vivas, como é o caso do Vidigal, que tem uma Rua Ney Matogrosso; ou várias

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

ruas com o mesmo nome, a exemplo da favela Pavão-Pavãozinho, onde várias ruas são chamadas de "Amor Perfeito". Mormente, acontece de muitas ruas aparecem com o mesmo nome por se tratar de uma rua que foi crescendo e se ramificando no decorrer do crescimento da favela.

Apesar do esforço em inserir esses logradouros no mapa oficial, o programa Rio+Social não obteve um avanço muito significativo. As favelas com maior mobilização e organização interna, porém, conseguiram resultados mais significativos. A Maré é um exemplo emblemático, uma vez que já possuía um extenso levantamento feito pelos moradores (o Guia de Ruas da Maré) e que este foi incorporado às bases da Prefeitura.

Como visto, é bastante amplo o histórico que tangencia as favelas cariocas e o movimento do mercado de mapeamento detalhado destas áreas. Contudo, a Prefeitura do Rio de Janeiro até hoje não as inseriu em seu mapa de turismo oficial (apresentado completo no Anexo I), o que induz os estrangeiros a acreditar que elas não existem (figura 23).



Figura 23**:** Recorte do Mapa Turístico Oficial do Rio de Janeiro. Fonte: Riotur, 2015

Além dos projetos supracitados, percebemos nos últimos anos o surgimento de iniciativas de mapeamento de favelas do Rio. Isto acontece, em parte, devido aos recentes avanços tecnológicos, que são globais, mas também acreditamos que esteja relacionado a fatores de caráter local, que competem para acelerar este

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

processo de “corrida de visibilidade” das favelas cariocas. Merecem destaque dois destes fatores já citados no capítulo anterior. O primeiro está diretamente relacionado à preparação da cidade aos Jogos Olímpicos – para os quais são precisas transformações materiais e simbólicas das favelas localizadas em suas imediações. O segundo tem a ver com o crescimento econômico destas áreas.

Em comum a estes projetos (dezesseis ao todo, sento quatorze de caracter participativo), há os discursos que se apoiam nas noções de inclusão, integração, reconhecimento e cidadania de populações e territórios historicamente excluídos.

Neste contexto, notamos que à medida que são lançados novos projetos de mapeamento também aumenta a expectativa de visibilidade e inclusão cartográfica dos moradores das favelas contempladas. Estas, localizadas em áreas abrangidas por programas de pacificação, são minoria na cidade e estão concentradas em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário e/ou próximas ao cinturão olímpico. Apesar do Mapa de Uso do Solo da cidade do Rio de Janeiro, de 2015, atestar o conhecimento da Prefeitura em relação às favelas em toda a cidade, a Zona Oeste e o extremo Norte, em contrapartida, praticamente não são contemplados por projetos de mapeamento (figura 24)[9].

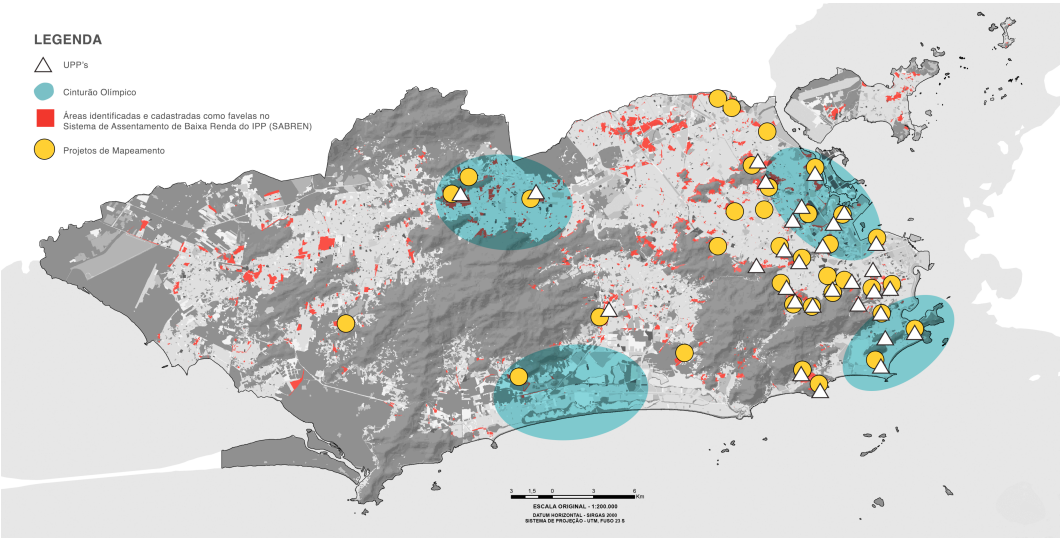


Figura 24**:** Mapa de Uso do Solo da cidade do Rio de Janeiro editado pela autora com destaque para os projetos de mapeamento, além das áreas identificadas e cadastradas como favelas no Sistema de Assentamento de Baixa Renda do IPP atualizadas até 2015, da marcação das favelas com UPP’s e do cinturão olímpico. Fonte: A autora.

[9] O desenvolvimento desse mapa, bem como o levantamento dos projetos, que serão detalhados no capítulo a seguir, surge a partir de discussões com Flavia Neves Maia (PROURB) e de diálogo com sua pesquisa "Mapa dos Mapeamentos", do Laboratório de Urbanismo e Meio Ambiente (LAURBAM). Em sua pesquisa, juntamente com a equipe do LAURBAM, foi gerado um mapeamento detalhado sobre projetos de mapeamento participativos em favelas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Faulhaber e Azevedo (2015) apresentam um mapa com as remoções feitas pela gestão do prefeito Eduardo Paes entre os anos de 2009 e 2013 – mais de 67 mil (figura 25). O mapa revela que as remoções acontecem principalmente na Zona Sul, Central e Norte e os moradores das favelas são, em sua maioria, levados para a Zona Oeste e realocados em habitações do Programa Minha Casa Minha Vida. Com isso, percebemos que as principais regiões abrangidas pelos projetos de mapeamento também são foco das remoções ocorridas na gestão do prefeito. Isto não acontece por acaso, pois os "territórios luminosos", como apontado por Milton Santos (1996), são aqueles que tendem a atrair atividades econômicas. À medida que estes territórios são valorizados, as favelas também se tornam "alvo" do mercado imobiliário. Por outro lado, os "territórios opacos" - ou seja, as regiões dentro das favelas que não atendem às expectativas do mercado -, bem como as "favelas opacas", seguem sem investimento em urbanização, segurança, saúde etc.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

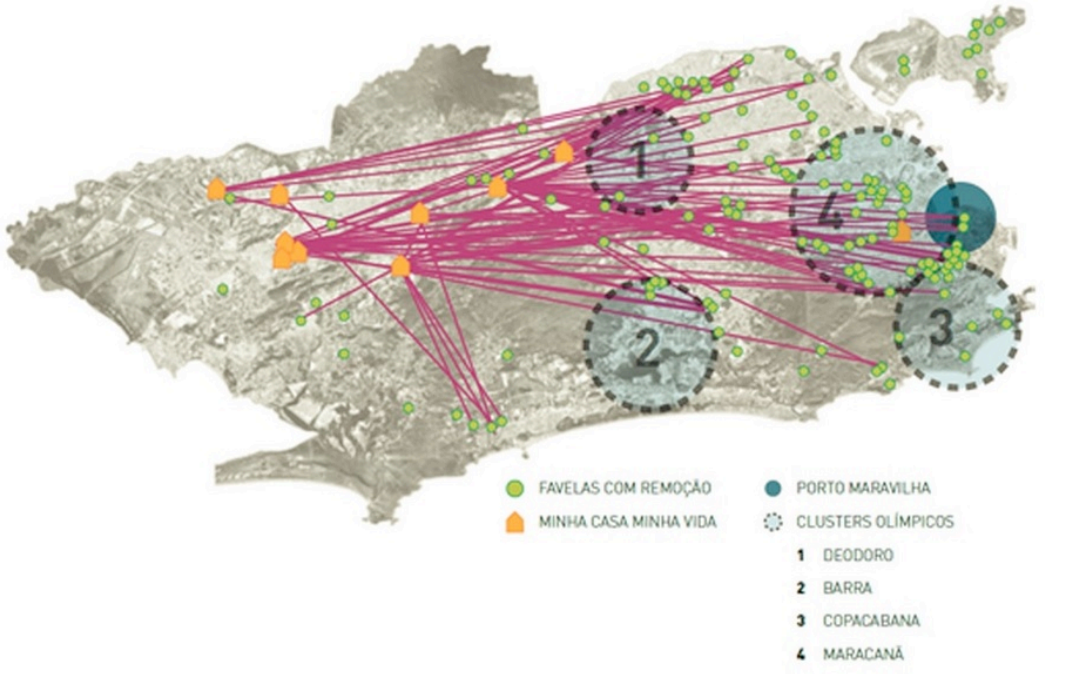


Figura 25**:** Mapa das remoções feitas pela gestão do prefeito Eduardo Paes entre os anos de 2009 e 2013. Fonte: Faulhaber e Azevedo (2015)

A maioria dos projetos de mapeamento em favela que surgiram nos últimos anos são desenvolvidos de modo participativo, ou seja, as empresas, o Estado e as ONG's utilizam a *expertise* dos moradores na geração de dados para seus mapas.

No próximo capítulo, vamos discutir sobre como se dá essa participação, como isso se desdobra na narrativa e na promoção desses projetos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

4.
Narrativas e Participação nos Projetos de Mapeamento

Pasolini (1990) narra em seu texto "Discurso dos cabelos" que, apesar dos jovens "cabeludos" – que representavam o início do movimento hippie – não proferirem um discurso verbal articulado sobre o que representava seus cabelos longos naquele contexto, era possível decifrar, a partir de sua "linguagem da presença física", que aquela estética se dava em decorrência da quebra com a burguesia e da desconstrução da estética higienista do pós-guerra. Um posicionamento de clara inclinação de Esquerda.

Pasolini então continua a narrar a transformação deste discurso até o ponto em que este é apropriado pelo mercado e passa a fazer parte, no fim das contas, de um discurso de Direita. "A subcultura do poder absorveu a subcultura da oposição e a tornou sua: com habilidade diabólica, fez pacientemente dela uma moda que, se não puder ser chamada propriamente de fascista no sentido clássico da palavra, é porém verdadeiramente de 'extrema direita'" (PASOLINI, 1990, pg. 34).

Assim como no "Discurso dos cabelos", o movimento de consolidação das favelas cariocas surge em um contexto de luta pela não remoção de seus moradores. E hoje este movimento foi "fagocitado" pelo Estado, com projetos que, como Cavalcante (2013) destaca, promovem o espetáculo da integração da favela com a "cidade-asfalto", mas não leva em consideração o histórico de luta e as demandas levantadas pela população.

Para Jean-François Lyotard (2004), a relação entre fornecedores e usuários do conhecimento, e o próprio conhecimento, tende a assumir a forma que os produtores e os consumidores têm com suas mercadorias, ou seja, a forma valor.

A característica estrutural dos mapas reside no fato de que para desempenharem adequadamente as suas funções, eles têm inevitavelmente de distorcer a realidade (SANTOS, 2001). Igualmente, a favela, que, como todo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

território, tem sua particularidade, é reduzida àqueles códigos visuais, de forma a ser possível sua inserção no mapa-base de seus respectivos projetos, o qual possui uma finalidade econômica específica.

> "Jorge Luís Borges conta-nos a história do imperador que encomendou um mapa exacto do seu império. Insistiu que o mapa devia ser fiel até ao mínimo detalhe. Os melhores cartógrafos da época empenharam-se a fundo neste importante projecto. Ao fim de muitos trabalhos, conseguiram terminá-lo. Produziram um mapa de exactidão insuperável, pois que coincidia ponto por ponto com o império. Contudo, verificaram, com grande frustação, que o mapa não era muito prático, pois que era do tamanho do império." (SANTOS, 2001, pg. 200)

Italo Calvino, ao falar do exercício de documentar uma narrativa nos atenta sobre o desafio do registro. Para ele são

> "duas pulsões distintas no sentido da exatidão que jamais alcançam a satisfação absoluta: em primeiro lugar, porque as línguas naturais dizem sempre algo mais em relação às linguagens formalizadas, comportando sempre uma quantidade de rumor que perturba a essencialidade da informação; em segundo, porque ao se dar conta da densidade e da continuidade do mundo que nos rodeia, a linguagem se revela lacunosa, fragmentária, diz sempre algo menos com respeito à totalidade do experimentável." (CALVINO, 2002, pg. 88)

Sabemos que não é possível representar um território no mapa tal qual ele é na realidade (SANTOS, 2001). Também sabemos que, como disse Lyotard (2004), a escala, o recorte e as informações adicionadas ao mapa estão condicionados à regra de mercado, onde tomam o protagonismo e têm maior valor o saber que pode ser comercializado.

Calvino (2002) alerta para o que ele chama de "automatismo" da linguagem. Para ele, a comunicação tende a nivelar a expressão em fórmulas mais genéricas, anônimas, abstratas, e a diluir os significados.

Percebemos esse mecanismo no mapeamento, que obedece a um padrão mundial de representação, uma possibilidade de empobrecimento da forma de representação do território. A Google, por exemplo, através do projeto de mapear favelas, se compromete a facilitar o acesso da população externa àquele território. Mas, ao seguir os "pontos de interesse" da empresa (comércio, igrejas, ONG's etc.), esse recorte reduz a favela (para quem a vê de fora) a apenas aqueles pontos mapeados.

A proposta de mapeamento da Google, como veremos mais adiante, tem um objetivo prático: levar o transeunte de um ponto a outro buscado no seu mapa,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

indicando a rota mais "fácil" (que demande um menor, ou mais rápido, deslocamento) entre eles.

Para Mario Vargas Llosa (2012), essa lógica decorre da busca pela informação descomplicada. Segundo ele, "os leitores de hoje querem livros fáceis, que os distraiam, e essa demanda exerce uma pressão que se transforma em poderoso incentivo para os criadores". Dessa forma, o mapa que ofereça um resultado imediato do local que se deseja visitar, com informações descomplicadas sobre o deslocamento, será o mais acessado pelo público. Por sua vez, isso faz com que os desenvolvedores de mapas se atentem ao imediatismo quando têm de projetar um novo produto, e assim suscetivamente.

Nesse contexto, Llosa (2012) tece um cenário contemporâneo pessimista, no qual ele destaca o empobrecimento das ideias como força motriz da vida cultural. Segundo Llosa, hoje, a forma importa mais que o conteúdo, e a aparência mais que a essência. O que dialoga com o pensamento de Harvey sobre ética x estética, no qual o autor destaca que "uma vez que os pobres ficam estetizados, a própria probreza sai do nosso campo de visão social" e, nesse contexto, a "ética é de fato dominada pela estética, convidando, por conseguinte, a amarga colheita da política carismática e do extremismo ideológico" (HARVEY, 1992, p. 301).

> "Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes." (BENJAMIN, 1985, pg. 203)

Para Walter Benjamin (1985), quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. As informações estão sempre acompanhadas de explicações, diferente da história, que o leitor é livre para interpretar como quiser. "Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio" (Benjamin, 1985, p. 203). O que nos leva à reflexão de Calvino: "Talvez a inconsistência não esteja somente na linguagem e nas imagens: está no próprio mundo" (CALVINO, 2002. p. 73).

Aqui é necessário esclarecer que o termo *Narrativa* utilizado neste texto é dito sob a ótica estruturalista, ou seja, Benjamin (1985) entende por Narrativa um gênero discursivo, no qual ocorre uma experiência de tal ordem que transforma o discurso em um intercâmbio. Por isso, a "informação", nesse contexto, não é considerada Narrativa. Apesar de muitas vezes apresentar uma estrutura de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

organização que se vale do gênero discursivo, ela não gera a dimensão experiencial que Benjamin destaca, logo, não funciona como experiência narrativa. Nessa conjuntura, a informação se apresenta neutra, pontual e instantânea, e não perdura como reminiscência.

Percebemos que alguns projetos trabalham o mapeamento participativo pelo viés utilitarista. Mas proponho aqui um exercício alteritário, trazendo o experimento da Deriva Situacionista como um contraponto. A crítica urbana da *Internacional Situacionista*, segundo Paola Jacques (2003), teve sua base teórica pautada, sobretudo, na observação e experimentação da cidade existente – da mesma maneira que não houve uma forma situacionista material de cidade, mas uma forma situacionista de experimentar a cidade.

Os Situacionista colocavam os habitantes como peça-chave dessa experimentaço. Para eles, quando os cidadãos passassem de espectadores para construtores, transformadores e "vivenciadores" de seus próprios espaços, isso impediria todo tipo de espetacularização urbana. A deriva situacionista seria então uma apropriação do espaço urbano pelo pedestre pela ação do andar sem rumo através da técnica da psicogeografia, que seria basicamente o mapeamento da afetividade diante dessa ação.

Temos então um claro contraponto: de um lado, um mapeamento que oferece todas as respostas para que seja possível a navegação pela cidade de forma prática e rápida (informação); de outro, um exercício que convida a se perder; sem pressa, experimentar a cidade, trocar experiências e conhecer outros navegantes; e, dessa forma, construir um mapa afetivo por meio do ponto de vista do usuário (narrativa). Uma narrativa cotidiana, fomentada coletivamente através de pequenas narrativas pessoais.

Acredito que na primeira perspectiva, a quantidade inimaginável de possibilidades oferecidas no mapa pode levar, como Calvino (2002) alerta, ao empobrecimento da relação com os espaços.

> "Em nossa memória se depositam, por estratos sucessivos, mil estilhaços de imagens, semelhantes a um depósito de lixo, onde é cada vez menos provável que uma delas adquira relevo." (CALVINO, 2002, p.107)

De acordo com Henri Acselrad (2008), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Esse mapeamento pode vir por meio de relatos, ilustrações, trajetos, roteiros esquematizados, entre outros.

A flexibilidade dos procedimentos participativos de mapeamento é outra característica importante, pois pode se adaptar a diferentes contextos. De acordo com Alix Flavelle (2002), duas estratégias principais podem ser utilizadas em tarefas que utilizam o raciocínio geoespacial:

- "sketch maps" – mapas esquemáticos ou croquis, ou seja, um desenho à mão livre, em que se utiliza o conhecimento local para a identificação e representação de objetos espaciais de interesse para uma comunidade. Não requer qualquer tipo de mensuração, cálculo ou técnica cartográfica, possuindo assim pouca exatidão.

- "base maps" – mapas base: são mapas construídos sobre bases cartográficas que possuem referenciais cartográficos e geodésicos, por meio da adição de novas informações sobre diferentes temas.

O mapeamento participativo digital se inicia, ainda que timidamente, nos anos 1990, com a popularização da internet. Na década de 2000, a partir da disseminação da *web 2.0*[10], estes mapeamentos começam a se difundir no ambiente urbano.

O processo de inclusão de atores sociais locais nas práticas da cartografia desperta inúmeras questões relativas ao debate do tema. Para Marcus Colchester (2002), por exemplo, entre as ONGs que apoiam povos indígenas nesses processos de mapeamento haveria uma tendência crescente à adoção de sistemas sofisticados, estimulados por uma fascinação pela tecnologia e pelo desejo de chegar primeiro, ultrapassando, assim, as autoridades governamentais. O risco, como alerta Lyotard (2004), é que o processo de mapeamento se afaste das prioridades dos grupos sociais que se quer beneficiar e acabe se transformando em mais uma forma de sua anexação administrativa, desta vez praticada por ONGs, contra as quais devam lutar as populações locais.

Além disso, os mapas correm o risco de congelar o que, na verdade, são fronteiras e sistemas de uso da terra ainda não consolidada (COLCHESTER, 2002). São, via de regra, traçadas rígidas linhas delimitadoras, onde, todavia,

[10] Uso da web como espaço de interação e participação por meio de produção e compartilhamento autônomos de conteúdos pelos usuários. É a plataforma de serviços wiki, como a Wikipedia e de redes sociais, como Facebook, Twitter ou Youtube, dentre outros.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

podem prevalecer fronteiras imprecisas e ambíguas. Os mapas podem não apenas incluir os conceitos dos mapeadores da favela, mas também excluir os daqueles que não participam, quer sejam pessoas das favelas ou das áreas em questão (geralmente, grupos com situação social subalterna), quer sejam pessoas de fora ou localizadas nas fronteiras (comunidades vizinhas e interligadas).

Mesmo em se tratando de mapeamento participativo, é necessário se manter atento ao quê e a quem o mapa se destina. Como já dito, muitas empresas lançam mão do conceito de "participativo" para credibilizar aquele conteúdo e utilizá-lo em proveito próprio. Para John Brian Harley (2001) os mapas são essencialmente uma linguagem de poder e não de contestação. Apesar, é claro, de o autor não se referir a projetos de mapeamento participativo, podemos nos valer dessa reflexão para analisar os projetos de mapeamento participativo em favela sem que nos deixemos fascinar pela apropriação do termo "participativo".

Analisando por outra ótica, quando a cartografia se trata de afirmação e representação social de um grupo específico, ela pode influenciar no entendimento e na reorganização urbana do local, o que reflete diretamente no cotidiano daquela população e, consequentemente, no uso que a mesma faz de sua cidade.

De acordo com Henri Léfèbvre (2001), a classe trabalhadora seria o "componente chave" no processo de transformação do espaço urbano, pois, conforme ele, a classe operária é a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela. Ressalvando que, "isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível". Léfèbvre (2001) acredita que o direito à cidade não se refere apenas ao direito a acessar os benefícios da cidade, mas também o direito de participar de sua construção. A cidade é uma obra coletiva e as suas configurações espaciais, um elemento político. As lutas sociais não se dão somente na cidade, mas também pela cidade que vivemos e almejamos.

Vislumbrando o mapeamento participativo por esta ótica, o mesmo pode surgir como uma possibilidade de materializar a reflexão e a ação de um grupo acerca de um espaço delimitado. O mapeamento participativo – que pode ser feito manualmente ou com uso de tecnologia – pode enriquecer o entendimento do espaço se não for utilizado apenas como reprodução do capital ou da dominação do Estado, e funcionar com um exercício crítico, político e até de experimentação da cidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

No Rio de Janeiro, percebe-se a aparição de vários movimentos de mapeamento participativo nas favelas cariocas, os quais foram apresentados por agentes urbanos diversos, como empresas, organizações da sociedade civil, agências supranacionais e até mesmo o poder público.

Em 2014, a prefeitura divulgou abertamente seu interesse em investir em Parceiras Público-Privadas Participativas (PPPP). Segundo Eduarda La Rocque, presidente do Instituto Pereira Passos, "a união de forças da iniciativa privada, do poder público e da sociedade podem ser uma solução para as demandas de desenvolvimento das favelas do Rio" (MELO, 2014). Com este discurso, a presidente coloca a iniciativa Público e Privada em um mesmo nível de importância que a esfera Participativa. Mas como se dá o diálogo entre esses atores? É possível conjugar seus interesses? É isso que pretendemos investigar neste captítulo.

Segundo Carlos Montaño (2002), a parceria Público-Privada tende a transferir a responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, que a resolverá por meio da autoajuda, ajuda mútua ou, ainda, adquirindo serviços como mercadorias. Dessa forma, as políticas sociais passam a ser focalizadas, perdendo, assim, seu princípio universalista. E com a descentralização administrativa, as políticas tornam-se ainda mais precarizadas, entre outros problemas, porque são transferidas as competências sem os recursos correspondentes e necessários para executá-las.

Vera Maria Peroni (2013, p.243) afirma que há a falsa ideia de que a sociedade civil está participando, quando, na realidade, "as suas instituições representativas, como sindicatos, movimentos sociais e partidos, estão sendo arrasados como parte da estratégia neoliberal".

O conteúdo destes mapas, de acordo com seus propositores, são legitimados por meio da participação dos moradores de favela no processo, ainda que eles, quase sempre, não tenham autonomia de pensar a forma e o conteúdo que deverá ser incluído. Contudo, o mapa é "vendido" como se a autoria fosse dos próprios moradores e, por isso, um registro da "verdade". O indivíduo, grupo ou organização responsável pela metodologia e desenvolvimento do mapa, nesse momento, fica em segundo plano.

Percebemos que essa crescente demanda na "simulação da realidade" não se apresenta apenas no mapeamento participativo, mas em outras instâncias e meios

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

de comunicação, como o aumento da procura por "reality shows" nas mídias de massa; o recente protagonismo de jovens na internet – vide o fenômeno dos YouTubers; o jornalismo que se vale cada vez mais de conteúdos enviados por espectadores etc.

Apesar deste trabalho não ter por objetivo o aprofundamento do tema acima mencionado, caberia aqui uma uma análise histórica mais extensa desse processo, que poderá ser abordado posteriormente em outro trabalho.

É importante ressaltar que essa conjuntura não surge descontextualizada, mas aparece justamente da evolução/reflexão do conceito de "autor" nos processos. Na Idade Média, o artesão, escritor, em suma, autor, era anônimo, não tinha um protagonismo. No Renascimento, o autor conquista um protagonismo e ganha o status de "gênio autoral". No Modernismo, o autor configura a "autoridade máxima" e a ciência lhe confere a legitimação das informações. Agora, vemos paulatinamente um "esvaziamento do autor", em que, acredita-se, só quem vive a experiência é que tem algo a dizer a respeito.

Isso vem gerando processos autorais esquizofrênicos, a exemplo dos mapeamentos que serão apresentados. Estes também são vendidos como se fossem feitos pelos próprios moradores, e assim, mais uma vez, o uso do termo "participativo" legitima a informação inserida nos mapas das favelas, não obstante o processo "participativo", na recorrente maioria dos projetos, estar condicionado a uma metodologia rígida, desenvolvida por projetistas estrangeiros para a favela, e na qual o favelado não adiciona a informação por ele desejada, mas sim as de categorias previamente definidas e que as empresas e/ou o governo os treinam para fazer dentro de uma sistematização limitada.

Tendo esse panorama, no próximo capítulo é apresentado um diagnóstico geral referente à esfera em que se dá a participação nos projetos, através do levantamento dos mapeamentos participativos nas favelas do Rio de Janeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

5.
Levantamento e Análise de Projetos de Mapeamento

Para trazer à tona a questão da participação dos moradores de favela no processo de mapeamento dos projetos que serão apresentados neste capítulo foi desenvolvido um gráfico de análise da participação. O mesmo foi pensado valendo-se do passo-a-passo utilizado na concepção da maioria dos projetos a serem descritos (figura 26).

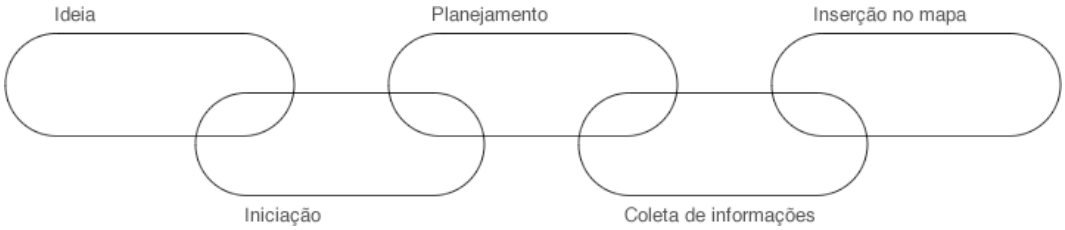


Figura 26**:** Gráfico de análise da participação. Fonte: A autora.

Cada categoria da imagem superior se refere a uma etapa de um projeto genérico de mapeamento participativo. O desenho apresenta retângulos justapostos para representar que as etapas não acontecem de forma linear, e sim de forma justaposta ou até mesmo em uma ordenação diferente da apresentada. Sabendo disso, entendemos que essa padronização, apesar de reducionista, nos ajuda a representar de forma mais clara em que momento se dá a participação nos projetos apresentados.

Nosso gráfico se inicia com a "ideia" do projeto, ou seja, com o reconhecimento da necessidade específica em uma determinada localidade. Na sequência, a "iniciação", nesta pesquisa, se refere às etapas necessárias para dar partida ao projeto, ou seja, desenvolver seu gerenciamento, buscar parceiros etc. O "planejamento" se refere ao desenvolvimento e às adequações da metodologia específica para aquele projeto. Quem vai mapear? Onde serão inseridas as informações? Como serão organizadas visualmente essas informações? A "coleta

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

de informações" refere-se, como o nome já diz, à etapa de coleta de informações para a alimentação do mapa. Por último, a "inserção no mapa" se refere à organização das informações nos moldes do mapa desenvolvido ou escolhido no "Planejamento".

A intenção é que, através desse gráfico, seja possível visualizar, de forma sucinta, em que momento os moradores das favelas são convidados a participar do projeto. Para tanto, dividimos as etapas do projeto em três status (figura 27):

1) Restrito: quando é vetada a partição de qualquer pessoa que não esteja na concepção/coordenação do projeto;

2) Parcialmente participativo: quando é liberada a participação para apenas um grupo seleto;

3) Totalmente participativo: quando qualquer pessoa pode adicionar informação ou acrescentar algo àquela determinada etapa do projeto.



Figura 27**:** Elementos do Gráfico de análise da participação. Fonte: A autora.

Serão analisados, ao todo, dezesseis projetos, sendo que quatorze deles foram declarados como "participativo" por seus propositores.

5.1. Carteiro Amigo

O projeto "Carteiro Amigo" teve início em 2000, fundado por três amigos, Carlos Pedro, Eliane Ramos e Silas Viera. O objetivo do projeto era oferecer um serviço de entrega de correspondência aos moradores da Rocinha – na época, quando o nome "Rocinha" era pesquisado no Google Maps*,* a única resposta obtida era a localização da Estrada da Gávea. Para solucionar este problema, o grupo de amigos desenvolveu um mapa lógico através da geração de sequências de algorítmos (figura 28), conjuntos de instruções para operações específicas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA



Figura 28**:** Os dados, atualizados diariamente, para criar o mapa. Fonte: Mier (2014)

Eles criaram um código interno, uma linguagem informal de categorias para explicar cada estrutura fixa, natural ou fabricada, que se encontra em cada rua, escada e beco dentro da enorme comunidade da Rocinha. Por exemplo, um "condomínio" é definido como "um beco sem saída com menos de 12 residências" (MIER, 2014).

> "Como não existem nomes oficiais para a grande maioria das ruas na Rocinha, os moradores inventam. Uma rua normalmente tem pelo menos dois ou três nomes. As ruas não começam nem terminam de uma forma arbitrária – dependendo com quem você esta falando, ela pode começar de cima para baixo, de baixo para cima ou até mesmo no meio. Pedro e seus colegas foram obrigados a criar um início e fim virtual de cada uma delas. O resultado é um algoritmo para cada rua, escada e beco. Juntos, estas centenas de páginas de texto feitas à mão viraram um enorme mapa, cheio de linhas de código, impossível para qualquer pessoa entender sem conhecimento da sua lógica." (MIER, 2014)

Para se guiarem pelas vielas do morro, eles criaram uma sequência de códigos, como o exemplificado por Brian Mier (2014): "Muro, pedra, galinheiro, comércio, casa, prédio, condomínio".

> " Cada um destes conceitos tem a definição específica que facilita o trabalho deles. -A Rocinha está em um estado constante de construção-, Pedro explica. Pode ser que daqui a um mês um galinheiro suma e apareça uma casa em seu lugar. Por causa disso, precisamos registrar tudo. Fica mais fácil de modificar depois." (MIER, 2014)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Através desse lógica desenvolvida, a equipe criou um mapa (figura 29) e passou a oferecer um serviço de entrega de correios para a população da favela, chamado Carteiro Amigo. Esse serviço pode ser contratado pelos moradores da Rocinha a um custo de R$16 por mês. Foi assim que eles criaram a primeira franquia brasileira nascida dentro de uma favela. Atualmente, o Carteiro Amigo atua em oito favelas do Rio.



Figura 29**:** A versão cartográfica do mapa do Carteiro Amigo. Fonte: Mier (2014)

O Carteiro Amigo, apesar de não ser participativo, foi o primeiro projeto de mapeamento bem sucedido que surgiu dentro da favela. Foi a partir daí que as empresas perceberam que sem a ajuda dos moradores locais o trabalho de mapeamento do territórios demoraria muito mais tempo para ser realizado.

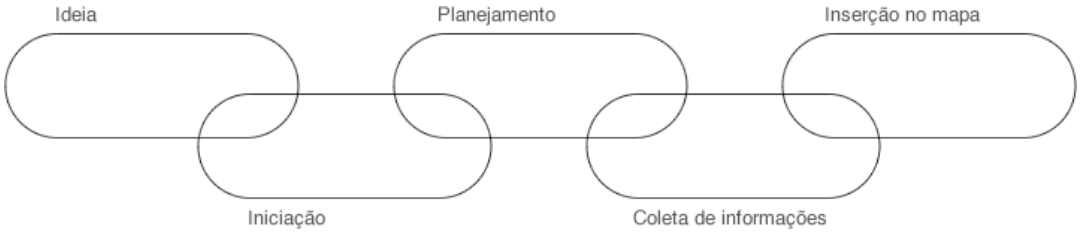


Figura 30**:** Participação no projeto Carteiro Amigo. Fonte: A autora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Segundo Mier (2014), em 2014, quando a Google se tornou patrocinadora do "Tá no Mapa", enviou um representante à sede do Carteiro Amigo para pedir o conteúdo mapeado pela equipe do projeto para a inserção das informações no mapa da Google, mas os diretores não quiseram ceder o material.

5.2. Wikimapa

Idealizada pela então primeira-dama Da. Ruth Cardoso, a Rede Jovem teve início em 2000, no âmbito dos programas da Comunidade Solidária, com a finalidade de implantar e gerenciar telecentros em parceria com instituições comunitárias de base. A Rede, porém, tomou corpo, de fato, a partir de 2003, quando passou a atuar juntamente com os cerca de 30 telecentros do programa Favela Bairro, da Prefeitura do Rio de Janeiro, e nas salas do Programa Internet Livre, do SESC Rio (REDE JOVEM, 2015).

Em 2009 a Rede Jovem criou o WikiMapa, um mapa virtual participativo voltado para o mapeamento de pontos de interesse e cartografia de ruas, becos e vielas de favelas registradas nos mapas oficiais. As bases cartográficas utilizadas foram as mesmas dispostas pela tecnologia do Google Maps.

O WikiMapa utilizava a plataforma mobile do Google Maps – integrada ao site wikimapa.org.br – e recursos de GPS e internet móvel para registrar os pontos considerados de interesse nessas regiões. Os agentes responsáveis pelo mapeamento eram jovens das próprias comunidades, chamados de "WikiRepórteres". Cada jovem envolvido no projeto recebia uma bolsa de R$ 400,00 por mês para mapear os "principais pontos" da comunidade, podendo utilizar apenas as horas vagas, fora do horário escolar, para realizar tal tarefa.

A etapa piloto, que durou apenas um ano, teve início na favela Santa Marta, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Cidade de Deus, Complexo do Alemão e Complexo da Maré. Em 2013 o projeto recebeu um novo patrocínio, o que possibilitou a retomada das atividades do grupo nas favelas já mapeadas, com ajuda de um nova equipe de WikiRepórteres, além de expandir o trabalho para mais quatro localidades.

Um dos pilares do WikiMapa era promover um mapeamento coletivo e dinâmico, de maneira a fugir de um modelo "estático", que rapidamente se torne obsoleto (WIKIMAPA, 2014). O problema é que justamente por ter sido

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

construído por um grupo selecionado de moradores locais, isto é, acostumados a caminhar diariamente pelas vielas da comunidade – e que, talvez por isso, não percebessem as dificuldades do trajeto –, é posta em xeque a proposta "dinâmica" e a neutralidade do projeto. Por que foram aqueles, e não outros, os pontos demarcados?

E aqui se faz importante ressaltar que, de maneira alguma, a leitura desse mapa pode ser dada sem se levar em consideração a política interna da favela. Por exemplo, os WikiRepórteres, enquanto moradores locais, sabem que alguns pontos não podem ser mapeados, seja por ligação ao tráfico de drogas e armas ou mesmo por questões relativas à presença permanente de uma Unidade de Polícia Pacificadora. Essa reflexão deve ser extendida também aos demais projetos que serão apresentados neste capítulo.

Há também que se considerar que apesar de vender um discurso de mapa comunitário, de construção coletiva, o WikiMapa não se apropria das ferramentas de hiperconectividade e interação que as redes sociais e a internet oferecem. Uma questão, ainda sem resposta, é o porquê desse mapeamento só acontecer por meio de agentes cadastrados (que recebem uma bolsa para tal)?

Não é difícil perceber que o projeto é "parcialmente parcipativo" e essa participação seletiva só acontece nas etapas de coleta de informações e de inserção dessas informações no mapa (figura 31).

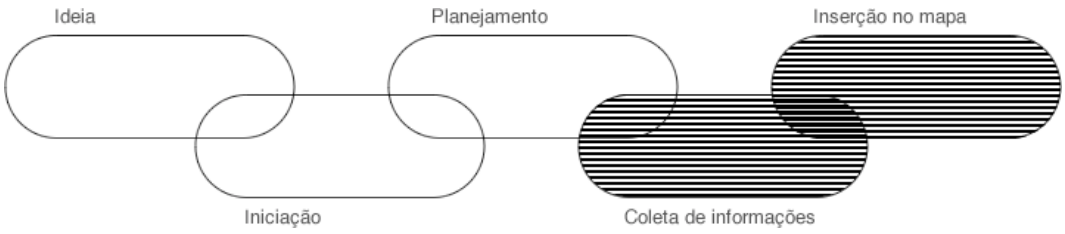


Figura 31**:** Participação no projeto WikiMapa. Fonte: A autora.

Percebemos que na favela Santa Marta, por exemplo, apenas as principais ruas de passagem foram mapeadas e que são estas que possuem maior concentração de comércio e pontos turísticos (como a Laje Michael Jackson, o Mirante do Pedrão, o Plano Inclinado, bares, lojas etc.). Assim, o projeto parece se debruçar sobre pontos voltados à atividade turística, e não de forma a facilitar o cotidiano da população local (por exemplo: mapeando as casas para facilitar a entrega de correspondência).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

É importante ressaltar que apesar do projeto existir desde 2009, a plataforma foi pouco utilizada, sendo baixíssimo o nível de interatividade dos usuários no aplicativo. Mesmo oferecendo a possibilidade de comentários em cada ponto mapeado, o que nós percebemos foi a ausência de qualquer ação desse tipo no WikiMapa.

Em uma primeira visita à favela Santa Marta, no dia 21 de novembro de 2014, levamos o WikiMapa como guia, para entender de que maneira ele nos auxiliaria na navegação pelo local. Entretanto, não foi possível utilizá-lo como guia de locomoção, já que, como foi dito anteriormente, poucas ruas apareceram representadas no aplicativo e as que constam no mapa dão a impressão de pairar sobre as habitações, o que implica na dificuldade de percepção exata se o lugar em que se encontra está registrado ou não no mapa (figura 32). Além disso, não existe um mecanismo de "guia inteligente", como ocorre no Google Maps, por meio do qual é possível descobrir o trajeto mais simples até o destino informado ao mapa, com o auxílio do GPS.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

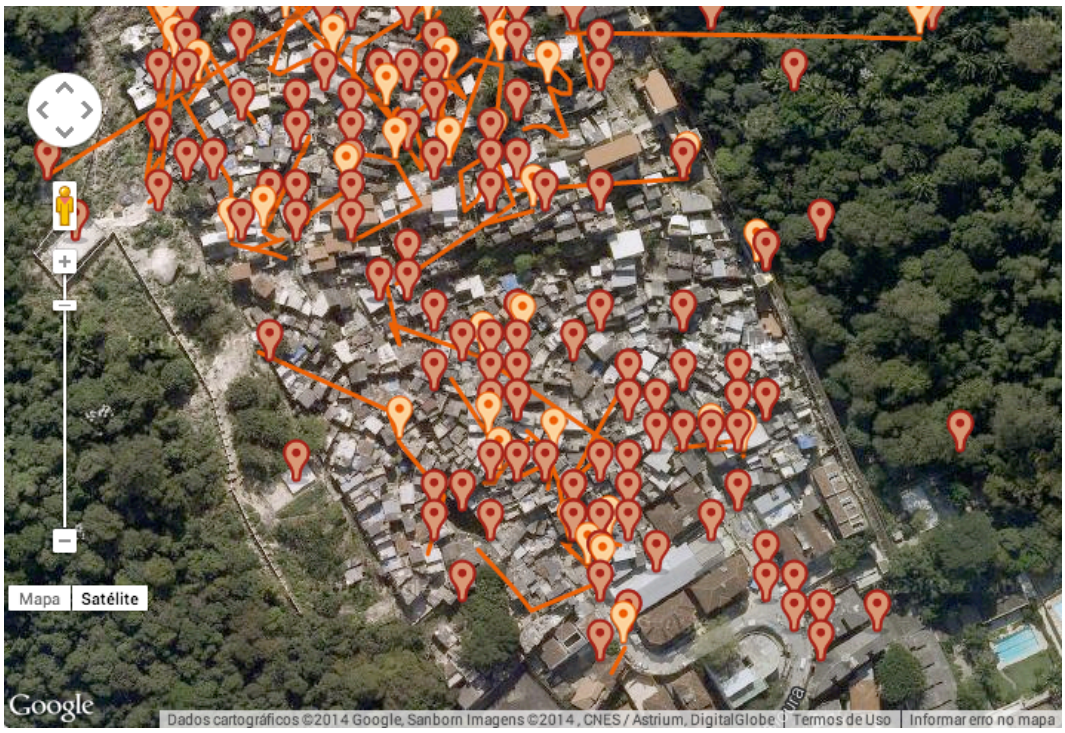


Figura 32**:** Imagem feita pelos autores dos pontos Mapeados pelo aplicativo WikiMapa na favela Santa Marta. Fonte: A autora.

Com a ausência de interação na plataforma e com as informações pouco claras em relação a sua localidade exata, percebemos que o mapa não obteve êxito

no momento de tornar a informação passível de leitura para o usuário. Pode-se afirmar então que, devido à ausência de um mapeamento prévio por parte da Google[11], o WikiMapa encontrou dificuldades em registrar os trajetos da favela, o que restringiu o projeto à marcação dos pontos de interesse.

Muitas vezes o conteúdo gerado por projetos que se utilizam do *Google Map Maker*[12], como é o caso do WikiMapa, não aparecem no mapa oficial do Google Maps. Ou seja, se fizermos uma busca no Google Maps sobre o conteúdo gerado pelo projeto WikiMapa, o buscador não nos retornará resultado. Dessa forma, apenas os que possuírem o link do projeto WikiMapa conseguirão ter acesso a esse conteúdo.

Para o WikiMapa não pareceu estar em pauta a criação de ferramentas para representar a favela e nem a reflexão acerca de a quem o mapa se destina. O projeto se debruçou mais sobre a questão política de colocar as favelas no mapa, tornar visível a população que eles julgam invisível – fora do mapa oficial.

Entretanto, em função do Google Maps, durante o funcionamento do projeto Wikimapa, não oferecer ferramentas adequadas à realidade das favelas, o projeto não conseguiu aproveitar o potencial da internet, de forma a tornar a ferramenta realmente colaborativa – incluindo os demais atores (todos os moradores, turistas etc.). Apesar da vanguarda da ideia, o WikiMapa não alcançou o êxito previsto.

O projeto Wikimapa teve sua última atualização em 2013 e em fevereiro de 2015 o Programa Rede Jovem comunicou o encerramento das atividades por falta de patrocínio, o que acarretou o fim de toda a estrutura ligada ao projeto WikiMapa. Procuramos então os responsáveis pelo projeto Wikimapa, de forma a entender os reais motivos que levaram à suspensão do programa. Segundo Francine Albernaz, diretora do documentário *Todo Mapa tem um Discurso*, realizado pelo programa Rede Jovem e pelo WikiMapa, o projeto perdeu muita força quando o Grupo Cultural AfroReggae, em parceria com a agência publicitária JWT e a Google, através do projeto Tá no Mapa, começaram a mapear as favelas do Rio de Janeiro com uma estrutura metodológica muito parecida com a do WikiMapa.

[11] A Google começou a mapear favelas em 2013. A favela Santa Marta, especificamente, começou a ser mapeada no final de 2015.
[12] O *Google Map Maker* é um serviço criado pelo Google em junho de 2008, com o intuito de, através do mapeamento colaborativo, expandir e melhorar a cartografia do Google Mapas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

5.3. Mapa Rápido Participativo

Para entender o Mapa Rápido Participativo é preciso entender primeiro o funcionamento do Instituto Pereira Passos (IPP) e, claro, o programa Rio+Social.

O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) tem sua origem na Fundação RioPlan, instituída em 1979 e posteriormente transformada em Empresa Municipal de Informática e Planejamento (IplanRio). Com o desmembramento da empresa, em 1999, o IPP assumiu as atividades de planejamento urbano, produção cartográfica e de estatísticas do Rio de Janeiro (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2016).

Em 2009, o gerenciamento do espaço urbano do Rio ficou a cargo da Secretaria Municipal de Urbanismo e o IPP passou a se especializar em projetos de desenvolvimento econômico. Desde a sua fundação, o IPP coordenou grandes projetos urbanos, como Rio Cidade, Favela-Bairro, Rio Orla, e Porto Maravilha. O planejamento da candidatura da cidade a sede das Olimpíadas de 2016 também foi iniciado no instituto (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2016).

Em 2010, como resultado do histórico do investimento da Prefeitura nas favelas "pacificadas", que começou em 2009, o IPP criou o programa Rio+Social[13] em parceria com o ONU-Habitat – o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. O programa, segundo a prefeitura, foi criado para promover a melhora na qualidade de vida de populações que moram em territórios pacificados.

O Mapa Rápido Participativo (MRP) surge neste contexto, em 2012, com o objetivo de fazer um diagnóstico da situação urbana das favelas pacificadas (com UPP) da cidade. De acordo com o IPP, o mapa tem por função o registro e a análise do caráter heterogêneo dos territórios, divididos por microáreas (Centro, Zona Sul, Zona Norte, Barra/Jacarepaguá, Zona Oeste) (LEONARDI, 2014).

O MRP lançou mão do uso de uma equipe de campo especializada, fornecida pelo IPP, para mapear as condições das favelas. Cada equipe era responsável por um território e formada por um gestor, de um a dois assistentes e de um a três agentes de campo (entre os quais pelo menos um deveria ser morador da favela). Todos os funcionários recebiam treinamento e um salário de acordo

[13] Que inicialmente se chamava UPP Social.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

com a sua função. Cada equipe, responsável por um determinado território, coletava informações para todos os projetos do IPP, inclusive para o MRP, ou seja, as equipes não eram contratadas apenas para o desenvolvimento do Mapa Rápido Participativo.

Em entrevista, Adriana Vial, gerente de Estudos Habitacionais da Direção de Informação do IPP e responsável pelo projeto, disse que as pessoas têm uma ideia errada sobre as favelas serem espaços homogêneos. Com o projeto, eles percebem que existem diferenças dentro de uma favela e que não há como identificá-las a não ser que se faça um estudo mais aprimorado. São diferenças intra e entre favelas. Segundo Adriana, o MRP veio como oportunidade de qualificar e georreferenciar essas informações e diferenças, e também com a intenção de que haja o monitoramento daquelas áreas.

O objetivo declarado do projeto é identificar essas diferenças através do mapeamento das condições urbanas dentro de cada favela abrangida pela UPP; gerar compatibilidade intra e entre territórios; identificar as áreas de maior vulnerabilidade e realizar diagnósticos gerais ou temáticos. Sua finalidade é, então, subsidiar as tomadas de decisões e orientar priorização de investimentos nas favelas, além de monitorar o desenvolvimento urbano desses territórios.

O projeto é resultado de um convênio da Prefeitura do Rio de Janeiro com a ONU-Habitat. Por lei, a Prefeitura é obrigada a contratar seus funcionários apenas via concurso público. Logo, para reduzir tempo e custos de contratação, no caso deste projeto, o serviço foi "terceirizado". Daí a parceria com a ONU, que, enquanto agência supranacional, poderia contratar temporariamente os moradores para a função de consultores.

Os agentes da Rio+Social são pagos pela ONU–Habitat[14] - antes, esta função cabia à UNOPS[15]. Os moradores passam por um processo seletivo no IPP cujo principal requisito é conhecer bem o território. O agente de campo da Rocinha, por exemplo, era mototaxista, o que lhe garantia um entendimento amplo de vias e de áreas onde a circulação era livre ou com restrições.

[14] Organização das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, cujo objetivo declarado é "promover cidades social e ambientalmente sustentáveis com o objetivo de proporcionar moradia adequada para todos." Disponível em: http://nacoesunidas.org/agencia/onu-habitat/ Acesso: 24 out. 2015.

[15] O Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) é uma agência na ONU, sua missão é expandir a capacidade do sistema das Nações Unidas e seus parceiros para implementar construção da paz, humanitária e operações de desenvolvimento para as pessoas em necessidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Devido à dependência da parceria, muitos funcionários não se sentiram seguros em relação à continuidade do projeto, uma vez que seu contrato de trabalho era apenas temporário. Nós entrevistamos alguns destes agentes de campo, e pudemos constatar que, devido a essa dinâmica, houve grande rotatividade de pessoas no projeto, o que atrapalhou a continuidade do mesmo.

O trabalho de campo do MRP é feito pelos agentes de campo do IPP, que é formado por funcionários treinados, sendo pelo menos um deles morador daquela região. Não é uma pesquisa domiciliar, por isso, de acordo com Adriana Vial, ela traz resultados mais rápidos. Também não é um censo, já que a pesquisa não é feita de porta a porta; e a unidade de medida não é o domicílio, e sim a microárea.

Os agentes de campo recebem uma capacitação em mapeamento por uma empresa de consultoria no tema. Dentre as habilidades treinadas tem-se a de percepção de becos e vielas a partir de fotos aéreas, atividade normalmente de difícil definição em áreas densamente construídas. Isto é feito, por exemplo, tomando como ponto de referência caixas d'água e copas de árvore.

O trabalho em campo é feito por etapas. As favelas são divididas e numeradas em microáreas (de baixo para cima em favelas de morro). Essas microáreas são definidas de acordo com o grau de homogeneidade das regiões de cada favela. Assim, o diagnóstico do MRP é feito com o agente de campo analisando essa microárea de forma geral, não residência por residência.

Segundo um agente de campo entrevistado por nós, a favela Vidigal, por exemplo, foi dividida em 33 microáreas (figura 33) – um conjunto de microáreas formam uma localidade - que são como "bairros" dentro das favelas. O Vidigal, por exemlo, é dividido em várias localidades: Catorze, Pedrinha, VinteCinco, Alto, Atalho, Arvrão, Cachopa, BadyBoy, Largo do Santinho etc. No Vidigal o mapeamento foi feito por cinco pessoas no total, sendo três assistentes de gestores e dois agentes de campo (moradores da favela).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA



Figura 33**:** Favela Vidigal dividida em 33 microáreas.

Essas microáreas são definidas durante uma reunião geral da equipe destinada a mapear aquele território, ou seja, são definidas pelo gestor do território, os assistentes e os agentes de campo. Através de foto aérea e relatos de agentes de campo que moram no local, a equipe divide a favela em "microáreas" para facilitar o diagnóstico. A quantidade de microáreas por território varia muito, pois sua medida e quantidade não são padronizadas. Segundo Adriana Vial, eles observam o que é "visível". Se a equipe percebe que um determinado espaço possui casas com reboco e esgoto encanado, por exemplo, e que há uma uniformidade entre elas, este espaço é entendido como uma microárea.

Cada microárea é diagnosticada em relação a oito temas:

- Sinalização das vias ou serviços postais
- Infraestrutura para mobilidade
- Padrão das moradias
- Abastecimento de água
- Esgotamento sanitário
- Drenagem de águas pluviais

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

- Coleta de lixo
- Iluminação pública
- Energia elétrica

O diagnóstico começa a ser feito a partir das observação do território feitas pelos agentes de campo, que utilizam um roteiro de observação (o que deve ser observado e como deve ser observado) e uma foto aérea das microáreas.

Os agentes que são moradores da favela são essenciais para a equipe, pois "dão a temperatura do território", isto é, sabem quando é possível mapear ou não, conforme a dinâmica do tráfico e da entrada policial. São também estes moradores, em geral, que costumam fazer a mediação junto aos grupos criminosos. Segundo o agente de campo emprevistado, em alguns momentos, "esta mediação foi feita com arma na cabeça". Em geral, os "aviõezinhos" (pessoas envolvidas com o tráfico, em geral bastante jovens, que guardam a entrada do morro e que levam informações aos "gerentes") se assustam mais facilmente e fazem questionamentos de maneira brusca. Uma vez passada a informação ao gerente, este, normalmente, tem uma abordagem mais tranquila ("não é aquela fantasia que a gente vê em filmes") e permite a entrada desde que a câmera fotográfica permaneça guardada.

Fotografar é sempre uma das partes mais delicadas, e dificilmente é autorizada pelos traficantes. Isto acontece porque algumas vezes fotografam-se rostos ou bocas de fumo[16] sem intenção. As bocas de fumo são casas como muitas outras, e ao fazer um levantamento das construções, corre-se o risco de fotografar sua fachada sem ter o conhecimento disto.

Além de fazer a mediação e informar à prefeitura sobre a possibilidade, ou não, de entrada na favela, os moradores também têm um entendimento claro da configuração das vias. Para o agente de campo entrevistado, na Rocinha, por exemplo, é preciso que se more ao menos cinco anos para entender o traçado viário. Um caminho que parece a continuação de uma rua pode ser um abismo; um beco pode ser parte de uma casa. Ele conta que, ao entrar em um beco para mapear, se deparou com um cachorro e só então notou que estava em um espaço privado, não em um logradouro público. Em outra área da Rocinha, conhecida

[16] Boca de fumo refere-se ao local onde é feita a venda de substâncias ilícitas tais como maconha, cocaína e crack.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

como o “beco dos malucos” (bastante escura, sem iluminação ou circulação de ar, foco de tuberculose), as vias e casas ficam muitas vezes abaixo do solo e formam um intricado labirinto para quem é de fora.

Para cada tema, os agentes de campo precisam responder uma série de perguntas as quais a resposta é sempre um número de 0 a 6, sendo 6 a melhor situação apresentada. Por exemplo: Como a energia elétrica chega em determinada microárea? “0” seria a opção que a energia elétrica não chega e “6”, que chega em todas as casas e que não falta com regularidade. Com isso, é gerado um mapa específico para cada categoria de cada microárea definida.

Quando as questões podem ser respondidas através da observação do agente de campo, ele mesmo as responde, sem precisar perguntar à população local. Quando se trata de uma pergunta que depende da respota de terceiros, por exemplo, “quantas vezes por mês falta água na sua casa?”, os agentes convidam alguns moradores a participar da pesquisa, através de perguntas previamente definidas no “roteiro de observação”. Depois é gerado um mapa visual diagnóstico de cada microárea sobre cada tema em específico (figura 34). Em verde aparecem as microáreas com melhor atendimento, e em vermelho, a pior situação.

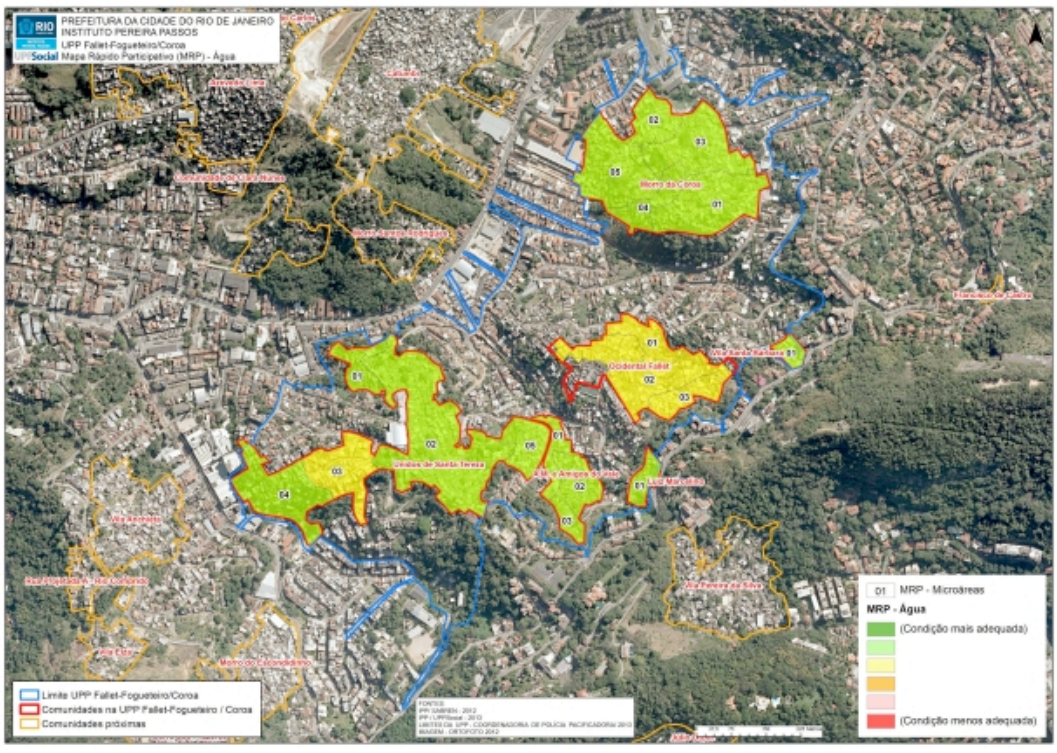


Figura 34**:** Diagnóstico sobre a distribuição de água do Mapa Rápido Participativo do território Coroa/Fallet/Fogueteiro. Fonte: MundoGeo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

É no momento em que os moradores respondem às perguntas que se dá a participação no Mapa Rápido Participativo (figura 35). Com excessão desses casos, o projeto é todo desenvolvido por funcionários do IPP e/ou contratados da ONU-Habitat. Por isso consideramos que essa projeto é "parcialmente participativo" apenas na etapa de "coleta de informações".

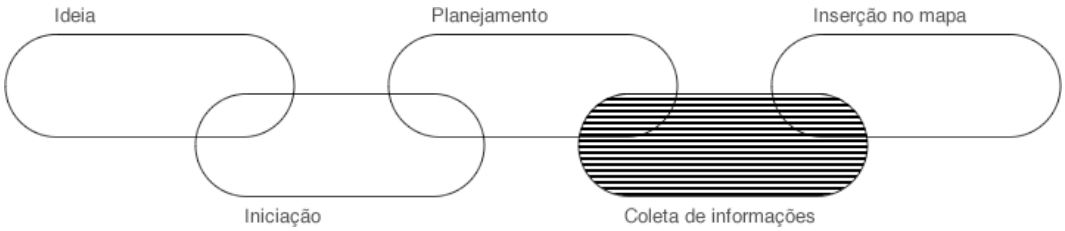


Figura 35**:** Participação no projeto Mapa Rápido Participativo. Fonte: A autora.

Quando os agentes de campo terminam o levantamento das informações de uma determinada microárea, eles repassam os dados para o IPP, para que os mesmos sejam inseridos no sistema e georreferenciados.

O agente de campo que entrevistamos, que preferiu não se identificar, acredita que o MRP é muito relevante no sentido de integrar a favela à cidade, por meio de sua representação em mapas oficiais, proporcionando um tratamento mais equânime destes territórios. E sua ideia inicial está em trazer cidadania por meio da cartografia. O ineditismo consiste em reunir informações nunca antes coletadas (ou coletadas de forma incompleta e fragmentada) com o envolvimento de moradores. Entretanto, a prática diferiu da ideia em alguns aspectos.

Primeiro, um dos maiores desafios à sua aplicação tem sido a desconfiança de moradores quanto à entrada da prefeitura e os propósitos do mapeamento. Em favelas como a Rocinha e o Vidigal, o medo de remoções é latente e a simples visão de um crachá ou uniforme da prefeitura é suficiente para suscitar resistências. Por isso, alguns agentes optavam por usar apenas o crachá, sem o uniforme. Nosso entrevistado reconhece que qualquer entrada de pessoas de fora é considerada invasiva. Quando esta entrada é feita para mapear e, ainda, por agentes da prefeitura, ela é considerada ainda mais arriscada pelos moradores. Eventos anteriores, como a entrada de policiais “infiltrados” – com uniforme de outros órgãos, como a Light (companhia de eletricidade) ou o Pouso (Posto de orientação urbanística) –, reforçam esta desconfiança.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Em função disso, quando os moradores percebiam a presença dos mapeadores em campo, às vezes lhes faziam muitas perguntas e atrasavam o serviço. Segundo nosso entrevistado, os mapeadores perdiam muito tempo esclarecendo o projeto para os moradores. Por isso, ele confessou, em diversos momentos, a equipe evitava consultar os moradores para preencher os dados da pesquisa – a menos que fosse um dado desconhecido pelo agente de campo, e só um morador daquela microárea pudesse responder.

Outro desafio é a inibição imposta pelo tráfico. Ao contrário do que as fontes oficiais apresentam, o entrevistado afirma que apenas oito territórios ditos pacificados foram mapeados: "apenas os que o tráfico permitiu". Das favelas nas quais foi impedida a entrada em certas microáreas não serão divulgadas nenhuma informação. Para ele, há uma razão muito clara para isto. Como justificar para a população e para a agência financiadora que a área não foi mapeada porque o tráfico não deixou? A área não está pacificada?

O projeto foi composto de duas fases: a primeira, que começou no final de 2012 e terminou em 2013, contemplou 22 territórios (122 favelas). A segunda teve início em 2014 e prometeu mapear 28 territórios. O trabalho, porém, foi paralisado em 2015, com a suspensão do pagamento dos agentes de campo e a ameaça de fechamento do Rio+Social em março de 2016.

Apesar do projeto não se mostrar participativo como o nome faz parecer, a metodologia desenvolvida, por ser dinâmica, gerou um diagnóstico inédito das favelas "pacificadas". Hoje, se for do interesse do poder público, é possível direcionar políticas públicas mais adequadas para cada região mapeada, estruturando-as em propostas de intervenções necessárias para o governo municipal. Entretanto, como veremos no Capítulo 7, o conteúdo gerado pelo projeto não vai ser publicado e, como dito pelos funcionários do IPP, "serão engavetados".

5.4. Mapeamento Digital de Riscos Socioambientais Guiados pela Juventude

Em 2011, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS) implantaram na cidade do Rio de Janeiro o Mapeamento Digital de Riscos Socioambientais Guiado pela Juventude, com o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

financiamento de quatro entidades: Prudential Foundation, Itaú Social, American Air Lines e Mediterranean Shipping Company (MSC).

Com foco na questão ambiental e na sustentabilidade, o projeto foi dividido em duas etapas, atendendo a cinco favelas em cada uma delas. Para o reconhecimento dos territórios foram selecionados jovens das próprias favelas, que também estiveram engajados na construção de propostas criativas. A técnica utilizada era bastante simples: câmeras digitais acopladas a garrafas PET foram presas em pipas para realizar o mapeamento aéreo (figura 36); junto a isso, smartphones equipados com aplicativo específico se encarregavam do mapeamento ao nível do solo (UNICEF, 2013).



Figura 36**:** Jovens do Mapeadores. Fonte: http://www.cedaps.org.br

Os jovens escalados para a tarefa também eram responsáveis pela inserção dos dados georreferenciados em um mapa digital referente a problemas socioambientais (figura 37). A partir dos dados mapeados era possível detectar problemas com esgoto, regiões com acúmulo de lixo, regiões com risco de desabamento, trechos de impedimento à circulação de pessoas (escadarias defeituosas etc.), pontos de convivência, trechos de impedimento aos pontos de apoio em caso de emergência, fiações inadequadas, focos de dengue, entre outros (UNICEF, 2013).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

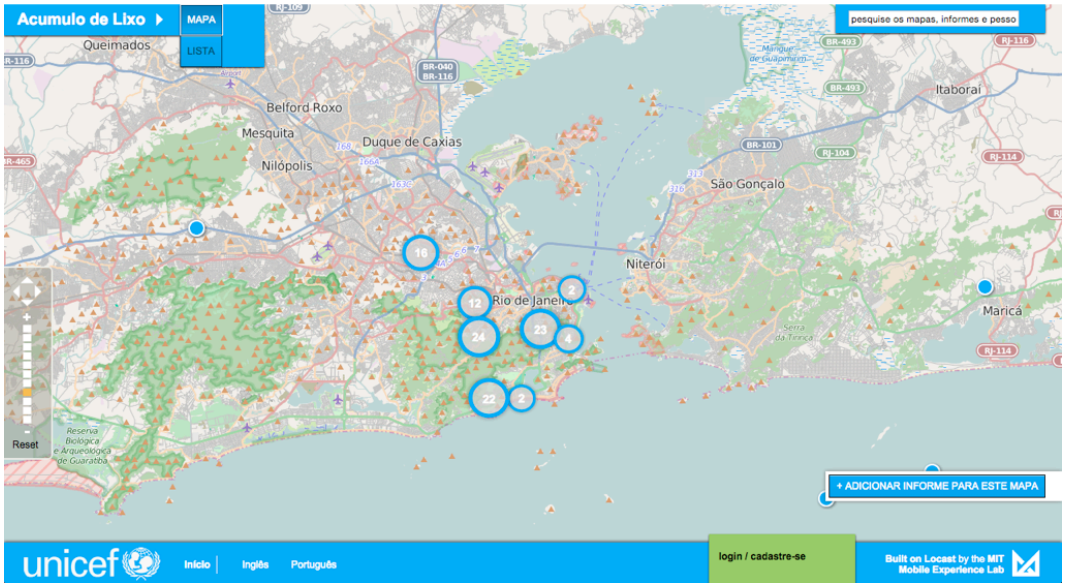


Figura 37**:** Pontos mapeados pelo Mapeamento Digital de Riscos Socioambientais Guiado pela Juventude referentes ao acúmulo de lixo. Fonte: http://locast.mit.edu/unicef/

A primeira fase, por exemplo – que aconteceu nos morros dos Prazeres, Macacos, Borel, Urubu e Rocinha –, envolveu 111 jovens e resultou no mapeamento de 289 pontos de riscos socioambientais. No Morro dos Prazeres, a iniciativa impulsionou mutirões de coleta de lixo e a construção de uma pequena praça com jardim onde antes havia um lixão (UNICEF, 2013).

O projeto chegou ao fim em 2013, contabilizando a atuação em oito favelas (Prazeres, Andaraí, Salgueiro, Batan, Urubu, Borel, Macacos e Rocinha) e dois complexos de favelas (Cidade de Deus e Alemão).

Apesar da coleta de informações e inserção no mapa se darem praticamente todas pelos jovens do projeto, qualquer pessoa era encorajada a inserir informações na plataforma online, o que faz com que consideremos essas últimas etapas como "totalmente participativa" (figura 38).

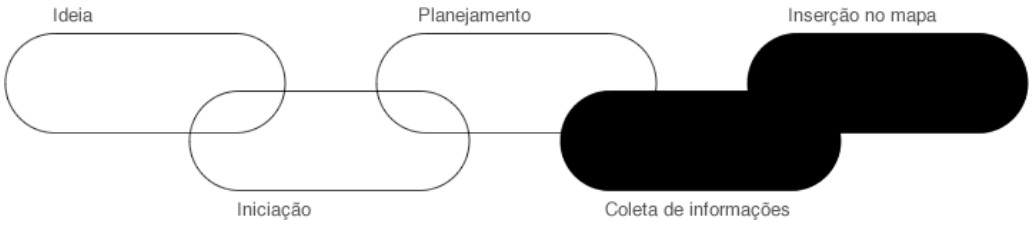


Figura 38**:** Participação no projeto Mapeamento Digital Guiado pela Juventude. Fonte: A autora.

5.5. Aids e Comunidades

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Definido como um “mapeamento de vulnerabilidades, iniciativas e recursos existentes para a prevenção das DST/Aids e o apoio social a pessoas vivendo com Aids residentes em favelas e periferias” (CEDAPS, 2015), o projeto integra o Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS)[17], e tem como objetivo aprofundar o debate acerca das necessidades e potencialidades do movimento popular ligado à Aids, por meio da criação de fóruns e grupos de trabalho (CEDAPS, 2015).

O projeto utiliza o servidor de mapas online Mootiro Maps (maps.mootiro.org) como forma de organizar os dados coletados. A ferramenta possibilita a visualização por proximidade, tema, comunidade, necessidades, organizações, recursos, investimentos e/ou projetos, o que significa que em um mesmo mapa estão dispostos as vulnerabilidades e os recursos catalogados (Figura 39). A ideia é possibilitar o planejamento de estratégias mais eficazes tendo como base o território e os recursos locais.

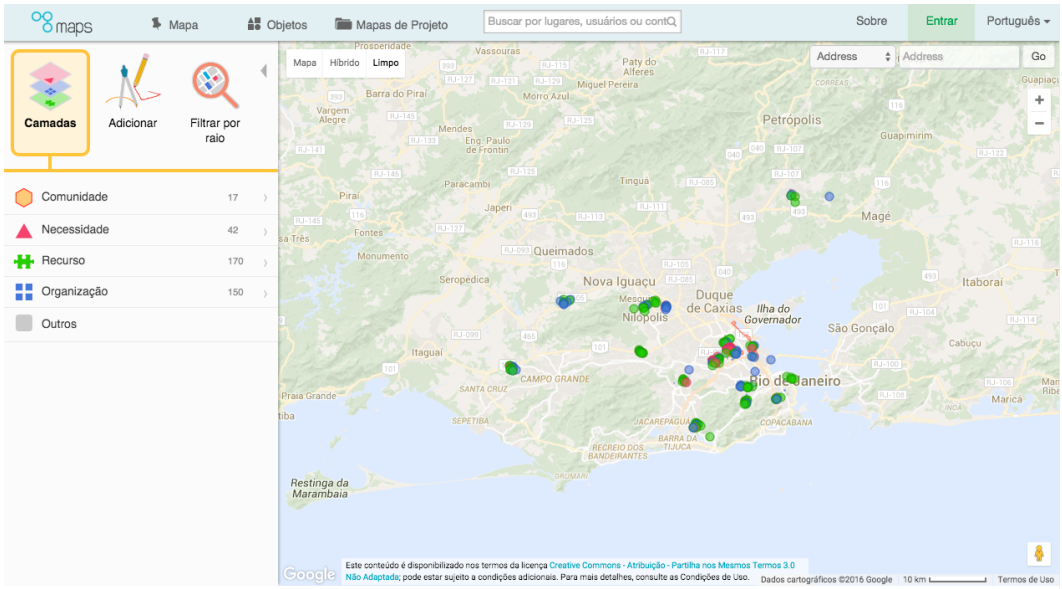


Figura 39**:** Mapa Aids e Comunidade utilizando a plataforma Mootiro. Fonte: http://maps.mootiro.org/project/6/map

Em atividade na região metropolitana do Rio de Janeiro (Mesquita, São João do Meriti, Nova Iguaçu e Magé) e em algumas favelas da capital (Complexo da Penha, Morro do Borel, Morro dos Macacos, Batan, Complexo da Maré, Morro

[17] Organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada no Rio de Janeiro em 1993.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

dos Prazeres, Complexo do Alemão, Rio das Pedras, Morro do Urubu, Jardim Palmares, Mato Alto), o projeto Aids e Comunidades é uma iniciativa estratégica que recebe o apoio do Ministério da Saúde e conta com a participação de diversos agentes de prevenção de diferentes territórios do Rio de Janeiro (CEDAPS, 2015).

O mapa, por usar a tecnologia do Mootiro, é aberto para qualquer pessoa adicionar informações (figura 40).

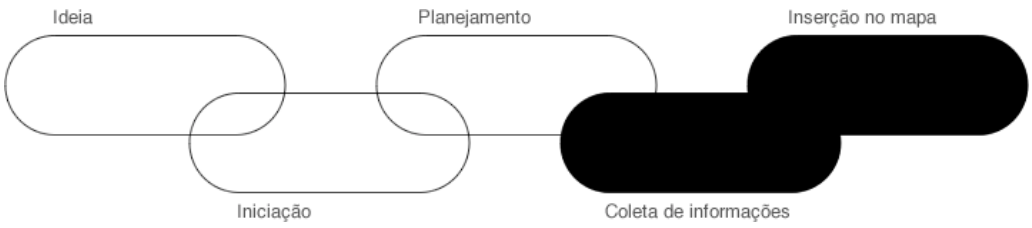


Figura 40**:** Participação no projeto Aids e Comunidades. Fonte: A autora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

5.6. Guias de Ruas da Maré

Em 2011, a Redes da Maré, em parceria com o Observatório de Favelas, se juntou às 16 Associações de Moradores da região da Maré para produzir o primeiro Censo Maré, isto é, a organização cartográfica do bairro – um documento inexistente até então. O objetivo era construir um diagnóstico populacional e econômico representativo do local, identificando as demandas sociais, além de promover a inserção das ruas do complexo no mapa oficial da cidade do Rio de Janeiro (REDES DA MARÉ, 2013).

Patrocinado pela Fundação Banco do Brasil, o projeto teve como base uma foto aérea cedida pelo Instituto Pereira Passos (IPP), a partir da qual foi possível desenvolver um mapa geral da região e de cada um dos territórios que o compõe. As informações também foram sistematizadas pelo IPP, que as compilou em sua base digital e na base digital do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 2012 foi lançado o Guia de Ruas da Maré, um livreto digital com o histórico das favelas, plantas, nome dos logradouros e CEP's (figura 41). Uma edição revista e atualizada foi publicada dois anos depois, em 2014 (REDES DA MARÉ, 2013).

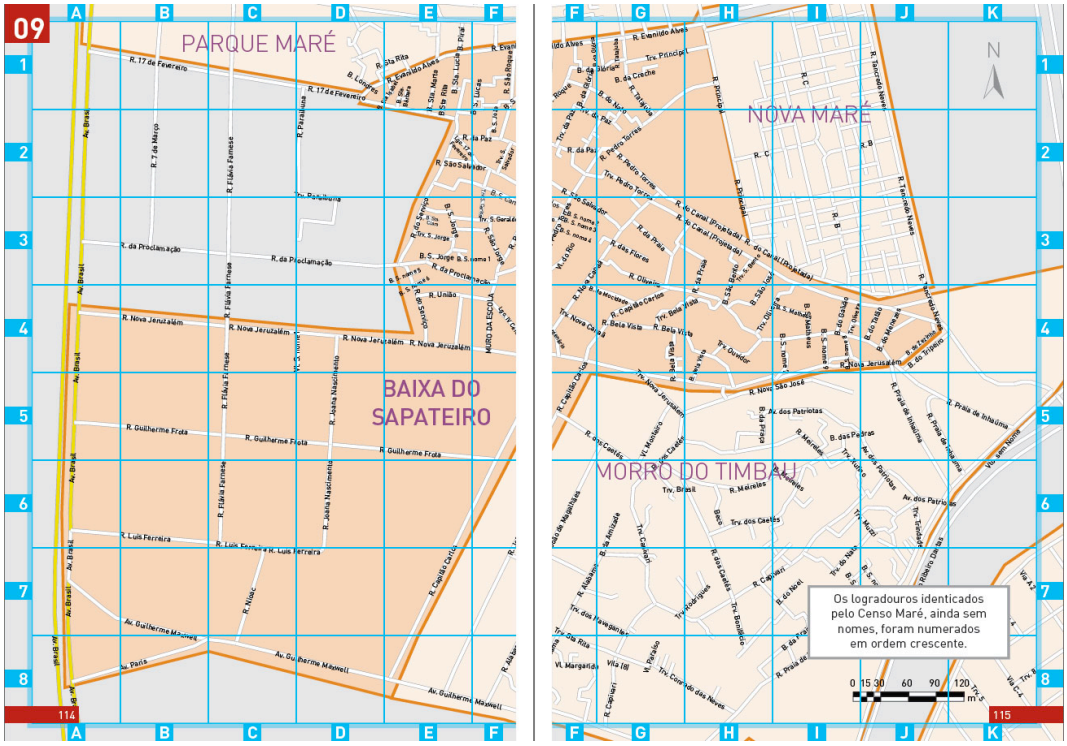


Figura 41: Página interna do livreto do Guia de Ruas da Maré. Fonte: www.morula.com.br

Segundo um analista de geoprocessamento do IPP que não quis se identificar, a mobilização dos moradores foi central na incorporação de logradouros. "A Maré é um exemplo emblemático, porque já possuía um extenso levantamento feito pelos moradores (o Guia de Ruas da Maré) e que foi incorporado às bases de logradouro da Prefeitura".

Para que o projeto tivesse êxito, muitos moradores das favelas que compõe o Complexo da Maré participaram ajudando na coleta de informações (figura 42).

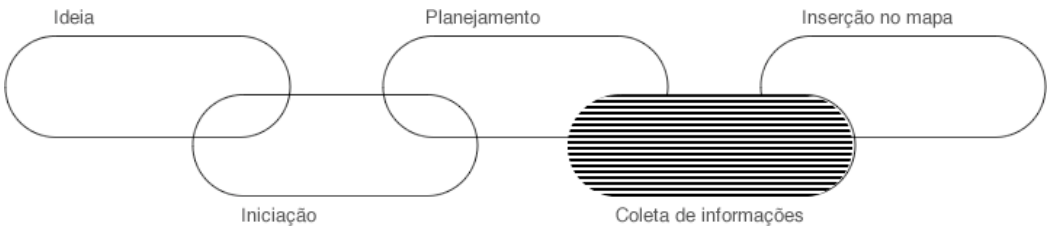


Figura 42: Participação no projeto Guia de Ruas da Maré. Fonte: A autora.

5.7. Agentes da TransformAção

Patrocinado pelo Instituto Tim, em parceria com o Instituto Pereira Passos, e sob supervisão do Rio+Social, o projeto Agentes da TransformAção – Perfil da Juventude das Áreas Pacificadas, como o próprio nome sugere, se trata de uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

compilação de informações acerca do que os jovens residentes em áreas ocupadas por UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) pensam de assuntos como mercado de trabalho, educação, família e lazer (INSTITUTO TIM, 2013).

Com o objetivo de orientar as políticas públicas para jovens em frentes como trabalho e renda; esportes; ciência e tecnologia, o projeto foi aplicado em duas fases. A primeira, em 2013, abrangeu dez favelas (Cidade de Deus, Vidigal, Pavão-Pavãozinho, Tabajaras, Providência, Morro dos Prazeres, Borel, São Carlos, Nova Divinéia e Formiga) (figura 43); e a segunda, em 2014, outras sete (Manguinhos, Batan, Fogueteiro, Salgueiro, Santa Marta, São João e Mangueira) (INSTITUTO TIM, 2013). Cada edição durou cerca de cinco meses.

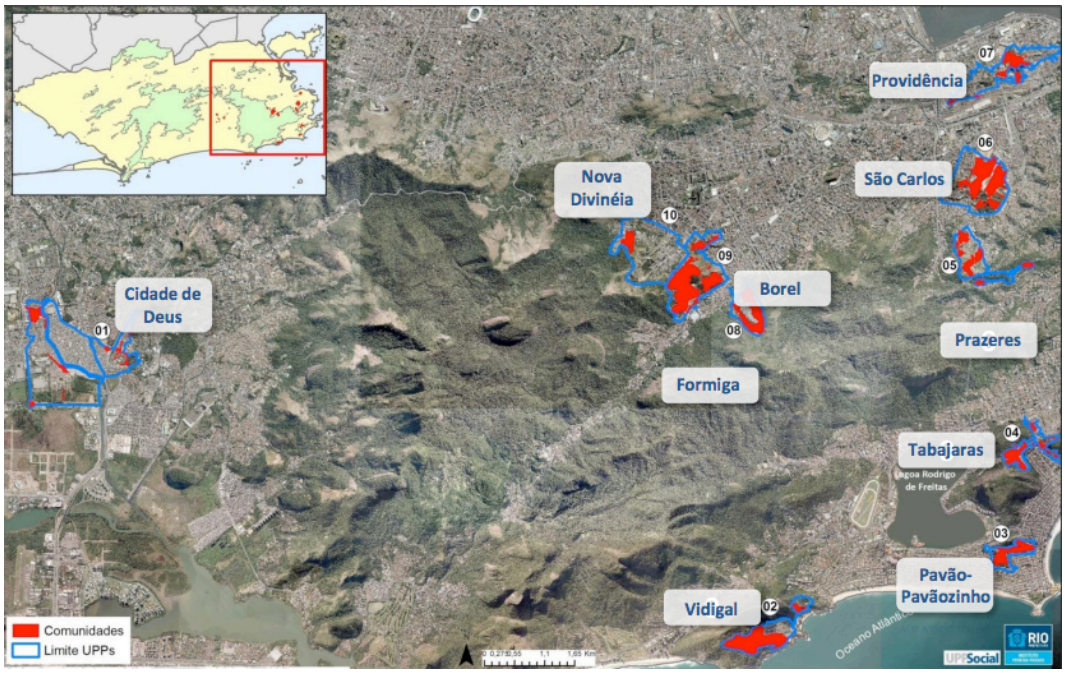


Figura 43**:** Favelas participantes da primeira fase do projeto Agentes da TransformAção. Fonte: Instituto Pereira Passos (2013)

Em 2015, o Agentes da TransformAção ganhou novo auxílio com a entrada da UNICEF para a sua lista de parceiros, dando início à terceira etapa do projeto (INSTITUTO TIM, 2013).

Para realizar o estudo, o Instituto Tim desenvolveu um sitema chamado "*Para Pesquisa*", feito exclusivamente para este projeto e aplicado desde a primeira fase, em 2013. O *Para Pesquisa* é um software livre para criação de formulários de pesquisa, pensado para empresas e instituições que tenham interesse em realizar dignósticos empíricos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

A ferramenta funciona com um aplicativo instalado em tablet com sistema operacional Android. Cada formulário preenchido é automaticamente transmitido pela internet e armazenado em uma plataforma web, na qual os gestores podem criar novos formulários e acompanhar o andamento das pesquisas de campo.

Além de desenvolver este sistema gratuito – que está disponível para download no GitHub[18] –, o Instituto Tim também forneceu os tablets utilizados durante a coleta. A compilação dos dados e a apresentação das estatísticas ficou sob o encargo do IPP.

Todo o trabalho de campo do Agentes da TransformAção foi feito por jovens moradores das favelas e supervisionado por coordenadores do Rio+Social (figura 44).

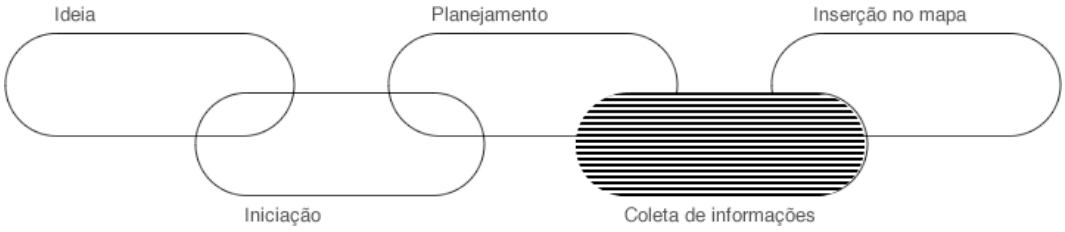


Figura 44**:** Participação no projeto Agentes da TransformAÇÃO. Fonte: A autora.

De acordo com um agente de campo do IPP que não quis se identificar, este mapeamento é bastante efetivo, devido à agilidade e à facilidade na coleta de dados, além de ser todo feito por jovens, com smartphones e tablets, sem nenhum tipo de uniforme e por meio de entrevistas informais com seus próprios amigos.

5.8. Tá no Mapa

Idealizado pela agência de publicidade multinacional J. Walter Thompson (JWT), e gerido pela ONG Grupo AfroReggae (GCAR), o projeto Tá no Mapa promete "quebrar o muro entre a favela e a cidade" (JWT, 2014). A iniciativa é financiada pela Google, que enxerga no projeto uma oportunidade de crescimento de negócios locais, baseado na simplificação do deslocamentos de potenciais consumidores – especialmente turistas – nesses espaços, através do uso de suas ferramentas de georreferenciamento. Por outro lado, o GCAR afirma que o Tá no

[18] GitHub é um Serviço de web hosting compartilhado para projetos que usam o controle de versionamento Git. Este site possui funcionalidades de uma rede social com feeds, followers, wiki e um gráfico que mostra como os desenvolvedores trabalham as versões de seus repositórios.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Mapa tem como objetivo principal a inclusão social e o reconhecimento e aumento da autoestima dos morades.

O projeto teve início em 2013, e, em menos de três anos, já contabiliza atividades de mapeamento em 12 favelas, sendo dez delas após a entrada do patrocínio da Google[19] – Rocinha, Vidigal, Vigário Geral, Complexo do Caju, Babilônia, Chapéu Mangueira, Cantagalo, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho e Ladeira dos Tabajaras.



Figura 45**:** Favela Pavão-Pavãozinho antes e depois do projeto de mapeamento do Tá no Mapa. Fonte: AFROREGGAE (2015), editado pela autora.

Em 2016 o projeto estendeu o mapeamento para as regiões olímpicas do Rio de Janeiro atendendo favelas próximas ao Sambódromo, como São Carlos, Mineira (Catumbi), Morro da Coroa, Morro da Providência; na região Deodoro as favelas Batan e Fumacê; na região da Barra o Terreirão e na região do Maracanã Macacos.

Ainda em 2016, em meio aos Jogos Olímpicos, a Google lançou a segunda etapa do projeto Tá no Mapa, que eles denominaram de Além do Mapa. Nessa etapa, foram produzidos relatos em vídeo no Complexo do Alemão, Complexo da Maré, Complexo de São Carlos, Rocinha e Vidigal. Esses relatos estão acessíveis pelo aplicativo *Google Arts e Culture*[20] e pelo site do projeto g.co/alemdomapa. Além disso, com o equipamento fotográfico da Google nas costas foi possível, em

[19] A Google entrou como patrocinadora no final de 2013. Antes disso, o projeto já tinha sido realizado na favela Parada de Lucas, como etapa-piloto.
[20] Aplicativo desenvolvido pela Google para explorar obras de arte e cultura de 850 museus, arquivos, e organizações em todo o mundo que têm parceria com o Instituto Cultural Google.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

uma ação inédita, inserir o Complexo de São Carlos e o Morro São Carlos ao *Google Street View*[21].

O critério utilizado na escolha das favelas a serem mapeadas quase sempre[22] esteve pautado na proximidade destas em relação aos equipamentos olímpicos e na inserção às dinâmicas da Zona Sul. Em cada uma delas foram selecionados, em média, de quatro a cinco moradores, que, após serem submetidos a treinamento específico, trabalharam de três a quatro meses, durante seis horas por dia, com uma meta diária de quinze pontos de interesse. Estes pontos de interesse são, basicamente, locais de comércio, sérvio e turismos, e as ruas que lhes dão acesso.

A partir do momento em que são inseridos e organizados na plataforma, os dados seguem para uma validação feita por uma equipe da Google baseada na Irlanda. O nível de detalhamento dos mapas pode variar segundo o interesse da empresa – ruas sem comércio, serviço ou turismo são pouco mapeadas ou não mapeadas – e de acordo com a penetração do AfroReggae na favela, pois o trabalho dos mapeadores depende do sucesso na mediação junto aos demais moradores locais, inclusive traficantes. Por este motivo, algumas favelas mapeadas permanecem ser ter algumas de suas áreas representadas. Um exemplo: na Rocinha, considera uma exemplo bem-sucedido pelos parceiros do projeto, quando se tenta traçar uma rota até um ponto comercial é comum que o mecanismo sugira um "salto" em determinado momento do trajeto.

A previsão do projeto para 2016 consiste em estender o mapeamento para as regiões olímpicas do Rio de Janeiro atendendo favelas próximas ao Sambódromo (São Carlos, Mineira (Catumbi), Morro da Coroa, Morro da Providência); na região de Deodoro (Batan e Fumacê); Barra (Terreirão); e Maracanã (Macacos). A marca de roupa masculina Reserva também produzirá camisas com a marca "Tá no Mapa" (AFROREGGAE, 2015).

Em entrevista, Renato Herzog[23] (2015), ex-gerente do projeto Tá no Mapa, afirmou que para o GCAR o objetivo do projeto é "reconhecer a existência desses locais, que estão na cidade há mais de 30 anos, 50 anos em muitos casos, e eles

[21] Google Street View é um recurso do Google Maps e do Google Earth que disponibiliza vistas panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical e permite que os usuários (utilizadores) vejam partes de algumas regiões do mundo ao nível do chão /solo.

[22] A exceção a estes critérios de escolha é Parada de Lucas, berço do AfroReggae, que foi a primeira favela mapeada pela ONG e pela empresa JWT como projeto piloto, antes da parceria com a Google.

[23] A entrevista é apresentada na íntegra no Anexo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

não são reconhecidos. (...) Então, quando você coloca esses lugares no mapa, você traz o reconhecimento para as pessoas que moram lá".

Renato Herzog (2015) explicou que a metodologia do projeto sofreu várias adaptações para chegar ao formato atual. "A gente começou pensando em uma metodologia, mas não tínhamos experiência, então fomos aprimorando".

O trabalho começa com a entrada do GCAR nas favelas, por meio das associações de moradores. Depois, segundo Renato Herzog, eles fazem a mediação com os "traficantes da região" para garantir que o investimento no mapeamento não será perdido, isto é, que ele é passível de acontecer e, principalmente, para assegurar e tranquilizar os agentes mapeadores. De acordo com Renato, mesmo em favelas "pacificadas", eles ainda enfrentam problemas com o tráfico. "Então, antes de começar propriamente o trabalho, a gente se articula, faz essa mediação, e a gente só entra quando isso tá devidamente negociado" (Herzog, 2015). Como relataremos no Capítulo 7, apesar desta negociação, ainda parece existir certo desconforto por parte dos agentes mapeadores, referente ao confronto de José Júnior (fundador e idealizador da GCAR) com a facção criminosa Comando Vermelho.

Após a negociação, os moradores residentes nas favelas são recrutados para se tornarem "agentes mapeadores". O número de agentes varia entre quatro e oito, dependendo do tamanho e da complexidade da favela a ser mapeada.

Os mapeadores recrutados pelo GCAR geralmente já estão envolvidos em algum projeto do GCAR e alguns deles, segundo Renato Herzog (2015), já estiveram envolvidos com o tráfico de drogas, o que facilita na interlocução com os traficantes em casos de dificuldade de mapeamento de áreas que ainda se encontram fora da alçada do poder público. Renato também destaca que o fato de os moradores conhecerem a região facilita o trabalho, pois, justamente por isso, já sabem onde estão os pontos de comércio, os equipamentos urbanos, os principais trajetos etc. Dentro do grupo de agentes mapeadores, o GCAR seleciona uma pessoa – que é geralmente o que faz parte do Grupo há mais tempo, ou seja, aquele em que o GCAR tem mais confiança – para ser o supervisor local.

O supervisor local é responsável por definir o planejamento da região – o que será mapeado primeiro, quem vai mapear o quê etc. –, além de encaminhar para o GCAR as dúvidas e os problemas que ocorrerem ao longo do processo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Os agentes de campo recebem por mês um pagamento no valor de R$ 1,2 mil, e o gestor local recebe R$ 1,8 mil. A jornada é de seis horas diárias, de segunda a sexta.

No treinamento, os agentes recebem um "kit" contendo: um celular *Samsung Galaxy SIII* com o aplicativo *Map Maker Buddy* instalado; uma planilha para anotações dos dados sobre os pontos mapeados; um bloco para anotações sobre as empresas inscritas no *Google Meu Negócio*; uma apostila explicando como cadastrar a empresa no *Google Meu Negócio*; adesivos para colar e sinalizar os estabelecimentos já mapeados; e duas camisas para utilizarem no trabalho de campo.

A metodologia utilizada *a priori* funcionava assim: os agentes mapeadores, através do aplicativo *Map Maker Buddy*[24], demarcavam os pontos *in loco*, por meio de fotos do local e de informações adicionadas no aplicativo. Essas informações eram transmitidas para as respectivas contas de email dos agentes – que precisavam, necessariamente, ser contas do Gmail, o email da Google –, através de rede WiFi. Com essas informações nas contas de email dos agentes, eles conseguiam, se fosse o caso, editá-las e complementá-las diretamente no site *Google Map Maker*, que é exatamente um serviço criado pela Google para que, a partir do mapeamento colaborativo, seja possível expandir e melhorar a cartografia do *Google Maps*. Nesse site, os mapeadores confirmavam os dados coletados através do aplicativo e os enviavam à Google para validá-los.

Entretanto foram encontrados vários imprevistos nessa metodologia. Muitos agentes não possuíam internet em casa, por exemplo, o que dificultava na hora de transmitir e validar as informações no *Google Map Maker*. Por conta disso, Renato optou por alterar a metodologia, contratando duas pessoas (dois agentes mapeadores que já conheciam o projeto por terem participado do mapeamento de outras favelas) para trabalhar no escritório do GCAR apenas organizando os dados e os enviando para a validação da Google.

Atualmente o GCAR cria e gerencia as contas de email de cada agente mapeador. Diariamente, após os agentes mapearem sua meta de pontos (pelo menos 15 por dia), eles se encontram em um local previamente estabelecido, e que

[24] Com *Map Maker Mobile Buddy* é possível criar anotações no smartphone enquanto o usuário está visitando os lugares. Posteriormente, você pode enviar essas informações para o *Google Map Maker* a fim de adicionar ou editar tais lugares no mapa. Dessa forma, essas informações são adicionadas ao Google Maps.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

possua sinal de internet WiFi, e "sobem" para as suas contas todos os pontos coletados. Os funcionários do escritório recebem as informações digitalmente, as validam no *Google Map Maker* e as enviam para a validação da Google.

O problema do novo metodo é que os funcionários do escritório muitas vezes não conhecem a favela mapeada e, por isso, nem sempre conseguem conferir os dados enviados pelos agentes. Além disso, em função da altitude de algumas favelas e de alguns becos serem muito estreitos, diversas vezes o sinal de GPS do celular não captura a informação de forma correta. Então, quando os funcionários recebem as informações, não raro os pontos mapeados aparecem em lugares errados. Falhas como estas, apenas quem conhecesse a região mapeada poderia identificar.

Também pode acontecer de o aplicativo "dar erro" e, consequentemente, o agente perder todos os dados coletados. Para resolver isto, o GCAR pede que os agentes registrem todas as informações inseridas no aplicativo também na planilha de papel, que é recebida no dia de treinamento.

Além do serviço de mapeamento, os agentes são instruídos a convidar os donos dos pontos comerciais cadastrados no mapa a criar sua página no *Google Meu Negócio*, tarefa para a qual os comerciantes precisam de um computador com internet. Todos os dados inseridos no site no momento de cadastro do comerciante devem ser anotados no bloquinho dos agentes mapeadores, principalmente o endereço da URL[25] gerada pelo cadastro. Isto é feito porque os apontamentos servem como prestação de contas para a Google.

Já que o foco do mapeamento do projeto Tá no Mapa é mapear, principalmente, pontos de comércio, as ruas que os agentes mapeadores consideram que "não têm nada" acabam por ficar de fora do projeto. Isto talvez possa explicar os vazios cartográficos em algumas regiões tidas como mapeadas pelo Grupo.

Dessa forma, percebe-se que o projeto, apesar de se anunciar como participativo, utiliza alguns moradores da favela como mão de obra remunerada para a coleta de informações específicas. Estes moradores, além de receberem um treinamento sobre como mapear o território, não são incentivados a inserir as

[25] Uma URL é o endereço pelo qual o cliente acessa um determinado site.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

informações que quiserem, apenas as informações contempladas no escopo do projeto, que são basicamente de pontos de comércio.

Assim, o escopo do projeto em si não pode ser considerado participativo, mas, por utilizar a plataforma do Google Maps, que é, originalmente, através do Google Map Maker, aberta para inserção de dados por qualquer pessoa, classificaremos o projeto como participativo na coleta de informações e inserção no mapa (figura 46).

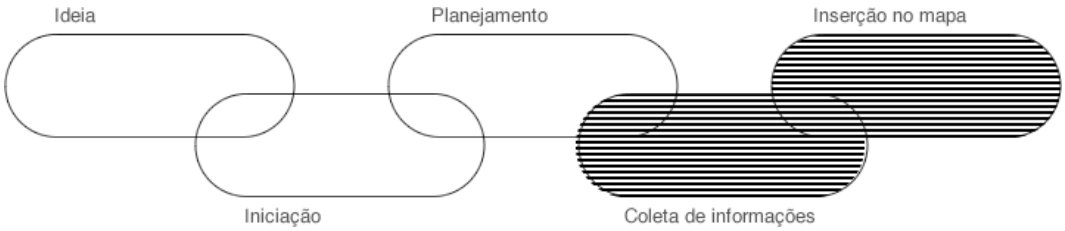


Figura 46**:** Participação no projeto Tá no Mapa!. Fonte: A autora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Nesse ponto é importante salientar que o *Google Map Maker* não é um aplicativo amigável nem tampouco de fácil acesso. Os agentes de campo do Tá no Mapa, por exemplo, precisam de um dia de treinamento para entenderem como funciona o mecanismo básico. E a inserção das informações no mapa do Google é feito no escritório, por funcionários do GCAR.

Para Peter Turchi (2004), os mapas são definidos pelo que eles incluem, mas seguidamente eles são mais reveladores no que excluem. Interessante perceber que apesar de grande parte dessas favelas entrarem no mapa da Google, através desse projeto, alguns becos, por não apresentarem comércio ou pontos de interesse, continuam fora do mapa, o que pode reforçar o enobrecimento de algumas áreas em detrimento de outras, o que já existe dentro das favelas.

A metodologia, como visto, privilegia informações como CEP, nome da rua, número da casa etc. Todavia esse tipo de informação, crucial para a orientação na cidade formal, não é comumente utilizada nas favelas. Também sentimos falta da apropriação do conhecimento local de leitura e entendimento do espaço para o desenvolvimento de uma metodologia mais adequada à região. Acreditamos que com essa metodologia de mapeamento, voltada principalmente para a inserção de pontos comerciais no *Google Maps,* possa ser gerada uma leitura lateralizada da realidade daquele espaço, especialmente se considerarmos que o projeto fica restrito a um grupo de jovens mapeadores treinados pelo GCAR – mesmo que os

aplicativos de mapeamento da Google estejam "disponíveis[26]" para todos, em nenhum momento o GCAR convidou a favela a participar do processo participativo.

Como vimos no subcapítulo referente ao mapeamento participativo, Colchester (2002) alerta que em trabalhos de mapeamento participativo com povos indígenas, existe o risco de ocorrer uma fascinação pela tecnologia empregada, o que, segundo o autor, pode comprometer o resultado do mapeamento, distorcendo as prioridades dos grupos sociais que se quer beneficiar e acabar se transformando em mais uma forma de sua anexação administrativa. Apesar do projeto Tá no Mapa não trabalhar com povos indígenas, percebemos que a tecnologia pouco conhecida pelos agentes mapeadores também provoca esse "fascínio", o que, somada à metodologia "engessada", pode acarretar um resultado semelhante ao que aponta Colchester (2002), um mapeamento de pontos de interesse majoritariamente das empresas envolvidas e não dos moradores locais.

Cristina Gonzalez (2012) nos ajuda a compreender a motivação de investimento da Google nesse projeto. Segundo a autora, o fato de a empresa oferecer uma série de serviços gratuitos, que vão de editores de fotos e de texto a mapas, email, buscador, entre outros, coloca-a entre as muitas companhias da economia digital que baseiam seu negócio na distribuição de uma série de produtos para ganhar dinheiro com outra atividade. A receita da Google vem quase exclusivamente da publicidade proveniente de seu serviço de buscas e da rede de páginas *web* que disponibiliza anúncios. Na lógica do "grátis", trata-se de uma forma de subsídio cruzado, em que os anunciantes seriam a terceira parte de um mercado no qual os outros dois participantes realizariam trocas gratuitas. Dito de outra forma, a Google não estaria vendendo uma ferramenta de buscas, por exemplo, mas sim seus usuários aos anunciantes.

> "Assim, o modelo de negócios da Google consiste, de um lado, em oferecer gratuitamente uma quantidade grande de serviços como busca, email, mapas, livros, redes sociais etc. e, por outro lado, vender o perfil dos usuários destes serviços para a exibição de anúncios de publicidade dirigida. Quanto mais os usuários utilizam os serviços gratuitos, mais a Google aprimora o seu perfil estatístico, aumentando assim a precisão da sua publicidade dirigida, num ciclo virtuoso." (GONZALEZ, 2012, pg. 27).

[26] Apesar dos aplicativos estarem disponíveis para todos, sua utilização requer um celular de qualidade, e um usuário que tenha facilidade em assimilar novas tecnologias. Além disso, esses aplicativos não são encontrados com facilidade, o que dificulta a utilização do cidadão que não esteja vinculado ao GCAR ou a algum programa específico de mapeamento da Google.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Com a infraestrutura de mapeamento digital que está sendo posto em prática, a Google poderá coletar uma grande quantidade de dados de um mercado praticamente intocado. Como já vimos, a favela é hoje um mercado que movimenta milhões e, dessa forma, para a Google, é importante incluir essas preciosas informações no seu mapa digital. E da mesma forma que a Google tem interesses econômicos no projeto, precisamos entender os interesses das demais empresas/atores envolvidas no processo, a saber: JWT e Grupo Cultural AfroReggae.

A JWT foi a primeira agência de publicidade internacional a estabelecer uma filial no Brasil. Foi também a primeira grande agência a incorporar a área digital em suas atividades diárias e a implantar o serviço de planejamento de canais de mercado (Planejamento de Canais). Desde a sua inauguração, em 1864, a agência tem sido responsável pelo atendimento de marcas líderes de mercado. Sua parceria com a Google começou em 2013, quando a agência foi convidada para fazer a parte publicitária do *Google for Work*, produto do qual se desmembrou o *Google Meu Negócio*[27], que também foi incorporado no escopo do projeto Tá no Mapa!.

Stefano Paduan, funcionário da JWT Brasil e supervisor da conta do GCAR na empresa, em entrevista, nos contou sobre a relação entre o AfroReggae e a JWT, que, para ele, está no campo do cliente e do contratado, já que a JWT é uma empresa de publicidade que atende ao Grupo Cultural AfroReggae. Para Stéfano, a elaboração do projeto Tá no Mapa foi uma encomenda do GCAR para a JWT de um produto que gerasse visibilidade para a ONG. O Tá no Mapa surge, então, além de instrumento de visibilidade para as favelas cariocas, principalmente para dar visibilidade às empresas envolvidas.

Não por acaso, as empresas envolvidas investiram na inscrição do projeto em vários prêmios internacionais. O projeto ganhou destaque internacional ao ganhar a medalha de prata na categoria *Cyber* e Bronze na categoria Relações Públicas no Festival de Cannes. Além das medalhas em Cannes, o projeto recebeu mais quatro premiações: *El Ojo Iberoameérica*, prata na categoria El Ojo Interativo; Media Latam, ouro na categoria Uso Criativo de Mídia; D&AD com

[27] O Google Meu Negócio é um conjunto de funcionalidades e ferramentas grátis que a Google disponibilizou com o objetivo de divulgar seu negócio e possibilitar a interação com seus clientes e demais interessados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

melhores trabalhos em causa sociais; Wave Festival – prata e bronze na categoria *Cyber* (digital), bronze em PR (Relações Públicas) e bronze na categoria *Green Wave*.

Entrevistamos um funcionário do escritório do GCAR que não quis se identificar, mas afirmou o interesse publicitário das empresas envolvidas. Segundo ele, existe um alto investimento em divulgação online, divulgação para a imprensa e inscrição em prêmios internacionais. Além disso, o mesmo funcionário disse que os responsáveis pelo projeto em nenhum momento foram ao Instituto Pereira Passos, por exemplo (como foi feito pelo projeto Na Área, da Microsoft), para conseguir informações de forma mais fácil. O que, para ele, põe em cheque o discurso do projeto, que diz ter como objetivo principal dar visibilidade a todas as favelas do Rio de Janeiro.

Fundado em 1993, o Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) é uma ONG que promove atividades culturais em periferias carentes do Rio de Janeiro com o objetivo declarado de oferecer aos jovens alternativas de vida e ocupação que não as ligadas ao tráfico de drogas. A ONG conta com o patrocínio do banco Santander, da Odebrecht – empresa do setor de Engenharia & Construção –, recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, e apoio e parceria de grandes empresas como Natura, Light, Gol Linhas Aéreas, Editora Abril, O Globo, Globosat e Sebrae, além da parceria do governo do Estado. Isso sem contar os patrocínios específicos de cada projeto, como é o caso da parceria com a Google e a TWJ no projeto Tá no Mapa.

Em fevereiro de 2016, o GCAR anuncionou a abertura de uma empresa, a AfroReggae Produções Artísticas, companhia que se apoia em um tripé acionário: a ONG detém o controle, com mais de 50% de participação, e o restante é dividido entre o Funcine Investimage I – Fundo de Investimento da Indústria Cinematográfica Nacional, ligado ao BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) –; e um grupo estrelado de pessoas físicas, o que prova a elogiada capacidade de José Júnior de transitar por círculos diferentes e aglutinar pessoas. Encabeçado pelo ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, o grupo reúne três ex-presidentes de banco: Fábio Barbosa e Marcelo Portela, que já comandaram o Santander, e Paulo Ferraz, do Bozano Simonsen, que foi comprado pelo banco espanhol no inínio da década passada (ROSA, 2016).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Segundo José Junior, criador do GCAR, foi necessária a criação da empresa AfroReggae Produções Artísticas para que a ONG não fosse fechada (ROSA, 2016). Ele afirma que sofreu um corte abrupto de R$ 13 milhões em doações (ROSA, 2016).

A empresa pretende ganhar dinheiro com a produção de filmes, séries para TV e "*docureality*", produtos audivisuais que trabalham com um misto de ficção e "reality show" (ROSA, 2016). As produções devem abordar temas relacionados ao cotidiano das favelas cariocas, principalmente atrelados à violência e ao narcotráfico.

Para se ter uma dimensão mais concreta da estrutura que envolve a produtora criada pela ONG AfroReggae e a importância a ela atribuída, basta lembrarmos que esta nova empresa, a AfroReggae Produções Artísticas (ARPA), foi apresentada, no dia 8 de março de 2016, no RioContentMarket, o maior evento internacional de mercado audiovisual da América Latina, que acontece anualmente no Rio de Janeiro. Na ocasião, a ARPA foi destacada como uma das grandes apostas do ano para o setor. Para apresentá-la estavam presentes José Júnior, que além de ser fundador da ONG, acumula o cargo de diretor criativo e presidente do conselho da ARPA; Luís Erlanger, investidor e diretor de projetos; Sérgio Sá Leitão, ex-presidente da RioFilme (empresa pública carioca responsável pelo fomento à produção cinematográfica da cidade do Rio) e atual CEO da ARPA; e Christian de Castro, diretor financeiro-administrativo da produtora.

De acordo com Luís Erlanger, o plano de negócios da ARPA foi pensado como o case de uma empresa privada, ou seja, com vistas ao lucro, mas que, ao mesmo tempo, revertesse em financiamento para uma iniciativa social, a ONG AfroReggae. "O projeto foi todo desenvolvido passo a passo, dentro de moldes burocráticos, pensando em concorrer com as grandes produtoras", explicou. Sérgio Sá Leitão completou: "Quando o Júnior me procurou, ele disse 'Eu quero reduzir o grau de dependência de patrocínio que o AfroRegaae tem em relação ao poder público e às empresas privadas. Nós já temos um histórico produtivo e queremos que essa empresa seja autossustentável, autônoma, afirmativa e sirva como forma de sustentação para a ONG também".

José Júnior então explicou que a ideia de investir em uma produtora surgiu devido à falta de opções para encarar a crise de financiamento pela qual o AfroReggae estava passando. "Ano passado, o AfroReggae estava fodido.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Imagine o que é para uma empresa perder R$ 13 milhões. Agora pensa numa ONG. Nosso orçamento era de R$ 20 milhões", declarou. Ele disse ainda que só havia duas possibilidades de continuar mantendo os projetos da ONG: entregar as salas do prédio da Lapa ou levar adiante, de forma profissional, os projetos audiovisuais que eles vinham fazendo esporadicamente há alguns anos. "Falei com o Erlanger, que eu chamo de chefe, que a ONG estava fodida. Apresentei as alternativas pra ele, e ele falou pra eu cair de cabeça na produtora", contou.

Na opinião de Luís Erlanger, "José Júnior é o maior empreendedor social do país". Sá Leitão ilustrou a afirmativa de seu colega com uma passagem curiosa: "Quando terminamos todo o *business plan* do projeto, o Júnior me disse que iria enviá-lo para alguns potenciais investidores. Antes que eu pudesse alertá-lo de que aquela não era a melhor maneira, que o mais acertado seria marcar reuniões *one-to-one* para apresentar o material, ele já havia enviado a cartilha de negócios para uma lista de pessoas e já estava recebendo respostas positivas".

De acordo com Júnior, a ARPA possui no momento 15 projetos aprovados por lei e com distribuidora ou canais de TV garantidos. Deste total, quatro títulos são de longa-metragem para cinema. De acordo com o diretor criativo, também é possível que a empresa consiga fechar o semestre com outras três produções. São estes os projetos para cinema[28]: *DAS – Divisão antissequestro* (Downtown Filmes); *Corre – No rastro do crime* (H2O); *O jogo que mudou a história* (Paris Filmes); *No fio da navalha* (H2O); *Acrobatas* (em negociação); e *Cavaleiros da concórdia* (em negociação). Para TV, os projetos são os seguintes[29]: *DAS – Divisão antissequestro*; *No presídio*; *Cidade cerzida*; *Em cadeia*; *Outras brasileiras*; *Traficantes*; *Fui bandido*; *Paixão bandida (amor de mãe)*; e *O mediador*, este inspirado na trajetória de mobilização de José Júnior nas favelas cariocas. "Quando me mostraram o projeto [*de O mediador*], eu pedi, pelo amor de Deus, que não me colocassem na história, mas, no final das contas, fui ver e o protagonista era 90% inspirado em mim", Júnior ironizou.

Vale ressaltar que o GCAR tem estado presente em momentos-chave dos debates públicos e oficiais sobre violência urbana e segurança pública no Rio de Janeiro.

[28] Entre parênteses está citado o nome da empresa que adquiriu o direito de distribuição do filme.
[29] Não tivemos acesso ao nome dos canais que já compraram o direito de exibição destas produções.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

> "Basta enunciar três desses momentos: aquela que ficou conhecida como "chacina de Vigário Geral", em 1993, e que daria origem ao projeto de ONG na mesma favela; as discussões públicas que se seguiram à dita "chacina no Complexo do Alemão", em 2007; e a sua presença com comentários e a produção do programa "Papo de Polícia" após os espetaculares e midiatizados atos de ocupação da Polícia Militar no Complexo do Alemão que visaram instaurar as unidades de polícia pacificadora no final de 2010." (COELHO; DURÃO, 2013)

José Júnior, aparece como uma figura polêmica. Conhecido por trabalhar no papel elo de ligação entre a polícia e os traficantes, nos últimos anos, o mesmo tem sido ameaçado de morte pela facção criminosa Comando Vermelho (MONTEIRO, 2013). Isto, segundo ele, aconteceu em função de ter denunciado o pastor Marcos Pereira para a polícia. Tudo leva a crer que o pastor tinha envolvimento com o Comando Vermelho (CV). Como resultado do confronto, traficantes incendiaram a sede do AfroReggae no Alemão e, três dias depois, dispararam tiros de fuzil contra a sede da Penha. Os funcionários da ONG foram coagidos a deixar as favelas (MONTEIRO, 2013). Para se proteger, José Júnior tem à sua disposição dois carros blindados e homens do BOPE (Batalhão Operações Policiais Especiais) se revezam 24 horas por dia para garantirem a sua segurança e a de sua família, tudo custeado pelo banco pelo Santander, patrocinador da GCAR (MONTEIRO, 2013).

Apesar de José Júnior não participar diretamente do projeto Tá no Mapa, é importante entender este confronto, porque ele reflete diretamente as relações de poder existentes nas favelas e, por esse motivo, a recepção do projeto pelos moradores. O tema será apresentado mais à frente, no Capítulo 5.

Percebemos que a abertura da empresa AfroReggae Audiovisual, bem como a campanha publicitária em torno do projeto Tá no Mapa, diz muito sobre como é possível uma ONG se valer da sua expertise na favela para gerar receita. O conteúdo atrelado e (futuramente) comercializado, em vez de causar transformação social nas favelas, corre o risco de cristalizar preconceitos já enraizados na nossa sociedade.

As organizações locais, tais como o AffroReggae, são eficazes devido à sua "relação orgânica" com a favela. Ninguém conhece mais e melhor a geografia, paisagem, história cultural ou complexidades sociais da favela do que os seus moradores. Por isso, a sua participação e colaboração é vital em projetos como o projeto de mapeamento digital no qual o GCAR assume o papel de mediador.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Posto os discursos e o mercado das empresas patrocinadores do projeto Tá no Mapa, nos deparamos com uma controvérsia. O GCAR, que no projeto aparece como o representante que luta pela visibilidade dos moradores da favela, defende o mapeamento como um gesto de cidadania. Por outro lado, as empresas parecem investir seus esforços mais na divulgação do projeto do que em sua execução real, selecionando sempre favelas de localização privilegiada. Além disso, vale ressaltar que essas informações adicionadas no maior buscador do mundo colocam as favelas na mira do mercado global e, dessa forma, podem acelerar o processo de gentrificação[30] que já ocorre nas favelas cariocas da Zona Sul. Será que, para os moradores das favelas mapeadas, projetos como este trazem melhorias reais para a população?

Para entendermos melhor esse jogo de interesses, acompanhamos o projeto de mapeamento da favela Cantagalo, iniciado em maio de 2015. No Capítulo 6, apresentaremos o relato e as impressões deste projeto, do treinamento inicial ao mapeamento de todos os pontos da favela. A partir do acompanhamento de campo, objetivamos compreender qual é o papel dos atores envolvidos e mapear as controvérsias que surgirem durante o processo.

5.9. Cartografia Social e Urbana: Transformações e resistências na Região Portuária do Rio de Janeiro

Em 2013, a ONG FASE, com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, realizou uma série de oficinas de cartografia social na Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de mapear possíveis violações de direitos na região – classificadas nas categorias moradia, trabalho e cultura –, bem como as transformações em curso naquela área, tendo como foco as mudanças contemporâneas, mas sem deixar de identificar aquelas ocorridas no espaço pela

[30] É um conceito usado pela sociologia anglófona para se referir ao processo de substituição de população, em que a chegada de uma leva crescente de novos residentes de renda superior à da população original acaba por transformar o perfil sociocultural da área em questão. Os novos moradores introduzem costumes e práticas de consumo distintas das tradicionais, estimulando o surgimento de negócios e elevando o custo de vida, especialmente no que se refere aos gastos com moradia (imóveis, aluguéis, condomínios, impostos etc.), o que pressiona a saída de antigos residentes da área (VASCONCELLOS et al., 2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

ação do tempo e pela ação de projetos propostos para a região ao longo dos séculos (FASE, 2014).

Participaram das oficinas 100 moradores da Zona Portuária, incluindo trabalhadores, pesquisadores, educadores e também integrantes do Fórum Comunitário do Porto, em atividade no local desde 2011 (FASE, 2014).

Com base neste material foram produzidos relatos descritivos, que deram origem a uma análise qualititativa e coletiva daquele espaço urbano, a partir de experiências relatadas pelos próprios moradores e fundamentação crítica e teórica debatida durante as oficinas.

Ao final, no mesmo ano, os 100 participantes produziram um caderno, "Cartografia Social e Urbana: Transformações e resistências na região portuária do Rio de Janeiro", com o material coletado durante os encontros.

O ápice da participação no projeto se deu na coleta de informações, embora a elaboração do mapa e do caderno final tenha sido desenvolvida por vários integrantes (figura 47).

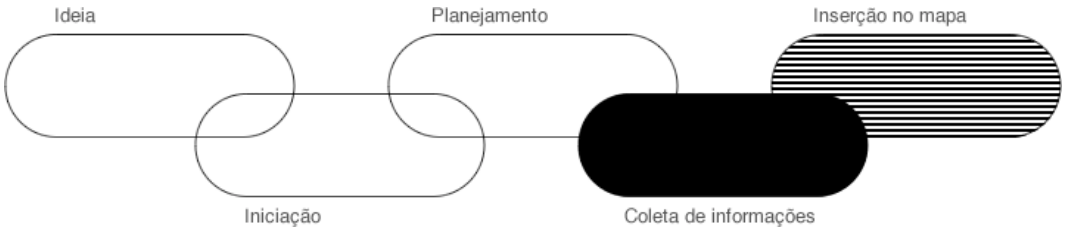


Figura 47**:** Participação no projeto Cartografia Social e Urbana. Fonte: A autora.

5.10. Mapa da Articulação Intersetorial para a Promoção da Saúde no Rio de Janeiro

Este projeto se trata de um mapeamento de iniciativas, recursos, unidades e organizações de saúde no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, e tem por objetivo potencializar a articulação comunitária e fortalecer a cooperação entre os diversos atores dos polos do RAP da Saúde[31]. O projeto faz parte do Centro de Promoção

[31] Criada em 2007, a Rede de Adolescentes e Jovens Promotores (RAP) da Saúde é fruto de uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

da Saúde (CEDAPS), organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 1993 no Rio de Janeiro.

Os autores não obtiveram maiores informações sobre o projeto nem resposta da CEDAPS. Não temos certeza sobre seu ano de criação nem se este ainda se encontra em funcionamento. A única informação que temos é a de que em 2013 foi realizada uma oficina de formação de Articuladores Intersetoriais para a Promoção da Saúde.

Também é sabido que as informações coletadas pelos articuladores foram inseridas no mapa por meio da plataforma Mootiro Maps, um *software* livre que permite o mapeamento participativo (figura 48).

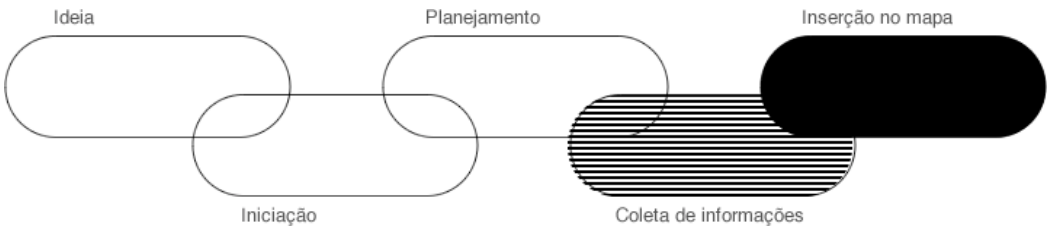


Figura 48**:** Participação no projeto Mapa da Articulação Intersetorial para Promoção da Saúde no Rio de Janeiro. Fonte: A autora.

Mesmo com a falta de informações concretas, optamos por manter este projeto na dissertação, pois ele faz parte do diagnóstico geral de mapeamento de favelas. E embora não tenhamos um detalhamento completo do projeto, é importante termos uma noção da conjuntura geral.

5.11. Na Área

Em funcionamento desde maio de 2014, o projeto Na área é desenvolvido pela Microsoft, e no Rio de Janeiro conta com a parceria do Instituto Pereira Passos, de ONGs e agentes públicos. Pensado como uma iniciativa global de mapeamento em áreas pobres, o projeto teve como ponto de partida as favelas do Vidigal, Manguinhos e Maré – nas fases seguintes, ele deverá contemplar comunidades carentes da África do Sul e da Índia (ARAUJO, 2015).

O projeto baseia-se no buscador Bing da Microsoft e utiliza moradores locais para o mapeamento destes espaços. Munidos de *smartphones* equipados com câmeras e GPS, os moradores são responsáveis por destacar pontos de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

interesse no entorno de suas residências ou locais de trabalho, identificando os principais pontos de referência e estabelecimentos públicos e comerciais (MERGULHÃO, 2014).

Toda a estrutura do projeto foi desenvolvida pela equipe do Bing baseada no Rio de acordo com informações colhidas entre os próprios moradores. Já os mapas e ferramentas são de responsabilidade da Diretoria de Informações da Cidade (DIC), do IPP. O Instituto, porém, participou apenas da fase inicial do projeto, na qual recebeu o diretor da Microsoft e foi responsável pelo treinamento dos funcionários sobre lançamento de dados. De acordo com um agente do IPP que preferiu não se identificar, "a etapa participativa não avançou muito, pois a inserção e a busca de dados estava condicionada ao uso do mapa Bing, que tem baixo alcance (em especial se comparado ao Google Maps)".

As imagens agrupadas nestes mapas possuem o dobro de definição das imagens de buscadores populares na internet, como o *Google Street View*, e as ferramentas criadas pelo Instituto Pereira Passos fazem do Na Área um mapa participativo – qualquer pessoa que possua um *smartphone*, *tablet* ou qualquer outro dispositivo munido de GPS pode enviar uma foto do ambiente pela internet e acrescentar as informações que considerar relevantes sobre o local (figura 49).

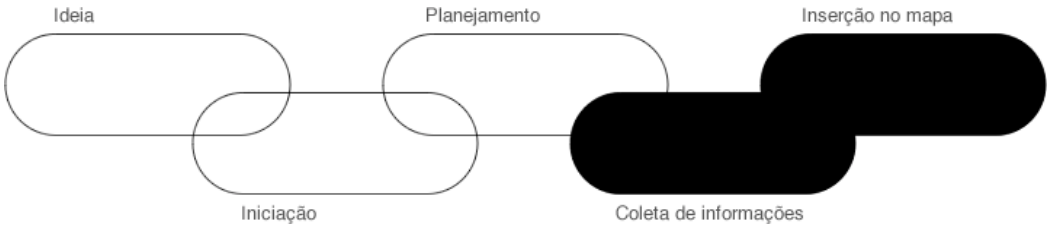


Figura 49**:** Participação no Na Área. Fonte: A autora.

Ao final da segunda fase, o projeto alcançou uma área de 101 complexos. As favelas foram selecionadas seguindo o critério de popularidade e tamanho, por isso, de acordo com a Microsoft, abrangem aproximadamente 85% da população que vive nos morros da cidade do Rio de Janeiro cobertos por uma UPP, segundo dados do último Censo do IBGE, de 2010 (ARAUJO, 2015).

No Vidigal, grande parte das informações inseridas no Bing foi coletada por André Koller, um alemão, morador do local. Ele já havia desenvolvido um mapa da área chamado "Vidigal 100 segredos" (que pode ser encontrado no Anexo II dessa dissertação), e a Microsoft adquiriu o direito de utilizar as informações ali

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

contidas. Em entrevista, André afirma que desenhou todo o mapa sozinho, "caminhando pelo território, entrevistando mototaxistas, conversando com a comunidade...". Seu mapa foi financiado pelos próprios comerciantes da região, que pagavam por anúncios (de variados tamanhos) no mapa, como em uma espécie de classificados.

5.12. Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro

Inicialmente proposto pelo Conselho Comunitário de Manguinhos – que buscou auxílio junto à prefeitura para mapear pontos de interesse da favela –, o projeto hoje é coordenado pelo IPP e abrange toda a cidade do Rio. A proposta original era mapear pontos culturais da favela, mas a prefeitura, em 2014, abriu para outros temas e desenvolveu uma ferramenta participativa, na qual qualquer pessoa poderia inserir informações sobre toda a cidade.

No início das atividades houve muitos problemas ligados ao mapeamento, porque era comum as pessoas inserirem informações como "jovem assassinado" e "boca de fumo", e a Prefeitura teve que criar categorias e aperfeiçoar seus mecanismos de mediação. Segundo Adriana Vial, gerente de Estudos Habitacionais da Direção de Informação do IPP, a moderação também é necessária porque o mapa tem uma finalidade.

Na primeira categorização proposta, o mapa contava com a possibilidade de inserir informações referentes à condição urbana (que diz respeito à conservação de jardins, praças, ruas), abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, iluminação pública e limpeza urbana. Depois a prefeitura percebeu que esse mapeamento poderia ser considerado um registro oficial do problema, o que facilitaria cobranças futuras. Com isso, foi retirada a categoria "condição urbana".

Atualmente é possível inserir informações sobre as seguintes categorias: rádios comunitárias; associações comunitárias; espaço de assistência social; escolas e creches; espaço de cultura; espaço de esporte e lazer; estabelecimento de saúde; igreja e templo; academia e curso de dança; bar e restaurante; comércio; estabelecimento bancário; estética, barbeiro e salão; farmárcia; indústria; oficinas, borracharias e postos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

O mapa foi desenvolvido com a tecnologia ArqGis[32] e o mapa-base utilizado foi o da Sabren (figura 50). Com isso, a prefeitura utiliza a plataforma participativa para sobrepor as informações do Sistema de Assentamento de Baixa Renda com as informações inseridas participativamente.

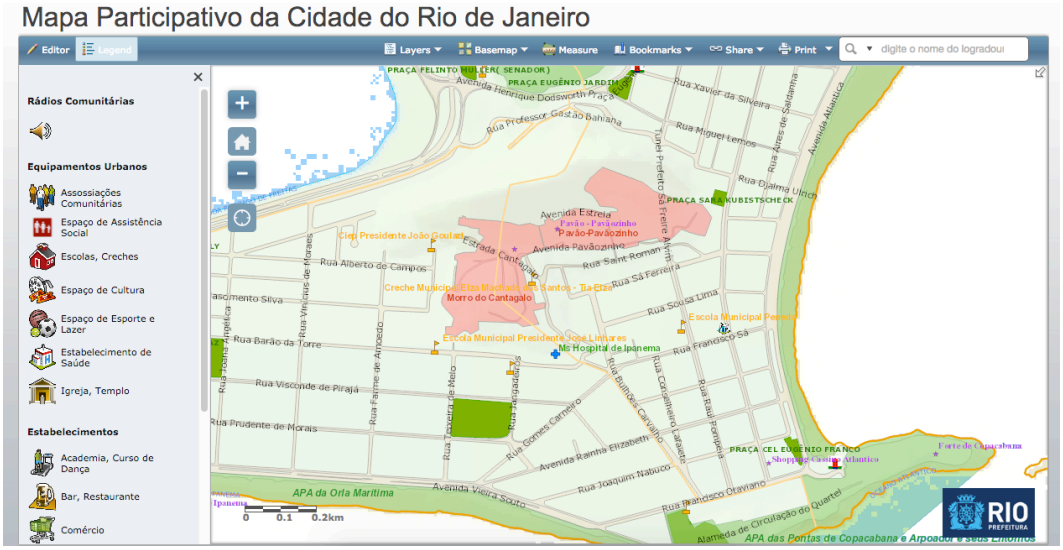


Figura 50**:** Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/OnePane/basicviewer/index.html?appid=64b54cbc5a76401d977f14ecc863fa31

Como foi dito, no momento em que a prefeitura passou a gerir as atividades, o Conselho Comunitário de Mangiunhos já estava com um projeto de mapeamento de atividades culturais encaminhado, realizado por moradores locais com a ajuda da Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz, vinculada ao Ministério da Saúde. Graças à parceria com o IPP, eles também conseguiram o apoio da ESRI, empresa internacional de geoprocessamento representada no Brasil, que cedeu a tecnologia do ArqGis.

O projeto hoje é financiado pelo Instituto Pereira Passos e, apesar da promessa de melhoramento e redesenho da plataforma visando facilitar sua utilização por todos os usuários, não sabemos se a iniciativa irá adiante, visto que foi anunciado o encerramento do Rio+Social.

[32] É um Sistema de Informação Geográfica (GIS) utilizado para criação e utilização de mapas, compilação de dados geográficos, análise de informações mapeadas e gestão de informações geográficas em bancos de dados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Por ter partido do Conselho Comunitário de Manguinhos, o projeto é participativo desde sua gênese. Segundo Fernanda Pernasetti, supervisora de gestão territorial do Rio+Social, foram necessárias várias reuniões com o Conselho Comunitário de Manguinhos para chegarem na versão atual do Mapa. O Conselho, além de participar ativamente na inserção dos pontos de interesse no mapa de sua região, sugeria inserções de categorias específicas para que a plataforma atendesse aos seus objetivos (figura 51).

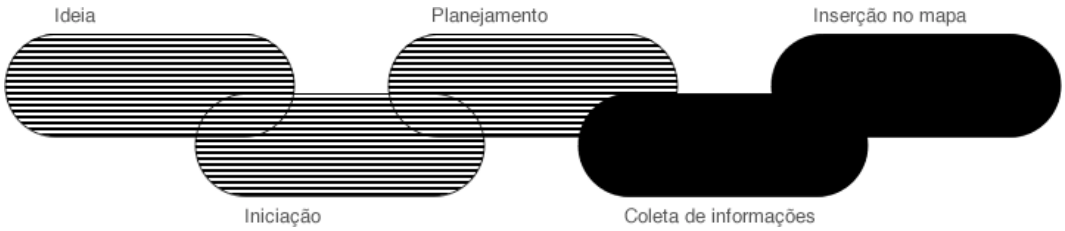


Figura 51**:** Participação no projeto Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: A autora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

5.13. Guia de Bolso das Favelas

O Guia de Bolso das Favelas do Rio de Janeiro foi criado em 2014 pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas) visando o desenvolvimento do empreendedorismo e o potencial turístico sustável em favelas da cidade. A publicação contém mapas das favelas cariocas, com dicas de eventos, locais para visitar, lanchar e onde se hospedar (figura 52). De acordo com a empresa, o objetivo é aumentar o fluxo de turismo nas favelas e auxiliar viajantes interessados em viver a experiência de visitar favelas do Rio de Janeiro (SCHMIDT, 2014). O Guia é entregue em pontos de apoio ao turísta, apenas para pessoas que pedirem informações específicas sobre visita em favelas.

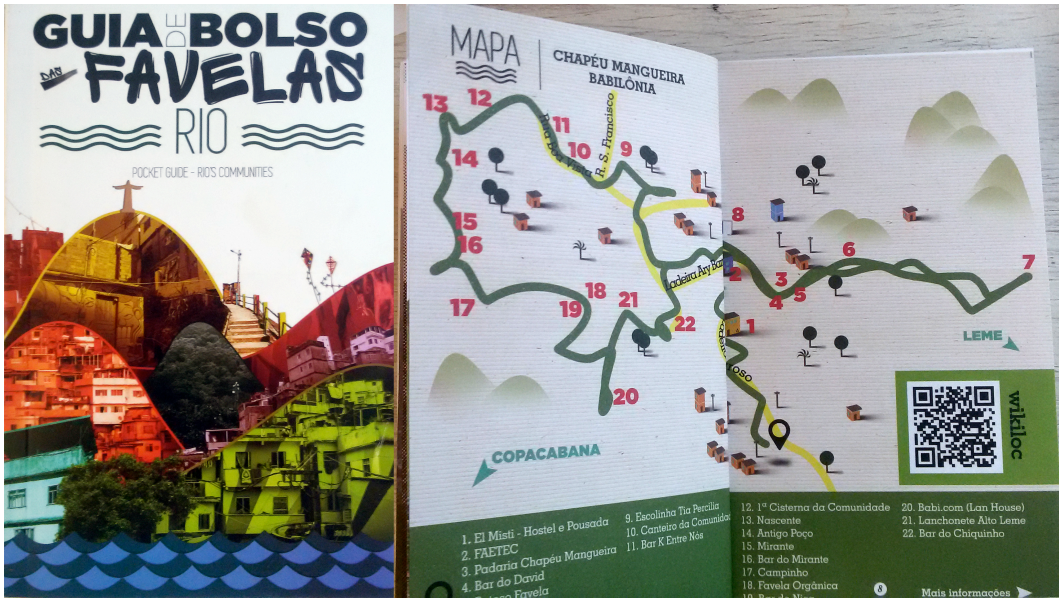


Figura 52**:** Guia de Bolso das Favelas. Fonte: A autora.

No lançamento do guia entraram as favelas Turano, Salgueiro, Formiga, Santa Marta, Chapéu Mangueira, Babilônia, Morro dos Prazeres, Morro dos Cabritos e Tabajaras (SCHMIDT, 2014). O Guia hoje conta com o mapeamento também do Complexo do Alemão, Favela da Penha, Rocinha, Salgueiro e Vidigal.

A publicação, que é entregue em versão impressa, permite que o turista scanneie o *QR Code*[33] dos mapas com seu smartphone. Com essa ação, o usuário é levado a um mapa mais detalhado, com os pontos sobrepostos à um mapa do Google Maps (figura 53).



[33] O QR Code consiste de um gráfico 2D de uma caixa preto e branca que contém informações pré-estabelecidas como textos, páginas da internet, SMS ou números de telefone.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Figura 53**:** Detalhamento do mapa do Guia de Bolso das Favelas, das favelas Chapéu Mangueira e Babilonia. Fonte: A autora.

O projeto é financiado pelo SEBRAE e pela Secretaria de Turismo da Prefeitura do Rio de Janeiro. E apesar de não poder ser considerado participativo (figura 54), visto ser totalmente desenvolvido pelo SEBRAE, sem a partitipação de moradores locais e/ou público em geral, ele faz parte do diagnóstico geral de mapeamento das favelas do Rio por nós estudado, por isso consideramos importante a apresentação deste projeto nesta dissertação.

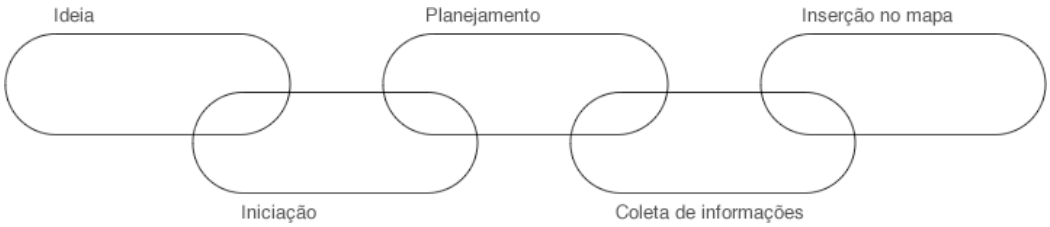


Figura 54**:** Participação no projeto Guia de Bolso de Favelas. Fonte: A autora.

Além disso, ele se apropria de várias informações coletadas nos mapas anteriormente citados, principalmente os dos projetos do Rio+Social e o desenvolvido por André Koller no Vidigal.

5.14. Guia Cultural de Favelas

Lançado em 2014, o Guia Cultural de Favelas é um mapa colaborativo sobre as práticas culturais em favelas cariocas desenvolvido pelo Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. A iniciativa integra o Programa Favela Criativa[34] e é um desdobramento do Solos Culturais, projeto que formou 120 jovens moradores de favela, entre 2012 e 2013, em produção cultural e pesquisa em cultura.

Para a construção do guia foram selecionados 40 jovens que participaram do Solos. Durante seis meses, eles revisitaram os pontos culturais destacados no projeto anterior, desta vez produzindo material multimídia, de forma a alimentar o mapa. Também foi criado um laboratório de produção cultural, unindo as oficinas conceituais e práticas (GUIA CULTURAL DE FAVELAS, 2014).

[34] Programa formado por diversos projetos que oferecem formação artística e especialização em gestão cultural a jovens agentes culturais, além de estabelecer canais de diálogo entre estes jovens, possíveis parceiros e potenciais patrocinadores.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

A informação pode ser inserida por quem desejar, mas é moderada (figura 55) pelos organizadores do guia. Segundo Gilberto Vieira, coordenador do projeto, isto é necesário para que o conteúdo seja inserido nos moldes adequados. O ponto mapeado deve ser um espaço cultural (MILIOTI, 2014).

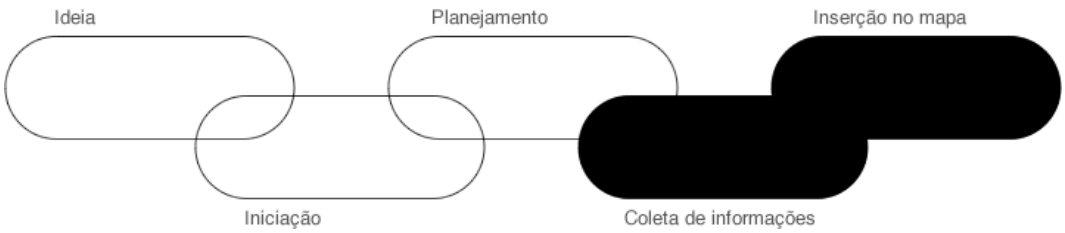


Figura 55**:** Participação no projeto Guia Cultural de Favelas. Fonte: A autora.

Segundo Gilberto, o Guia é para surpreender o turista, "para que ele saiba que existem outras coisas para fazer na cidade além do que está no guia cultural que ele ganha da prefeitura ao chegar no aeroporto" (MILIOTI, 2014). Ele acredita no Guia como uma ferramenta para potencializar a economia da favela.

O objetivo do projeto é servir de norteador de itinenários em favelas cariocas, indicando roteiros e ofertando informações sobre cada ponto de cultura e criação artística (MILIOTI, 2014). Apesar de grande parte dos pontos mapeados terem sido levantados por participantes do projeto Solos Culturais, atualmente, o mapa, que utiliza a base cartográfica da Google para pontuar suas marcações, encontra-se aberto ao público, podendo ser alimentado por qualquer pessoa.

Ao usar a base cartográfica da Google, o projeto enfrentou vários problemas para inserir os pontos no mapa. Da mesma forma que o projeto WikiMapa, muitas vezes os mapeadores sentiam dificuldade em encontrar o ponto exato, visto que o Google ainda não havia feito o mapeamento prévio de algumas áreas. Segundo Gilberto, "a Rocinha aparece como uma pedra, não tem ruas e a participação da galera que mora lá foi essencial" (MILIOTI, 2014).

Em termos de financiamento, o Guia Cultural de Favelas contou com um aporte total de R$ 14 milhões em recursos da Secretaria de Estado de Cultura, via Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro; da Light, através do Programa de Eficiência Energética da ANEEL; e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (GUIA CULTURAL DE FAVELAS, 2014).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

5.15. Cartografia Social: Olhares de Jovens da Maré

Em 2014, o historiador Fransérgio Goulart de Oliveira Silva treinou 14 jovens moradores do Complexo da Maré, com o intuito de compor uma equipe de produção de um mapa social, definido por ele como uma metodologia que não impõe peças para a construção do mapemamento e coloca o jovem na posição de protagonista, ao ter como resultado final um aglomerado das percepções de seus autores (FASE, 2015). O projeto se apresenta como participativo por contar com a ajuda de jovens da Maré (figura 56).

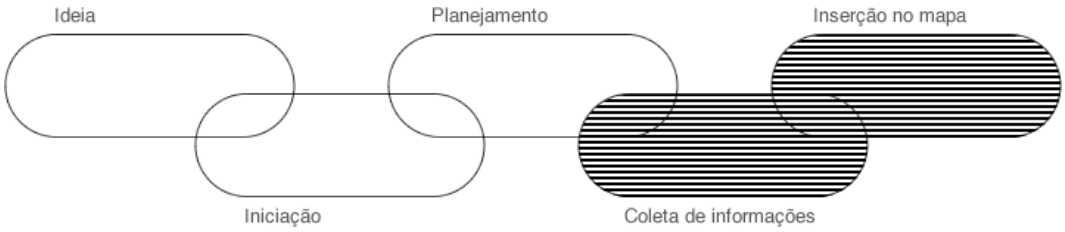


Figura 56**:** Participação no projeto Cartografia social: Olhares de Jovens da Maré. Fonte: A autora.

Os participantes foram selecionados pela ONG FASE, responsável pelo projeto juntamente com o grupo Conexão G. Todos os jovens, que tinham entre 14 e 29 anos, receberam instruções técnicas através de oficinas monitoradas por Fransérgio, que também organizou visitações às 16 favelas que formam o complexo (FASE, 2015).

A ideia era formatar um mapa atualizado da região, partindo dos olhares, experiências e percepções desses jovens, que tinham como ponto de apoio as violações à juventude na favela – neste mapa, o poder governamental é tido como o agressor, via políticas exclusivas e ditas de pacificação.

Para o desenvolvimento do mapa foi utilizada a estratégia que Flavelle (2002) chama de *sketch maps,* em que os jovens, através de desenhos à mão livre, registraram informações e percepções das suas respectivas favelas (figura 57).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA



Figura 57**:** Jovens desenhando o mapa para o projeto Cartografia social: Olhares de Jovens da Maré. Fonte: Fase (2015)

Após o desenho à mão livre, os mapas foram sobrepostos a aerofotografias (figura 58), na tentativa de apontar os locais onde ocorre as principais violações de diretos à cidade e injustiças ambientais nas favelas do Complexo da Maré.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

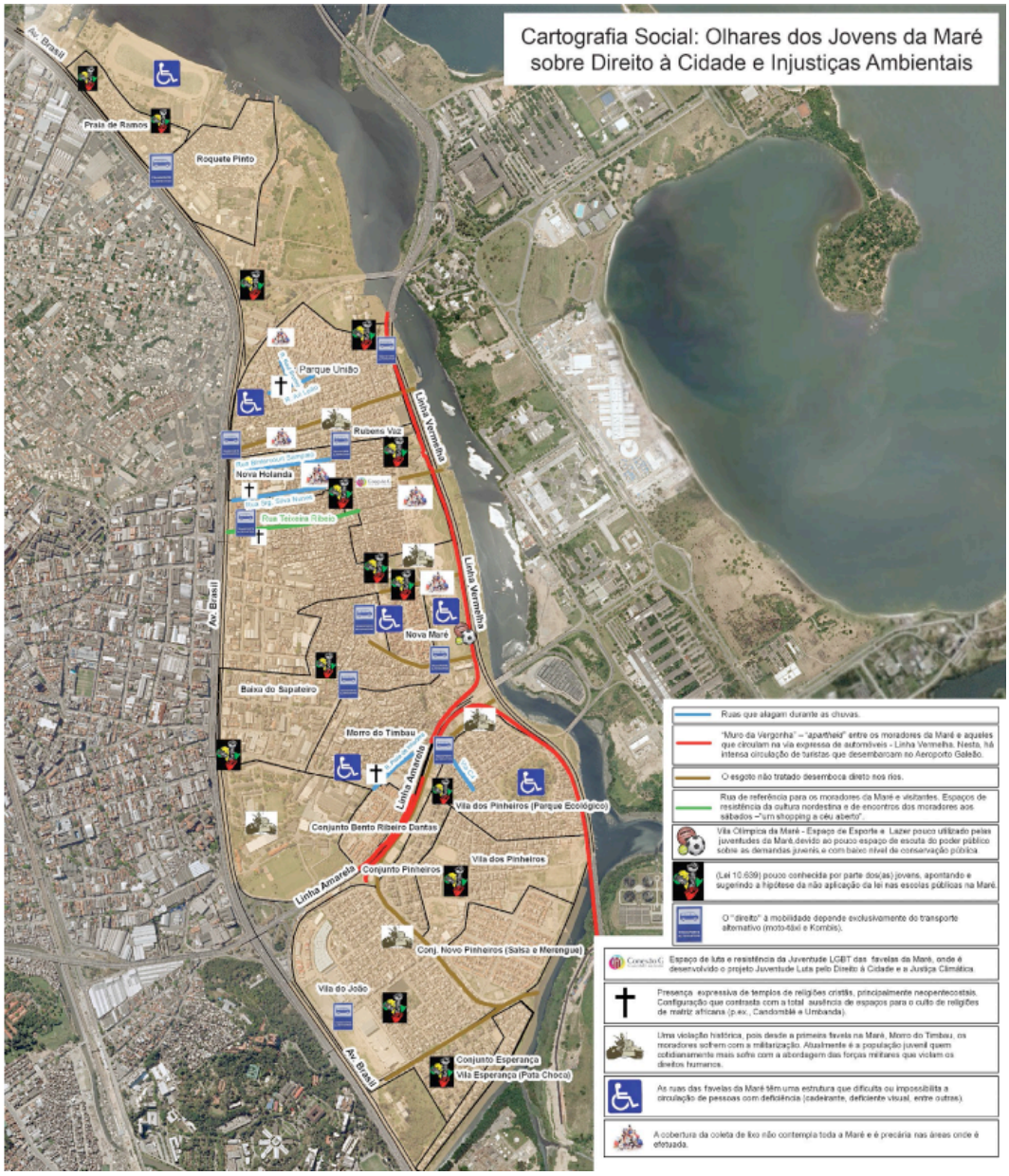


Figura 58**:** Mapa do projeto "Cartografia social: Olhares de Jovens da Maré". Fonte: Fase (2015)

O mapa Cartografia social: Olhares de Jovens da Maré foi lançado oficialmente em maio de 2015 e está disponível na site da ONG FASE. O projeto contou com o apoio financeiro das entidades norueguesas *Ayuda de la Iglesia Noruega* e *Operasjon Dagsverk*.

5.16. Projetos Jovens Construtores e ReciclAção

O Jovens construtores e o ReciclAção, na verdade, são um conjunto de iniciativas que visam a formação de jovens em cidadania e direitos, promoção de saúde, coleta seletiva, educação ambiental, além de pequenos trabalhos na área de construção civil, como pintura e reboco. Em atividade no Morro dos Prazeres

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

desde abril de 2015, o projeto já promoveu diversas oficinas, incluindo a de Mapa Falante Digital, que tem por objetivo atualizar o mapeamento participativo da região – ele estava desatualizado desde 2011 (CEDAPS, 2015).

Por ocasião desta oficina, os jovens caminharam pela favela mapeando pontos onde há descarte inadequado de resíduos sólidos e/ou que apresentam problemas com iluminação e/ou esgotamento sanitário. O trabalho desenvolvido foi aplicado à base de dados Mootiro Maps, mesma ferramenta utilizada por outros projetos da CEDAPS, como o Mapeamento digital de riscos socioambientais guiado pela juventude; e o Mapa da articulação intersetorial para promoção da saúde no Rio de Janeiro (CEDAPS, 2015).

Por utilizar a tecnologia da Mootiro Maps, qualquer pessoa pode inserir novas informações livremente (figura 59).

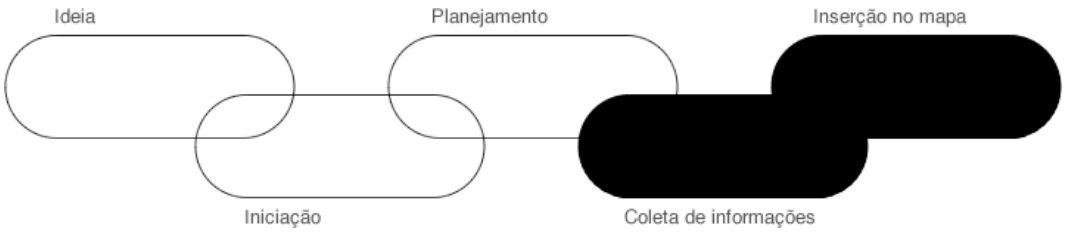


Figura 59**:** Participação no projeto Projetos Jovens Construtores e ReciclAção. Fonte: A autora.

O programa Jovens Construtores é uma iniciativa da *YouthBuild* International, organização não governamental dos Estados Unidos voltada para a juventude de áreas pobres. No Brasil, a ONG se juntou ao CEDAPS, ao Projeto ReciclAção e ao Grupo PROA. O projetou chegou ao fim em agosto de 2015.

5.17. Considerações sobre Participação nos Projetos Apresentados

Percebe-se que a participação da população das favelas nos mapeamentos acontece principalmente na coleta de informações, isto é, a população, na maioria dos casos, não é convidada a pensar criticamente sobre as ações de mapeamento e elaboração do método nem mesmo pensar na implicação da ação, no registro da memória local etc.

Para Jean-François Lyotard (2004), a relação entre fornecedores e usuários do conhecimento, e o próprio conhecimento, tende a assumir a forma que os produtores e os consumidores têm com suas mercadorias, ou seja, a forma valor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Seguindo esta lógica, a inserção de informações sobre as favelas nos projetos “Wikimapa”, “Tá no Mapa”, “Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro”, “Na Área” e “Guia Cultural de Favelas”, apesar de anunciados como projetos participativos, não acontece de forma livre pelos moradores, e sim restrita a um grupo selecionado de moradores que obedecem a uma ordem mercadológica: só é recomendável inserir no mapa pontos "de interesse” da empresa financiadora. Assim, como alerta Lyotard, o saber é produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. "Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu 'valor de uso'" (LYOTARD, 2004, pg. 5).

As conclusões obtidas através deste gráfico revelaram que, exceto o projeto “Mapa Rápido da Cidade do Rio de Janeiro”, todos os demais eram apenas “parcialmente participativo” ou “totalmente participativo” nas duas etapas finais do projeto, ou seja, na coleta e inserção das informações nos mapas. Isto significa que, comumente, os moradores não eram convidados para a estruturação do projeto como um todo. Tem-se a falsa ideia de que eles estão participando, quando, na realidade acontecem dois casos: 1) as empresas utilizam sua mão de obra e seu conhecimento do território para agilizar o processo de mapeamento; 2) as ONG’s se valem da estratégia do mapeamento como atividade reflexiva, no contexto de um projeto maior, e o conteúdo coletado, na maioria das vezes, é arquivado após o encerramento do financiamento do projeto.

Vale ressaltar que, excetuando-se o projeto “Tá no Mapa” (patrocinado pela Google) e “Na área” (patrocinado pela Microsoft), os demais projetos de mapeamento participativo já foram finalizados ou descontinuados. Segundo um funcionário do AfroReggae que trabalhou no projeto “Tá no Mapa”, isso acontece porque as empresas e ONG’s estão, em muitos casos, mais interessadas na publicidade em torno do projeto do que na ação em si. Para ele, o ganho econômico advém, supostamente, muito mais da publicidade em torno da iniciativa do que do conteúdo coletado. Ou seja, mais no "espetáculo da integração" do que na integração em si.

Alguns projetos – como “Cartografia social: Olhares de Jovens da Maré”, “Cartografia Social e Urbana: Transformações e resistências na região portuária do Rio de Janeiro”, “Mapeamento Digital de Riscos Socioambientais Guiados pela Juventude”, os da CEDAPS, parecem se debruçar sobre a questão da vivência

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

e da percepção do espaço mais do que sobre a sintetização de informações referentes à favela, de forma a facilitar o acesso de estrangeiros. Infelizmente, esses projetos são pontuais, sazonais e pouco divulgados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

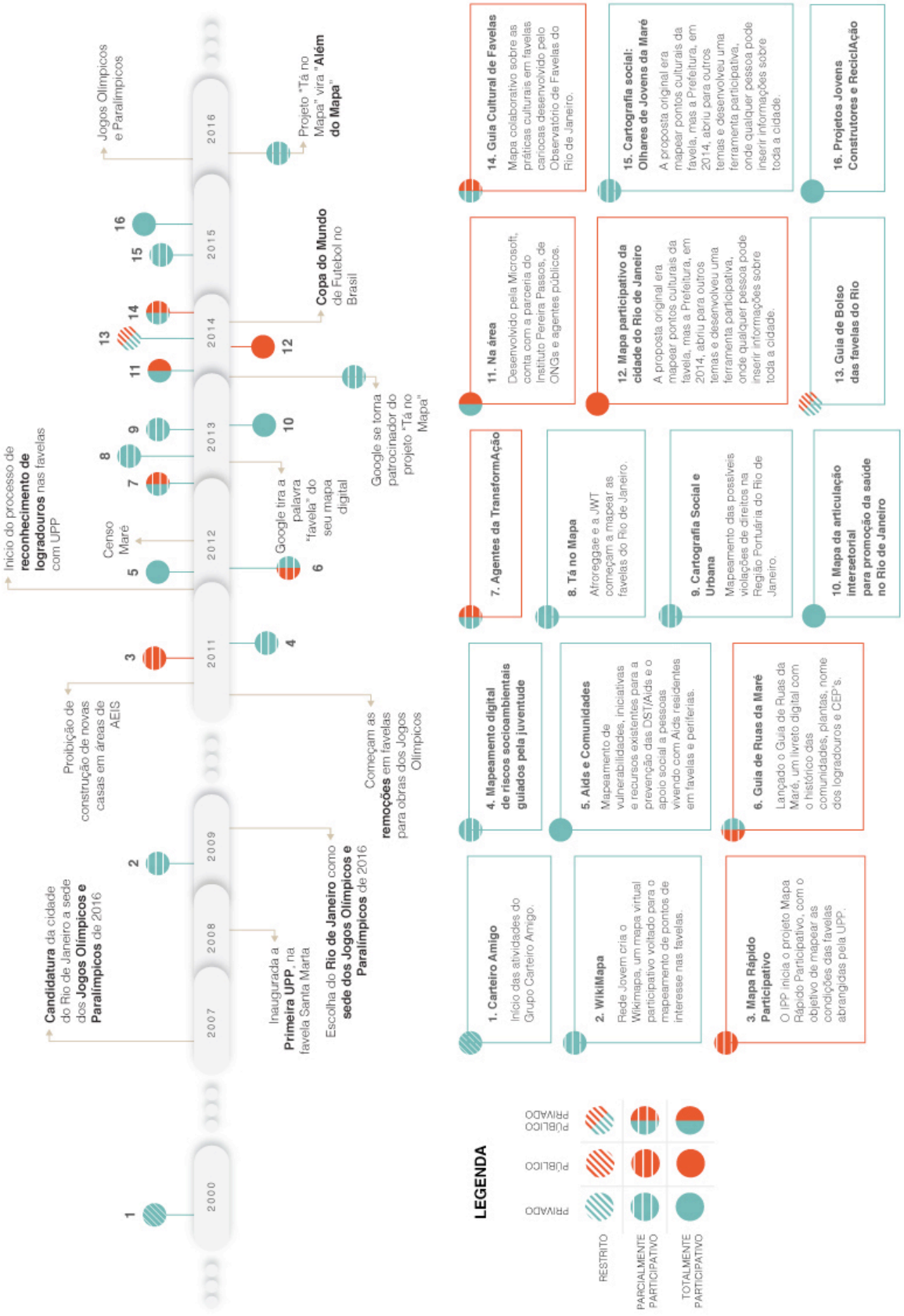


Figura 60: Projetos de Mapeamentos inseridos na timeline. Fonte: A autora.

6.
Tá no Mapa: Acompanhamento do Mapeamento do Cantagalo

Apesar de termos conhecimento dos demais projetos de mapeamento participativo em favelas cariocas, optamos por acompanhar o trabalho de campo daquele em que a Google é a principal financiadora, o Tá no Mapa. A partir desta iniciativa, a empresa, em parceria com o Grupo Cultural AfroReggae e a agência de publicidade J. Walter Thompson (JWT), anunciou que pretendia colocar todas as favelas do Rio de Janeiro no *Google Maps* – seu serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da terra gratuito na *web* – até 2016.

Em 2013, a pedido da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Google retirou a palavra "favela" do *Google Maps*, substituindo-as ocasionalmente pela palavra "morro", que pressupõe uma área verde sem ocupação. Contraditoriamente, no mesmo ano teve início o projeto Tá no Mapa.

Utilizamos a ferramenta *Google Trends*[35] para nos auxiliar no entendimento dessa controvérsia referente à postura da Google em relação às favelas do Rio. A ferramenta nos revelou o gráfico do crescente número de buscas pela palavra "favela" no buscador da Google (figura 61). A partir de 2009, a busca pelo termo vem crescendo de forma vestiginosa, e, ainda segundo o *Google Trends*, a maior parte das buscas são relacionadas à localização das favelas do Rio (figura 62), o que revela muito sobre o interesse da empresa em investir no projeto de mapeamento.

[35] Google Trends é uma ferramenta do Google que mostra os mais populares termos buscados em um passado recente. A ferramenta apresenta gráficos com a frequência em que um termo particular é procurado em várias regiões do mundo e em vários idiomas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

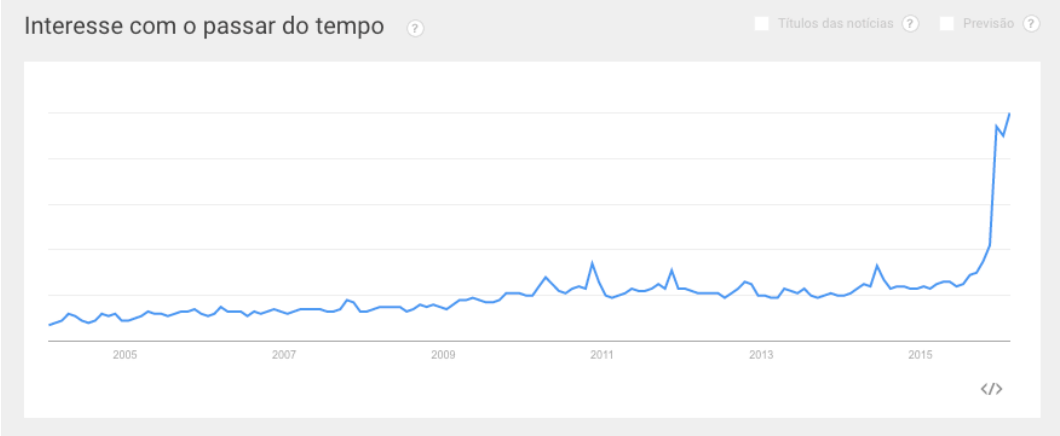


Figura 61**:** Gráfico do Google Trends sobre a busca do termo "Favela". Fonte: A autora.



Figura 62**:** Gráfico do Google Trends sobre a busca do termo "Favela" relacionando à "localização". Fonte: A autora.

Para que o projeto Tá no Mapa mapeasse as favelas Cantagalo, Chapéu Mangueira e Babilônia – todas localizadas na Zona Sul da cidade –, em três meses a Google investiu R$ 100 mil (AFROREGGAE, 2015). O dinheiro seria destinado ao material promocional e de campo e no salário dos Agentes de Campo (R$ 1,2 mil para agentes e R$ 1,8 mil para o gestor local).

Acompanhamos o mapeamento da favela Cantagalo, localizada entre os bairros Ipanema e Copacabana. O grupo era formado por quatro agentes de campo e um gestor local.

Em nossa primeira visita, no dia 4 de maio de 2015, percebemos certa dificuldade dos agentes mapeadores para se adaptarem à metodologia definida pelo GCAR, porque o entendimento e a leitura do espaço favela, que antes aconteciam de forma mais parecida com os códigos criados pelo Carteiro Amigo, principalmente através de leitura de marcos, limites e pontos nodais, agora

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

precisavam resgatar uma série de informações que eles não utilizavam para se guiar anteriormente, como o nome da rua, número da casa e CEP.

Kevin Lynch (2011) propõe um método para entender a forma visual em escala urbana, aplicando o conceito básico de imaginabilidade, que o autor define como a "característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado". Ele sugere cinco elementos principais que estruturam a imagem da cidade: marcos, limites, pontos nodais, vias e bairros (LYNCH, 2011). Os moradores da favela parecem se valer desses elementos para se guiar, principalmente marcos internos.

Os marcos são pontos de referência considerados externos ao observador, elementos em que a escala pode ser bastante variável (LYNCH, 2011). O uso de marcos implica na escolha de um elemento dentre um conjunto de possibilidades, sendo assim, sua principal característica física é a singularidade.

Assim como o Carteiro Amigo utiliza a sequência lógica de marcos para definir seus trajetos na hora de entregar as cartas – "muro, pedra, galinheiro, comércio, casa, prédio, condomínio" –, os moradores da favela do Cantagalo também o fazem – "escola, padaria do seu Joaquim, rua da associação de moradores, escadaria da dona Maria". Então, quando lhes apresentam um mapeamento de outra ordem, baseada na lógica do "asfalto", da cidade formal, alguns problemas aparecem. São estas controvérsias que pretendemos relatar neste capítulo.

O problema acima mencionado ficou bastante evidente quando os mapeadores tentaram colocar no aplicativo *Map Maker Buddy* a associação de moradores e duas lojas que se encontravam na mesma rua. Para os agentes, foi muito fácil o deslocamento no local, que foi descrito exatamente pela lógica de reconhecimento de marcos. Mas eles e tampouco os comerciantes sabiam informar qual era o nome da rua. Achamos este dado muito curioso, pois revela como hoje, na favela, o nome de uma rua, diferente da "cidade formal", não é uma informação valiosa para se chegar a um lugar. Só descobrimos o nome da rua quando, mais adiante, encontramos uma placa que informava “Avenida da Associação de Moradores”.

É curioso o fato de um beco da favela, possível de ser acessado somente através de escadas e com pouco mais de 1,5 metro de largura, ser chamado de avenida. O que nos faz pensar que ao acessar essas informações através do *Google*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Maps, uma pessoa que não conhece a favela em questão terá dificuldades de reconhecer naquele espaço o indicado pelo mapa, pois, ao consultar seu conceito de "avenida", ele não coincidirá com o encontrado no local. Esta é apenas uma das falhas encontradas na tentativa de utilizar o mesmo aplicativo para o mapeamento de espaços conceitualmente tão diferentes.

Uma vez que esta lógica subverte a que os moradores estão acostumados, percebemos também certa dificuldade para começar o mapeamento no primeiro dia. Os agentes mapeadores não pareciam saber por onde começar e ficaram derivando, passeando timidamente pelos comércios, com vergonha de se apresentar. Depois saberíamos o motivo. Para um dos mapeadores, este problema aconteceu em função dos inúmeros projetos inseridos nas favelas atualmente, e devido a esse processo de "legalização" dos espaços, muitos comerciantes ficavam desconfiados da iniciativa, com medo de começarem a receber taxas para pagar, ou que, de alguma maneira, ficassem no foco das autoridades.

Houve um momento que nos deparamos com uma ladeira na qual, em uma curva fechada, restava um espaço aberto com uma árvore, o que, para nós (moradores da "cidade formal"), se parecia com uma praça. Mas os agentes mapeadores não concordavam que aquele espaço poderia ser chamado de praça. Percebemos que nós, que não éramos moradores da favela, líamos os espaços de maneira diferente, talvez carregados de algum preconceito. Será que se víssemos esse mesmo espaço em uma cidade "formal" também o consideraríamos como praça?

As diferenças na lógica de entendimento daqueles espaços se revelavam ainda quando o agente mapeador precisava de dados para inserção no aplicativo, como já dito sobre o caso da Avenida da Associação de Moradores. Um problema semelhante ocorria quando os agentes precisavam inserir o CEP dos comércios para o cadastro no Google Meu Negócio: muitas vezes, o CEP informado pelo morador não batia com a rua inserida no site, porque o código de endereçamento postal é o mesmo para grande parte daqueles moradores. Esta lógica não condiz com o sistema desenvolvido pela Google, então os agentes arrumaram uma forma de "driblar" o sistema, colocando o endereço antes de inserir o CEP.

Mas o problema com o CEP não acontece somente na hora de inseri-lo no site do Google Meu Negócio. Para que os comerciantes apareçam neste site é necessário inserir um código que eles recebem através de correspondência, para

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

confirmar à Google que eles se localizam no local informado no site. Entretanto, os comerciantes afirmam que é comum não receberem suas cartas, já que o sistema de Correios não entrega as correspondências diretamente nas residências, e sim na associação de moradores, responsável pela distribuição. Neste ínterim, muita coisa se perde. Em função desse problema, os comerciantes temem não conseguir finalizar o cadastro do serviço oferecido.

Hoje, só algumas favelas que possuem UPP têm logradouros reconhecidos, isso quer dizer que a base digital (base geográfica em SIG da Prefeitura) de logradouros das favelas é, quase sempre, caracterizada pela ausência total ou parcial de informações mapeadas. Em geral, apenas os logradouros mais largos, onde há maior circulação de pessoas, situados nas áreas mais planas e regulares, se encontram registrados.

O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), autarquia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro responsável pela coleta, tratamento e disseminação de informações estatísticas, cartográficas e geográficas do município, mapeou os logradouros de 25 áreas, entre elas a do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo. Esta ação foi realizada através de mapeamento colaborativo, por meio de Agentes contratados para o projeto Mapa Rápido Participativo (MRP), do qual, não por acaso, Graziela, agente mapeadora do Tá no Mapa no Cantagalo, fez parte.

Apesar de estar inserido na base cartográfica do IPP, estes dados não são reconhecidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo. Por isso, o Cantagalo continua sem o serviço oficial dos Correios, em função da falta de reconhecimento de logradouros por meio de decreto municipal.

Percebemos também que existe para o GCAR a necessidade de prestação de contas à Google, o que significa que quanto mais locais cadastrados e empresas inseridas no Google Meu Negócio, melhor. Por esse motivo, existe uma pressão para que os agentes mapeiem tudo, incluindo lojas que seus donos não querem que sejam inseridas nos mapas, ou lugares que se encontram fechados, a exemplo de uma catedral, que os agentes foram instruídos a colocar no mapa mesmo sabendo que ela parou de funcionar em 2008, após a polícia ter assassinado em seu interior três jovens envolvidos com o tráfico de drogas.

Verificamos ainda outros problemas na metodologia do projeto, como o fato de só existirem duas opções para mapear um determinado espaço no aplicativo:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

sinalizar como público (ruas, praças, becos etc.) ou como privado (comércio em geral). O problema é que, nas favelas, muitos prédios fecham os becos e escadas por cima, criando túneis. Outra questão é que, às vezes, as lajes viram ruas. Já que os mapeadores são orientados a mapear pontos de comércio e vias, todos esses espaços híbridos aparecem como público em suas representações ou, com frequência, o que é público aparece como privado. Por exemplo, mesmo se existirem um conjunto de casas sobre um beco, esse vai aparecer no mapa como um espaço público.

Além disso, para inserir um determinado ponto de comércio no aplicativo, você deve definir em qual categoria pré-definida ele se encaixa. Por exemplo, o ponto de comércio deve se enquadrar em loja de departamento ou serviços de informática. Mas na favela Cantagalo esta categorização engessada do aplicativo não é comum entre os estabelecimentos comerciais. Um caso emblemático é o de uma loja de roupas, que também oferecia serviços de informática e vendia botijão de gás, tudo em um mesmo espaço. Como cadastrar esta empresa?

No dia 13 de maio de 2015, data referente à segunda semana de mapeamento, voltamos ao Cantagalo para acompanhar o andamento do projeto e percebemos que os agentes mapeadores estavam trabalhando em conjunto, isto é, todos caminhavam lado a lado pela favela, mas se revezavam na hora de abordar um comerciante - enquanto um falava, os demais esperavam o mesmo voltar para continuarem a tarefa.

Durante o mapeamento, sentimos que o clima era de total desconforto. Um dos meninos, por exemplo, não colocou a camisa oferecida pelo projeto (a qual contém o logotipo das empresas patrocinadores e o do Tá no Mapa). No caminho, se um dos estabelecimentos estivesse muito cheio – como foi o caso de um bar que atravessamos –, eles não tinham coragem de falar o que estavam fazendo nem explicar do que se tratava o projeto, e voltavam para o mesmo ponto apenas quando o mesmo se encontrasse mais vazio.

Quando perguntamos para os agentes o porquê desse desconforto, eles explicaram que o morro é dominado pelo Comando Vermelho (CV), e o Grupo Cultural AfroReggae não é muito bem visto por essa facção criminosa. Isso explica a clara insegurança e o desconforto que os jovens mapeadores demonstraram durante todo o trabalho de campo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

De forma a entender melhor esse confronto, buscamos, nos principais veículos de comunicação do Rio, matérias e reportagens que falassem sobre a ligação entre o fundador do Grupo Cultural AfroReggae (José Júnior) e a facção criminosa Comando Vermelho. Entre a vasta gama de notícias encontradas, a principal datava de 2013, quando José Júnior acusou Marcinho VP, apontado pela polícia como chefe do CV, de incendiar a sede do AfroReggae, no Alemão.

Percebemos que apesar do GCAR se colocar no projeto como mediador junto aos traficantes das favelas, nem sempre há garantias de que a mediação seja bem sucedida. Nossa equipe também percebeu a tensão quando subiu o morro e se viu vigiada pelos traficantes do local.

Na terceira semana de mapeamento, apesar dos agentes terem garantido o pagamento para dois meses de trabalho, eles afirmaram já terem mapeado tudo, o que gerou certo desconforto na equipe (O que fazer com as cinco semanas restantes?).

Um funcionário do projeto Tá no Mapa sugeriu que eles – os agentes mapeadores – aproveitassem essa oportunidade para mapear outros pontos importantes, como, por exemplo, o local de despejo de lixo. Isso fomentou um grande debate entre os agentes locais e a gente que trabalha no escritório do AfroReggae. Esses agentes, todos moradores de favela, é importante destacar, não queriam inserir o local de despejo de lixo no mapa, por considerá-lo um ponto sem valor (leia-se, não comercial ou turístico).

Para a pesquisa isto tem sido muito importante, pois fomenta uma discussão interna e revela mais nitidamente a controvérsia do projeto, pois, como revela Venturini (2010),

> “ controvérsias são ainda melhor observadas quando chegam ao auge do seu debate. Se não existe debate ou este é apático, se todos os atores concordam com as questões principais e estão dispostos a negociar em favor da minoria, então aí não existe uma autêntica controvérsia e o resultado da cartografia será entediante ou parcial. Boas controvérsias são sempre ‘quentes’: elas podem envolver números limitados de atores, mas devem ter alguma ação em desenvolvimento.” (VENTURINI, 2010, p. 8)

Segundo os agentes mapeadores, em primeiro lugar, o objetivo do projeto não é mapear os "problemas". Eles gostariam de se ater ao objetivo que foi passado inicialmente, ou seja, só mapear os pontos de comércio e as ruas que os continham. Em segundo lugar, eles acreditam que não é papel deles colocar esses

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

"problemas" no mapa. Para eles, "mostrar para o governo o que ele tem que fazer não é obrigação do projeto".

O mapeamento do Cantagalo foi paralizado em junho de 2015 em função de problemas com o servidor do Google Maps[36]. Mesmo após a Google liberar a utilização do *Google Map Maker*, o GCAR decidiu terminar o mapeamento do Cantagalo no escritório, apenas inserindo os dados já coletados ao mapa-base da Google.

Um funcionário do GCAR que preferiu não se identificar disse que o projeto enfrentou vários atrasos e, o mesmo, considerou o mapeamento muito lento. Segundo ele, o processo não se mostrou muito vantajoso economicamente para a Google do ponto de vista do uso das ferramentas da empresa. Para ele, como já dito, o ganho econômico advém, supostamente, muito mais da publicidade em torno da iniciativa do que da busca de estabelecimentos comerciais e serviços pelo *Google Maps*. Ele relata que esta questão já foi levantada em discussões do GCAR com a equipe da Google.

Sabemos do interesse econômico e midiático das empresas envolvidas, mas será que, apesar do espetáculo, o projeto Tá no Mapa, de alguma maneira, representa um avanço de equidade no que se refere à representação da favela em comparação à "cidade asfalto"?

Segundo Isadora Garcia (2006), o sentido de pertencimento está para os sujeitos assim como o ato de incluir-se em determinados circuitos; pertencer é estar em consonância com outros sujeitos na luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento. No caso dos moradores de favela, o pertencimento passa pelo desejo de participar de um centro urbano que, no entanto, o repele enquanto sujeito. É preciso lembrar também que as condições de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais estão inscritas dentro e fora do lugar. A vida de fora da favela se mistura à forma com que o morador vê a si mesmo, buscando ser reconhecido como sujeito entre os demais.

Não estar no mapa, portanto, faz com que os moradores não se sintam incluídos no sistema, como conta Paulinho Otaviano, morador da Santa Marta e guia local: "O fato de você não estar no mapa, pra mim, é meio que, gera uma

[36] Um *racker* teria utilizado de maneira indevida o código do Google Maps para contribuir de maneira abusiva com o serviço. O que fez com que a Google pausasse todas as contribuições participativas do *Google Map Maker* até que o problema fosse resolvido.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

sensação excludente, entendeu? Que a gente não faz parte da cidade, que a gente não faz parte do roteiro tradicional" (TODO O MAPA TEM UM DISCURSO, 2014).

Desta forma, projeto tende a fomentar esse sentido de pertencimento nos moradores das favelas contempladas. Por outro lado, o fato de mapear apenas as regiões de comércio e não dar prioridade ao mapeamento de favelas que não estão localizadas nos *clusters* olímpicos tende a aumentar a disparidade social intra e entre favelas, aumentando a desigualdade e a disparidade de investimento público nessas áreas.

Apesar das controvérsias, principalmente no modo como se dá a participação dos moradores e a escolha das favelas que serão mapeadas, não é possível negar a importância da pauta levantada. Com as favelas mapeadas e inseridas na plataforma da Google, ainda que de forma seletiva entra e intra favela, as informações tendem a fomentar o turismo e o comércio local. Segundo pesquisa desenvolvida pela empresa JWT, que nos foi apresentada em entrevista por Stéfano, funcionário da agência, foram entrevistados donos de 27 pontos de comércio na favela Vidigal, sendo que 12 deles já perceberam melhorias nas vendas após a inserção de seu ponto no *Google Maps*.

Além disso, com as favelas no mapa da Google se inaugura um novo espectro de possibilidades relativas ao empoderamento daquela população. Em um cenário ideal, no qual toda favela esteja com suas vias públicas detalhadas no *Google Maps*, é possível utilizar a ferramenta para registro de violações de direitos, melhoria no deslocamento interno, maior permeabilidade favela-asfalto etc.

Por outro lado, não podemos deixar de nos atentar para o inevitável: com as "favelas luminosas" e, consequentemente, mais aptas a atrair atividades econômicas, capitais e tecnológicas, as informações anexadas ao buscador serão utilizadas como mercadoria, como nos alerta Lyotard (2004). Dessa forma, apesar de fomentar a economia local, a mesma tende a se adaptar à regra de mercado, em que toma o protagonismo e tem maior valor o saber que pode ser comercializado. Corre-se o risco então de se distorcer as dinâmicas sociais enraizadas nas favelas, como a maleabilidade e pluralidade dos comércios, a informalidade nas transações cotidianas, a forma de entendimento do espaço etc.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

7.
O fim do Rio+Social: Arquivamento dos Mapeamentos

Entre junho e dezembro de 2010 foi lançado o programa UPP Social, destinado a coordenar ações sociais, culturais e ambientais em favelas do Rio de Janeiro com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A UPP Social foi desenhada para dar sustentabilidade à pacificação, com incentivo à cidadania e ao desenvolvimento socioeconômico. Além de contribuir para a integração destas áreas ao conjunto da cidade. Desta forma, "a UPP Social foi concebida para se encerrar uma vez que a pacificação esteja consolidada e a situação de exceção que caracteriza o território tenha sido superada" (HENRIQUES; RAMOS, 2010).

Em outubro de 2013, a então presidente do IPP, Eduarda La Rocque, reafirmou para o Conselho Estratégico de Informações da Cidade os três objetivos principais da UPP Social: contribuir para a consolidação do processo de pacificação e a promoção da cidadania local nos territórios pacificados; promover o desenvolvimento urbano, social e econômico nos territórios; efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade (INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS, 2013).

Como dito, o programa inicialmente servia de apoio à política de pacificação através da prestação de serviços públicos e investimento no desenvolvimento econômico – com formação, consultoria e auxílio em legalização para empreendedores locais visando à geração de renda e emprego nas favelas. Mas, em 2011, o UPP Social passa a se interessar também por entender melhor as áreas "pacificadas", e por isso começa a investir na geração de informação sobre aqueles territórios. Foram criados então projetos como o Mapa Rápido Participativo (levantamentos de informação para gerar um retrato e um panorama de cada território) e o Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro.

Para que fosse possível o investimento na geração de informação, a Prefeitura do Rio de Janeiro fez uma parceria com a ONU-Habitat – o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. Nesta parceria, o IPP ficaria

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

responsável pela coordenação do programa e a ONU-Habitat por gerenciar a contratação temporária dos funcionários – por ser uma agência supranacional, era permitido à ONU-Habitat funcionários provisórios. Foi assim que a prefeitura conseguiu reduzir os custos dos encargos trabalhistas e não precisou abrir concurso público para as funções.

O processo de contratação já indicava certa insegurança da prefeitura em relação à continuidade do programa, e os funcionários empregados através da ONU-Habitat não se sentiam seguros no cargo, o que fazia com que a rotatividade no programa também fosse bastante alta.

Os agentes de campo contratados pela ONU-Habitat não trabalhavam exclusivamente para o MRP, mas para todos os projetos do IPP que necessitavam de agentes no local, inclusive o Mapeamento de Logradouros. "O trabalho dos agentes de campo é considerado fundamental em função da sua inserção na favela, conhecimento do território, mediação com os moradores locais e membros da facção criminosa", afirma um funcionário do IPP que não quis se identificar. Segundo ele, o fato do agente morar na favela assegura a qualidade da informação. Para o agente, o projeto teria resultados melhores se mais agentes de campo fossem moradores da favela – o projeto contava com apenas um morador por equipe de campo.

Entretanto, apesar da já citada frequente renovação dos agentes do programa UPP Social, em função da insegurança refletida na forma em que se dava o processo de contratação, a primeira etapa do projeto MRP foi concluída com êxito, com 122 favelas mapeadas entre 2012 e 2013.

Em 2014, no ano da Copa do Mundo no Brasil, a política de segurança pública no Rio de Janeiro, em especial das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), começou a sofrer acentuada queda na aceitação popular, devido ao número crescente de registros de assassinatos, torturas e desaparecimentos atribuídos a policiais nas favelas ditas "pacificadas". O sumiço do ajudante de pedreiro Amarildo, que ganhou repercussão internacional, por exemplo, é símbolo da falência do programa (ANSELMO, 2015).

Também em 2014, a prefeitura do Rio decidiu rebatizar o nome do programa, de UPP Social para Rio+Social. A retirada da sigla UPP foi uma tentativa de desvincular as ações de políticas públicas das relacionadas à segurança nas favelas ocupadas pelas forças policiais (FERNANDES, 2014).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Para comparar o diagnóstico gerado em 2013 pelo MRP com a situação atual, o programa iniciou uma nova rodada de mapeamento nas favelas "pacificadas". Entretanto os trabalhos de campo foram suspensos em 2015, o que impossibilitou a finalização do serviço em várias favelas.

Funcionários do IPP que não quiseram se identificar, disseram que muitas favelas, como Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, nem sequer iniciaram a segunda fase de mapeamento, em função da violência no local e da insegurança para os agentes de campo.

No caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, favelas localizadas entre Copacabana e Ipanema, na Zona Sul da cidade, houve grande aumento da criminalidade, com o Comando Vermelho (CV) se fortalecendo novamente nos becos mais inacessíveis da favela Pavão-Pavãozinho. Em abril de 2014, por exemplo, a cinquenta dias do início da Copa do Mundo,

> "algumas artérias principais de Copacabana ficaram cortadas pelo tráfico enquanto os comerciantes e os bares em torno da favela fecharam suas portas no meio da tarde. As barricadas incendiadas, o corte do fornecimento elétrico, a gritaria e o estrondo dos intensos tiroteios e dos helicópteros policiais semearam o pânico na região, até o ponto de que dois conhecidos hotéis do turístico bairro pediram a seus hóspedes que não pisassem na rua. Ao final da tarde confirmou-se a notícia de que um cidadão de 30 anos falecia depois de receber um disparo na cabeça. Não foi a única morte, já que horas antes também apareceu em Pavão-Pavãozinho o corpo sem vida de um bailarino de 25 anos. Segundo sua mãe, Douglas Rafael da Silva Pereira tinha marcas de tortura e de quem foi atingido pela truculência policial. O relatório forense determina que o jovem sofreu "uma hemorragia interna provocada por traumatismo pulmonar." (BARÓN, 2014)

Por conta disto, na segunda fase, apenas algumas favelas foram completamente mapeadas. A maioria, no entanto, teve seu mapeamento apenas parcialmente realizado, enquanto outras, como já dito, nem sequer viram os trabalhos serem iniciados.

Para entender melhor a interrupção do trabalho de campo e, consequentemente, o término de todo o programa Rio+Social, entrevistamos sete funcionários do IPP de diferentes hierarquias e setores. Mas para entendermos a fala e o posicionamento de cada um deles, é preciso saber como o IPP estava estruturado em outubro de 2015 (mês em que foi realizada as entrevistas).

O IPP era dividido em três diretorias: diretoria de Projetos Especiais; diretoria de Informação da Cidade; e Diretoria do Rio+Social. Todas elas, como pode ser visto no diagrama abaixo (figura 63), apesar de possuírem suas agendas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

próprias, também trabalhavam para o Rio+Social. A diretoria de Informações da Cidade (DIC) era a responsável por gerar informações cartográficas, geográficas e estatísticas sobre as favelas. Além disso, a DIC também cuidava da divulgação dos resultados do programa, sendo ela responsável por manter e alimentar o portal virtual Armazém de Dados, principal meio de divulgação de dados da Prefeitura sobre a Cidade do Rio de Janeiro. A diretoria de Projetos Especiais (DPE) dedicava-se ao desenvolvimento de programas e projetos estratégicos para a integração social e urbana da cidade. Para isso, provia suporte à formulação, coordenação intersetorial e gestão territorial de ações pelas diversas secretarias e órgãos da Prefeitura (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2013). Era ela a responsável pela execução e apresentação dos resultados do Rio+Social para todas as secretarias da cidade (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2013). Essa diretoria também cuidava do programa Morar Carioca, que previa a urbanização de todas as favelas da cidade até o ano de 2020 (...). O projeto, entretanto, foi arquivado em 2014.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

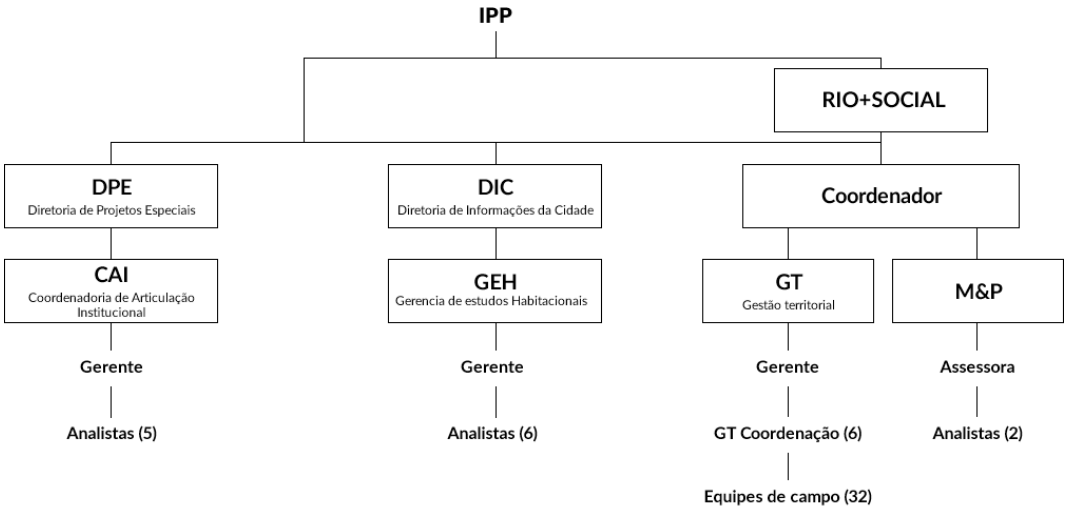


Figura 63**:** Estrutura do Instituto Pereira Passos em 2015, segundo Supervisora de Gestão Territorial entrevistada. Fonte: A autora.

Como dito, entrevistamos funcionários do IPP e do Rio+Social de diferentes diretorias e hierarquia. As entrevistas foram estruturadas a partir de um roteiro básico, apoiado em teorias e hipóteses previamente definidas, de acordo com o conhecimento prévio dos autores sobre o projeto. Entretanto, durante a entrevista, novas questões foram postas pelos entrevistados, o que deu margem a novas perguntas, e novas hipóteses surgiram a partir das respostas dos informantes.

Triviños, entre outros autores, classifica esse tipo de entrevista como "semi-estruturada", para ele, ela "[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]" além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987 apud, MANZINI, 2004).

A partir de entrevistas semi-estruturadas, pretendíamos diagnosticar o programa Rio+Social em todas as suas esferas. Adriana Vial, Gerente de Estudos Habitacionais, por exemplo, nos deu um panorama mais institucional sobre o que se tratava o Rio+Social e especificamente sobre o funcionamento geral do MRP. Mas a mesma não soube nos informar sobre questões mais técnicas. Para isso, entrevistamos três analistas de estudos habitacionais, responsáveis pela compilação dos dados fornecidos pelos agentes de campo e pela geração dos mapas do MRP, além de informações sobre o mapeamento de logradouro. Para compreendermos as questões referentes ao mapeamento em campo, entrevistamos um agente de campo que trabalhou na Rocinha. E em relação ao funcionamento da coordenação dos agentes de campo e o diálogo com os moradores das favelas, falamos com duas supervisoras de gestão territorial. Todos os entrevistados, exceto Adriana Vial, preferiram que seus nomes não fossem revelados na pesquisa.

De acordo com os analistas de estudos habitacionais, entre a primeira e a segunda fase do MRP há duas mudanças significativas: a primeira coincide com a instalação das primeiras UPPs, e observa-se uma dispersão dos grupos criminosos traficantes de drogas e uma diminuição de sua influência nos territórios. Isto permitiu uma maior entrada dos mapeadores. A segunda fase se dá num momento de retomada e, em alguns casos, de acentuação da violência em muitas favelas. Como já dito, o acesso a determinados territórios, garantido na primeira fase, não se deu da mesma forma no segundo momento, resultando em mapeamentos desiguais.

Para eles, os confrontos aumentaram em função do enfraquecimento da UPP, que suscitou a retomada do enfrentamento entre facções criminosas para conquistarem favelas que ficaram sem uma "liderança". Segundo os entrevistados, antes da chegada da UPP já havia grupos que dominavam o território daquelas favelas, o que fazia com que não houvesse tanta guerra entre as facções. Quando a UPP "pacifica" um território, se rompe em algum nível o controle daquela facção

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

em um determinado espaço. Para os entrevistados, então, o aumento da violência está totalmente ligado à guerra pela reconquista desses territórios.

De acordo com editorial do jornal O Globo (2016) publicado em 11 de março de 2016, o primeiro homício fruto de confronto entre policiais e traficantes após a ocupação da favela Santa Marta pela UPP (em 2008), que ocorreu em março de 2016, é um sinal do desgate do programa. Além da morte no Santa Marta, percebe-se também um aumento da violência em favelas ditas "pacificadas", especialmente nas mais populosas, como as do Alemão e da Rocinha, o que demonstra sinais de inflexão de uma política que precisa ser remodelada. "A esses desgastes soma-se a crise financeira do estado. Todos esses aspectos são variáveis de uma equação que precisa ser resolvida para inibir riscos maiores à segurança da população" (O GLOBO, 2016).

O aumento da violência nas favelas fez também com que, paulatinamente, o Rio+Social perdesse o destaque político de outrora, o que, segundo os entrevistados, resultou na diminuição da verba para o projeto.

Sobre isso, o agente de campo disse que eles já percebiam que o projeto estava enfraquecendo, por isso, muitos agentes começaram a buscar outras oportunidades de trabalho mesmo antes do anúncio da interrupção das atividades. Além dos problemas de violência, muitas favelas pararam de ser mapeadas por falta de funcionários.

Segundo os analistas, por não ter sido possível mapear todas as favelas na segunda etapa do projeto MRP (2014-2015), o trabalho não pode ser divulgado. Isso porque a prefeitura não quer assumir oficialmente que não foi possível mapear algumas favelas em função da violência. Para eles, se o material for divulgado contendo apenas as informações de algumas favelas ficará evidente que os territórios estão com problemas. “É como um mapa em negativo”, disse o analista. Esse “mapa em negativo” não evidencia apenas uma favela inteira, mas microáreas de favelas. Às vezes, o tráfico proibe que determinado território seja mapeado. Se toda a favela é mapeada, menos aquela microárea, fica evidente que alguma coisa impediu aquele mapeamento.

O agente de campo nos confidencializou que não raro era preciso fazer uma mediação direta com os traficantes para mapear certas regiões. Para facilitar o reconhecimento no trabalho do escritório, eles tinham que fazer fotos de cada microárea e adicioná-las ao relatório entregue ao IPP, e isso chamava muita

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

atenção. Muitas vezes os traficantes achavam que os agentes eram policiais disfarçados, o que dificultou bastante o mapeamento de várias áreas, tanto na primeira como na segunda fase do MRP.

Outro obstáculo enfrentado pelo Rio+Social foi o descaso das Secretarias em relação ao resultado do trabalho. Segundo o agente de campo, em função dos funcionários de campo serem terceirizados pela ONU, as Secretarias da prefeitura não respeitavam o resultado do trabalho. Alguns relatórios gerados pelo MRP também contradiziam as informações levantadas pelas secretarias, que possuem seus próprios técnicos, como a GeoRio, RioLuz, RioTour etc.

Para as supervisoras de gestão territorial, o resultado do MRP evidencia o descaso das secretarias em relação à favela. "Eles não podiam mais fechar os olhos para a iluminação na favela, que muitas vezes é precária. Além do esgoto e do lixo. O diagnóstico indica claramente quais regiões precisam desses investimentos", afirmam.

Conclui-se então que as Secretarias, segundo os entrevistados, não reconheceram o diagnóstico gerado pelo MRP e, por isso, não utilizaram o documento para pautar suas ações nas favelas pacificadas, o que gerou atritos entre órgãos da própria prefeitura. Segundo relatos dos entrevistados, muitas vezes os dados gerados pelo MRP contradisseram aqueles encontrados por técnicos das secretarias e, por isso, não foram bem recebidos.

Os dados contraditórios apresentados pelo MRP destacavam problemas de saneamento, lixo, acessibilidade, iluminação, segurança etc. Por isso, de acordo com os entrevistados, as Secretarias não aceitaram o diagnóstico gerado pelo programa, já que com ele em mãos não seria mais possível alegar desconhecimento dos problemas apresentados.

Apesar da falta de apoio das Secretarias, o agente de campo acredita que é mérito do MRP as recentes melhorias em favelas, como é o caso dos "Laranjões", caixas de 3,2 metros quadrados destinadas ao recolhimento do lixo, resultado do Projeto "Comunidade Limpa". Algumas caixas foram instaladas em pontos que o MRP diagnosticou como necessário.

O conflito com as Secretarias, a redução no investimento, a perda da força política do programa e o aumento da violência nas favelas pacificadas culminou no fim do Rio+Social, nos primeiros meses de 2016 – as atividades de campo cessaram em novembro do ano anterior –, e todos os projetos a ele atrelados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Analistas de estudos habitacionais nos confidencializaram que até hoje não foi publicado o resultado da primeira fase do MRP (2012-2013), apesar do material estar pronto e arquivado desde 2013. Eles temem que esse rico material nunca seja divulgado, e acreditam que os resultados não foram e não serão divulgados porque evidenciam o descaso e o pouco investimento que as favelas tiveram nos últimos anos. Com a postura de negação do diagnóstico por parte das Secretarias, a publicação deste material não geraria melhorias na qualidade de vida dos moradores das favelas pacificadas. Apesar disso, todos os entrevistados lamentaram o arquivamento integral do resultado do MRP.

Como já dito, o programa Rio+Social (chamado de UPP Social nos primeiros anos) foi desenvolvido para dar sustentabilidade à pacificação e, uma vez que a pacificação estivesse consolidada e a situação de exceção que caracteriza o território tivesse sido superada, o programa seria encerrado. Mas ocorreu que a UPP não teve o êxito esperado e, em contrapartida, apesar do diagnóstico detalhado e do avanço em relação ao reconhecimento de logradouros em algumas favelas, os resultados não bastaram para a continuidade do projeto.

A prefeitura não parece ter interesse em divulgar os dados reais das favelas cariocas – o que revelaria o descaso histórico que as mesmas enfrentam –, mas sim desenvolver campanhas e programas para mudar a "imagem" da favela carioca para o mercado global. Em outras palavras, é um investimento que previlegia a "imagem" em detrimento da "informação real", e com isto não é possível superar a situação de exceção que caracteriza o território favela.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

8.
Considerações Finais

Estamos atravessando um momento de intensas transformações no regime de visibilidade das favelas cariocas, e isto muito em função da preparação da cidade para as Olimpíadas de 2016. Grandes obras valorizam grandes áreas que, em contrapartida, colocam várias favelas no alvo midiático e do mercado imobiliário. E à força deste processo ocorrem intervenções contraditórias, ora no papel de remoções em massa, ora com a tentativa de controlar aqueles territórios, seja com programas de segurança pública, como é o caso das UPPs, seja com ações de urbanização, projetos de integração espetaculosos, mapeamentos etc. De maneira geral, é nítida a contribuição dos mapeamentos para com a construção de uma imagem específica das favelas cariocas, que apesar de representar informações pertinentes, não abrangem a natureza diversa destes territórios, tampouco suas particularidades de inserção nas dinâmicas da cidade.

Tendo em vista os aspectos observados, percebemos que a visibilidade sócio-espacial dada às favelas do Rio de Janeiro através dos mapeamentos é desigual. As favelas escolhidas para serem mapeadas são, em sua maioria, de territórios "pacificados", e muitas vezes apenas as regiões mais nobres dessas favelas são mapeadas. A participação dos moradores no processo de mapeamento, como vimos no capítulo 5, também é questionada, visto que na grande maioria esta participação é restrita apenas à coleta de informações *in loco* e que pode ser feita apenas por moradores selecionados (contratados ou entrevistados).

É certo que, como levanta Santos (2001), para representar um dado território através da cartografia, a distorção da realidade é inevitável. Nos casos apresentados, a participação é posta em destaque como um meio de inclusão e legitimação do conteúdo representado, ainda que eles, quase sempre, não tenham autonomia de pensar a forma e o conteúdo que deverá ser incluído. Ademais, as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

grandes instituições[37] anunciam os projetos de mapeamento como um ato de integração da área favelizada da cidade à "cidade formal" sem mencionar os territórios que permanecem opacos e sem levar em conta os riscos de novas formas de luminosidade, como a alteração das dinâmicas da composição do local e a valorização da região, que podem afetar os moradores com o aumento de custos de bens e serviços, mudanças na dinâmica social etc.

Essa associação ambígua – em que luminosidade convive com opacidade, tolerância com rejeição e reconhecimento com remoção – nada tem de nova. Uma análise histórica das representações cartográficas de favelas cariocas cruzadas com suas formas de tratamento urbano dá pistas desta relação já arraigada. De um momento inicial de completa negligência e rejeição a estes espaços a um momento contemporâneo de sua valorização como fonte de problemas e soluções para uma cidade olímpica, passando por gradativas conquistas sociais relacionadas a um direito de permanência, os mapas de favelas contam histórias pelo que mostram, mas, principalmente, pelo que omitem.

É preciso lembrar que decisões cartográficas são também decisões políticas. Logo, a opacidade das favelas está direta e historicamente no centro de definições como estas. A mesma lógica pode ser aplicada à consolidação, expansão e adensamento de favelas, cujo cerne está em decisões políticas mais abrangentes, como políticas públicas, planos e projetos urbanos, e decisões econômicas, especialmente as relativas ao interesse do mercado imobiliário e do turismo.

Hoje, o esforço e o interesse renovados no mapeamento de favelas cariocas refletem uma lógica também renovada de atuação sobre esses territórios por parte do Estado, que conduz, com mais vigor do que antes, ações de conhecimento, intervenção e demonstração de poder. Refletem, também, uma lógica de gestão da cidade como empresa, inclusive no que concerne à promoção de sua imagem para potenciais consumidores, dentre eles os turistas que afluem em megaeventos.

Tal como a condição de dubiedade da ilegalidade das favelas, a política vaga que as rege refletiu - e reflete até hoje - sua representação nos mapas. O aspecto impreciso na representação das favelas cariocas é, ao mesmo tempo, a causa e a consequência da marginalização desses espaços e de seus habitantes. A ambiguidade entre ilegalidade e tolerância permitiu que a exclusão social daquela

[37] Aqui nos referimos à Google, à Microsoft e à Prefeitura do Rio de Janeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

população fosse em certa medida legitimada, ao mesmo tempo em que era exercido sobre ela um rigoroso controle social.

A despeito dos atuais discursos sobre integração, inclusão e participação e das consideráveis conquistas sociais do passado, os vazios cartográficos de favelas demonstram que a realização de um tratamento equânime entre favela e cidade formal continua a ser parcial e condicionada a interesses socioeconômicos e políticos que não coincidem, necessariamente, com aqueles relacionados a melhorias de qualidade de vida de favelados. Mesmo uma análise detida de uma representação como a proposta, em um recorte temporal e espacial muito delimitado, não deixa dúvidas de que apesar da conquista paulatina de direitos, estes territórios permanecem "no mundo e fora dele".

Da mesma forma que, como destaca Cavalcanti (2013), com o "espetáculo da integração", o Estado coloca em evidência a integração – com a instalação de elementos "monumentais" na ligação entre a favela e a cidade formal - mais do que a própria favela. Os projetos de mapeamento analisados, principalmente o "Tá no Mapa", "Na área" e "Mapa Rápido Participativo", também parecem investir mais na divulgação dos projetos do que gerar um processo que realmente cause transformação social e melhoria de vida daqueles moradores.

O projeto "Mapa Rápido Participativo", do Rio+Social, que foi apresentado pelo IPP como caso de sucesso na cidade de Genegra, na Suiça, e amplamente divulgado pelos meios de comunicação, gerou um diagnóstico exemplar desenvolvido pela equipe responsável. Apesar do sucesso do projeto, o conteúdo de todo o mapeamento foi arquivado, por não refletir um balanço positivo sobre a situação geral das favelas "pacificadas". O material, se divulgado, revelaria que, com a dificuldade enfrentada pelos agentes de campo na segunda etapa do projeto, houve um aumento nos confrontos armados nas favelas "pacificadas" de 2012 para 2015, o que evidencia o fracasso do programa de segurança pública Unidade de Polícia Pacificadora. Além disso, o resultado também evidenciaria que não houve considerável melhoria de qualidade de vida daquela população. Com isso, percebe-se que mais uma vez que a promoção e o espetáculo da realização do projeto aparecem em evidência, e o resultado em si - que apesar de não apresentar dados positivos, poderia auxiliar a prefeitura a melhorar a vida daquela população - é deixado de lado. Além do caso do "Mapa Rápido Participativo", vários outros

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

projetos, como vimos, foram descontinuados e o conteúdo geral, descartado com o encerramento dos programas.

Os mapeamentos participativos de favelas do Rio de Janeiro podem resultar em meios de integração e inclusão (cartográfica, social, econômica, cultural etc.), como garantem seus idealizadores. Todavia, também contribuem para a criação de novas formas de segregação e exclusão, as quais merecem ser debatidas. Não há, contudo, nenhuma novidade nesta conclusão, uma vez que apenas dão seguimento a uma longa (e histórica) relação de exceção entre Estado e favela. Da mesma forma que a opacidade e a luminosidade no tratamento de favelas pelo poder público estão no cerne de decisões políticas e econômicas, a opacidade e a luminosidade estão também, historicamente, na essência das decisões cartográficas de um mapa de favelas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

9.
Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de A.. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. 157 p.

ABREU, Mauricio de A.; VAZ, Lilian F.. Sobre as origens da Favela. In: ANPUR IV: VELHAS E NOVAS LEGITIMIDADES NA REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO, 4., 1991, Salvador. **Anpur IV**. Salvador: 1991. p. 481 - 492. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1897/1860>. Acesso em: 12 dez. 2015.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

AFROREGGAE. **4ª Etapa do Projeto Tá no Mapa:** Mapeamento das favelas Pavão-Pavãozinho, Santa Marta, Tabajaras e Cabritos - Relatório Final. 2015. Disponível em: <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2015/01/relatorio-4-etapa4-do-projeto-ta-no-mapa.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

AGENCIA ESTADO. **Rio põe barreiras acústicas na frente de favelas.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,rio-poe-barreiras-acusticas-na-frente-de-favelas,523193>. Acesso em: 05 abr. 2015.

ALERJ. **II - DA POLÍTICA URBANA (ARTS. 182 E 183).** 1988. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/2b0b3fe92a9119b803256561007b7c24?OpenDocument>. Acesso em: 12 dez. 2015.

AMADO, Jorge Omar. Los mapas y la construcción de diferencias en la ciudad ¿Se institucionaliza un discurso segregador? 2012. Disponível em: <http://www.plataformaurbana.cl/archive/2012/11/05/los-mapas-y-la-construccion-de-diferencias-en-la-ciudad-¿se-institucionaliza-un-discurso-segregador/>. Acesso em: 23 nov. 2014.

ANSELMO, Julio. Rio de Janeiro: a falência das UPPs. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/20547>. Acesso em: 21 dez. 2015.

ARAUJO, Marilu. **Microsoft conclui a segunda fase do projeto Na Área, incluindo mais 60 comunidades no mapa.**2015. Disponível em:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

<https://news.microsoft.com/pt-br/microsoft-conclui-a-segunda-fase-do-projeto-na-area-incluindo-mais-60-comunidades-no-mapa/>. Acesso em: 12 dez. 2015.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Arquivo Virtual.** Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/>. Acesso em: 11 fev. 2015.

BARÓN, Francho. **O Rio de Janeiro entra com tudo em uma nova crise de segurança.** 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/23/politica/1398279998_335743.html>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BASTOS, Tabita. 2013. **Museu de favela do Pavão – Pavãozinho - Cantagalo: sua relação com os moradores e a museologia social**. Niteroi, RJ. Monografia. Universidade Federal Fluminense.

BENJAMIN, Walter, Obras escolhidas I. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

BERTIN, J. **Semiology of graphics**. Translated William J. Berg. London: The University of Wisconsin Press Ltd., 1983.

BETIM, Felipe. **Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio**. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html>. Acesso em: 23 dez. 2015.

BRUM, Mario. **Favelas e remocionismo ontem e hoje**: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos, In: O Social em Questão, Ano XVI, nº 29, 2013.

CALVINO, Italo. **Seis Propostas Para o Próximo Milênio**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Decreto 429/05 | Decreto nº 429 de 31 de agosto de 2005.** 2005. Disponível em: <http://camara-municipal-de-rio-do-sul.jusbrasil.com.br/legislacao/807182/decreto-429-05>. Acesso em: 12 dez. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO N.º 33015 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2010.** 2010. Disponível em: <mail.camara.rj.gov.br/APL/.../contlei.../DECRETO Nº 33015.doc>. Acesso em: 02 fev. 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO Nº 33.648.** 2011. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/36775Dec 33648_2011.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **LEI N.º 3.688 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003.** 2003. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/22aacb1325bc53d7032576ac0072ea40?OpenDocument>. Acesso em: 23 dez. 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **LEI Nº 4.815*, DE 25 DE ABRIL DE 2008.** 2008. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/8dcff2a7b049bba3032576ac00727a44?OpenDocument>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CASCO, Ana Carmen Jara. Rio de Janeiro – uma cidade tra(duz)ída pelos mapas. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: BN, 2009. < http://www.bn.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/rio-janeiro-uma-cidade-traduzida-pelos-mapas//anacarmencasco.pdf >.

CÁSSIA, Rita; RAMALHO, Cristiane. 2003. Os esquecidos no topo. *In Comunicações do Iser*, **22**(58): 19-21.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.191-228, abr. 2013.

CEDAPS (Rio de Janeiro). **Aids e Comunidade.** Disponível em: <http://cedaps.org.br/projetos/aids-e-comunidades/>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CEDAPS. **Jovens Construtores.** Disponível em: <http://cedaps.org.br/projetos/jovens-construtores/>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CERQUEIRA, Rosana. **Moradores de favelas brasileiras movimentam R$ 68,6 bilhões por ano.** 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/03/moradores-de-favelas-brasileiras-movimentam-r-686-bilhoes-por-ano.html>. Acesso em: 03 abr. 2015.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO, Maria Claudia; DURÃO, Susana. MORAIS DO DRAMA URBANO: VIOLÊNCIA POLICIAL, DISCURSO MIDIÁTICO E PRODUÇÃO DE FÁBULAS. **Xi Congresso Luso Brasileiro de Ciencias Sociais,** Salvador, ago. 2011.

COLCHESTER, Marcus. **O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário: alguns ensinamentos do sudeste asiático**. WRM Boletim nº 63. Outubro de 2002.

CONNORS, Will. **Google, Microsoft Expose Brazil's Favelas:** Tech Companies Seek to Map Previously Uncharted Slums in Rio, Tapping New Web Users. 2014. Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/google-microsoft-expose-brazils-favelas-1411659687>. Acesso em: 03 nov. 2014.

DATA FAVELA. **Quase 30% dos moradores de favelas já se sentiram discriminados, diz pesquisa.** 2013. Disponível em: <http://datafavela.com.br/quase-30-dos-moradores-de-favelas-ja-se-sentiram-discriminados-diz-pesquisa/>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

DISTRITO FEDERAL. Prefeitura do Distrito Federal. Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento. [s.l.]: Foyer Bresilien, 1930.

DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia. Moral e emoção nos movimentos culturais: Estudo da "tecnologia social" do Grupo Cultural AfroReggae. **Revista de Antropologia,** São Paulo, v. 2, n. 55, p.900-935, jul. 2013.

EGLER, Tamara. (2005) Políticas urbanas para o espaço Global. In: Economía, Sociedad y Territorio, vol. V, núm. 17, p. 1-25

ESTADÃO RIO. **Livro mapeia remoções de moradores na gestão de Eduardo Paes.** 2015. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/>. Acesso em: 02 jan. 2016.

FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. UM OLHAR SOBRE O ESTUDO DO TURISMO EM FAVELAS E AS NOVAS POSSIBILIDADES DE RELAÇÕES URBANAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAĊÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAĊÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**, 4., 2016, Porto Alegre. Porto Alegre: 2016. p. 1 - 15.

FASE. **CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA:** TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO. 2014. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Fase_Web.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FASE. **Olhares dos JOVENS da Maré sobre Direito à Cidade e Injustiças Ambientais.** Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Jornal_Cartografia_Mare_Maio2015.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: REMOÇOES NO RIO JANEIRO OLIMPICO.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015. 124 p.

FAULHABER, Lucas. **Rio Maravilha:** Práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. 2012. 105 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2012.

FERNANDES, Angélica. Paes rebatiza ação social em UPPs para superar estigma. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-09/paes-rebatiza-acao-social-em-upps-para-superar-estigma.html>. Acesso em: 12 dez. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Google lidera ranking de 30 maiores empresas de mídia do mundo**. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1629787-google-lidera-ranking-de-30-maiores-empresas-de-midia-do-mundo.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

FLAVELLE, Alix. Mapping our land. A guide to making maps of our own communities & tradiotional lands. Greenwich: Lone Pine Foundation; 2002.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na Laje: Produção, circulação e consumo da favela turística**. FGV Editora, 2009.

GAMBA JUNIOR, Nilton G.. SÍSIFO: FETICHE E LINGUAGEM: Pasolini e a pós-modernidade naturalizada. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p.7-19, maio 2013.

GARBIN, Estevão Pastori; SANTIL, Fernando Luiz de Paula; BRAVO, JoÃo Vitor Meza. **SEMIÓTICA E A TEORIA DA VISUALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA: CONSIDERAÇÕES NA ANÁLISE DO PROJETO CARTOGRÁFICO**. Curitiba, v. 18, n. 4, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bcg/v18n4/a07v18n4>. Acesso em: 08 dez. 2014.

GARCIA, Isadora Severo. **O ser e o habitar em um lugar que não existe no mapa: a invisibilidade fotografada**. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontíficia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GASPAR, Malu. O Samba do Prefeito: o legado e o gingado de Eduardo Paes. **Piauí**, São Paulo, v. 114, n. 10, p.17-26, mar. 2016.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario. Habitação e Direito à Cidade: favelas, subúrbios, periferias e assentamentos informais. Libertas On-line, Juiz de Fora, v. 2, n. 15, p.1-4, maio 2015. Disponível em: <http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/issue/view/261>. Acesso em: 23 dez. 2015.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas:** História e direito. Rio de Janeiro: Puc-rio, 2013. 407 p.

GONZALEZ, Cristina de Oliveira. O MODELO DE NEGÓCIO DA GOOGLE: entre a eficiência técnico-científica e o imperativo econômico do retorno do investimento extrafiscalidade como instrumento de proteção ambiental no Brasil. **Anais do V Codaip,** Santa Catarina, v. 1, n. 1, p.13-29, out. 2011.

GOOGLE. **About Google.** Disponível em: <http://www.google.com.br/about/>. Acesso em: 04 mar. 2014.

GOOGLE. **O que é o Google Map Maker?** Disponível em: <https://support.google.com/mapmaker/answer/157176?hl=pt-BR&ref_topic=1093469>. Acesso em: 10 dez. 2014.

GORIA, Sophia; PAPADOPOULOU, Maria. Icons versus symbols: investigating preschoolers' cartographic desi gn. **Meta – Carto – Semiotics: Journal for Theoretical Cartography**. p. 1-18. dez. 2012. Disponível em: <http://meta-carto-semiotics.org/uploads/mcs_vol5_2012/MCS_Vol5_2012_Goria.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2014.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

GUANAIS, Frederico Campos; FISCHER, Tânia. Entre Planos, Projetos e Estratégias: O caso Rio sempre Rio. **Organizações & Sociedade,** Bahia, v. 6, n. 14, p.39-63, jan. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v6n14/02.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.

GUEDES, Maurício da Silva. **"A música que toca é nós que manda": um estudo do "proibidão".** 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GUIA CULTURAL DE FAVELAS. **Sobre.** 2014. Disponível em: <http://guiaculturaldefavelas.org.br/>. Acesso em: 12 dez. 2014.

HARLEY, John Brian. Maps, Knowledge and Power. In: The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

HARVEY, David. **Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio**. In A produção do Espaço Capitalista. Annablume: São Paulo. 2005.

HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação. 2010. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf >. Acesso em: 23 nov. 2015.

HERZOG, Renato. Entrevista concedida a Nicoli Santos Ferraz e Flavia Maia. Rio de Janeiro, 30 abr. 2015. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "A" desta dissertação]

IBGE. **Recenceamento da Cidade do Rio de Janeiro de 1906.** 1907. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.

INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS. CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE: Ata da reunião de 09 de Outubro de 2013. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/e34c132d-ada5-4aa6-8fdd-971507e85654>. Acesso em: 23 dez. 2015.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Agentes da TransformAÇÃO.** 2013. Disponível em: <http://institutotim.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Apresentação-Agentes-da-Transformação-Imprensa.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

INSTITUTO TIM. **Agentes da TransformAção:** O Censo da Juventude das Áreas Pacificadas. 2013. Disponível em: <http://institutotim.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Apresentação-Agentes-da-Transformação-Imprensa.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS (1). 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>. Acesso em: 20 jun. 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga:** a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. 166 p.

JWT. **History.** Disponível em: <https://www.jwt.com/history/>. Acesso em: 02 abr. 2015.

JWT. **Tá no mapa! - AfroReggae**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O4Xak6TRuSI>. Acesso em: 27 jul. 2014.

KAUFMAN, Jerome; JACOBS, Harvey. A public planning perspective on strategic planning.**Journal of the American Planning Association**, v. 53, p. 23 -33, 1987.

KRAAK, Menno-Jan; BROWN, Allan. (2000). **Web Cartography: developments and prospects** . ITC Division of Geoinformatics, Cartography and Visualisation, Enschede, The Netherlands. London. Disponível em: <http://kartoweb.itc.nl/webcartography/webbook/> Acesso em 19 Mai. 2007.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEONARDI, Ivan. **IPP lança Mapa Rápido Participativo do Rio de Janeiro.** 2014. Disponível em: <http://mundogeo.com/blog/2014/02/25/ipp-lanca-mapa-rapido-participativo-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 05 mar. 2015.

LEPETIT, Bernard. **Por uma Nova História Urbana**. Seleção e revisão crítica Heliana Angotti Salgueiro, trad. Cely Arena. São Paulo: EdUSP, 2001.

LIMA, Camila Calado. **OLIMPÍADAS 2016 E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO RIO: O MARKETING DO LEGADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS EM TORNO DAS FAVELAS E DAS REMOÇÕES.** 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LLOSA, Mario V. A civilização do espetáculo. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2012.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade e seus elementos. In: **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LYOTARD, Jean-François. **A condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 2004.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

MAIOLINO, Ana Lúcia. Espaço urbano e subjetividade: um foco especial sobre a favela do Canal das Tachas. 2005. 346f. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da UERJ, Rio de Janeiro.

MANZINI, Eduardo José. ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA: ANÁLISE DE OBJETIVOS E DE ROTEIROS. Ii Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. Bauru, p. 1-10. maio 2014.

MARCELO, Carla. **Sons e Formas: As Barreiras Acústicas na Atenuação do Ruído na Cidade.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2006.

MARICATO, Ermínia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista Veracidade,** Rio de Janeiro, v. 4, n. , p.1-25, mar. 2009.

MELO, Alex. **Parcerias Público-Privadas Participativas podem beneficiar empreendedorismo em favelas do Rio.** 2014. Disponível em: <http://www.acrj.org.br/noticias/prefeitura-do-rio-ja-investiu-r-15-bi-em-upp-social-2014-07-10>. Acesso em: 02 fev. 2016.

MERGULHÃO, Alfredo. **IPP e Microsoft iniciam mapeamento digital de comunidades pacificadas.** 2014. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/ipp-e-microsoft-iniciam-mapeamento-digital-de-comunidades-pacificadas/Vidigal>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MIER, Brian. **Made in Rocinha: O Carteiro Amigo e o Mapa que Deu Inveja ao Google.** 2014. Disponível em: <http://motherboard.vice.com/pt_br/read/made-in-rocinha-o-carteiro-amigo-e-o-mapa-que-deu-inveja-ao-google>. Acesso em: 12 set. 2014.

MILIOTI, Rosilene. **Ajude a construir o Guia Cultural.** 2014. Disponível em: <http://redesdamare.org.br/blog/noticias/vem-ai-o-guia-cultural-de-favelas-2/>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Karla. José Junior: Criador do AfroReggae diz que a luta agora é para que o bem vença o mal. **Trip,** São Paulo, v. 225, 13 set. 2013. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/225/paginas-negras/jose-junior.html>. Acesso em: 04 abr. 2015.

MOTTA, Marly. **Rio, Cidade-Capital.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 69 p.

NOBREGA, Camila; DAFLON, Rogério. “Urbanização incompleta é estratégia do capital”. 2013. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/harvey-urbanizacao-incompleta-e-estrategia-do-capital/>. Acesso em: 02 jan. 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Rio de Janeiro, 13 abr. 1960. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,aspectos-humanos-da-favela-carioca,8706,0.htm>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

O GLOBO. **UPPs emitem preocupantes sinais de desgaste**. 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/upps-emitem-preocupantes-sinais-de-desgaste-18848415>. Acesso em: 12 mar. 2016.

OLIVEIRA, Elaine Freitas de. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: análise da perspectiva dominante das políticas urbanas contemporâneas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PðBLICAS, 4., 2009, Maranhão. **Anais IV Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2009. p. 1 - 9. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/planejamento-estrategico-analise-da-perspectiva-dominante-das-politicas-urbanas-contemporaneas.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PASOLINI, Pier Paolo. **Os jovens infelizes**. Antologia dos ensaios corsários. São Paulo, Brasiliense, 1990.

PERONI, Vera Maria Vidal. AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA TERCEIRA VIA. **Currículo Sem Fronteiras,** São Paulo, v. 13, n. 2, p.234-255, ago. 2013. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Portal Augusto Malta. **Favela do Leme.** Disponível em: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/acervo-obra/favela-do-leme>. Acesso em: 12 jun. 2015.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro: 2013-2016.** 2013. Disponível em: <http://www.conselhodacidade.com/v3/pdf/planejamento_estrategico_13-16.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO Nº 33.648.** 2011. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/36775Dec33648_2011.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Estrutura. 2013. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/estrutura>. Acesso em: 23 out. 2015.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. História. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/historia>. Acesso em: 02 jan. 2016.

REDE JOVEM (Ed.). Sobre. Disponível em: <http://www.redejovem.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=33>. Acesso em: 10 fev. 2015.

REDES DA MARÉ. **Guia de Ruas da Maré.** 2013. Disponível em: <http://redesdamare.org.br/blog/publicacoes/a-mare-no-mapa/>. Acesso em: 12 dez. 2014.

RIBEIRO, Marcos. 2003. Territórios em Construção. **Comunicações do Iser***,* **22** (58): 45-49.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

RIO+SOCIAL. **Pavão-pavaozinho e Cantagalo.** Disponível em: <www.riomaissocial.org/territorios/pavao-pavaozinho-cantagalo>. Acesso em: 12 maio 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda (1999), "Arquitetura e Urbanismo: espaços de representação na cidade contemporânea", Veredas, Rio de Janeiro, v. 41, 41, 26-29.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 285 p.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHMIDT, Selma. **Guia de bolso para visitantes de favelas com UPPs será lançado na Feira do Empreendedor.** 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/guia-de-bolso-para-visitantes-de-favelas-com-upps-sera-lancado-na-feira-do-empreendedor-14622000>. Acesso em: 12 dez. 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO (Rio de Janeiro). Decreto nº 322 de 3 de março de 1976. 1976. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D322M.PDF>. Acesso em: 23 nov. 2015.

SILVA, Rachel Coutinho Marques da. A Radical Strategy to Deal with Slum Upgrading in the City of Rio de Janeiro. In: **Translating the City: Interdisciplinarity in Urban Studies**. Lausanne and Oxford, 57–72. UK: EPFL Press / Routledge: Taylor & Francis Group, 2015.

SILVA, Maria Hortencia do Nascimento e. **Impressões de uma assistente sobre o trabalho na favela.** 1942. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1942.

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Percursos, Significados e Permanência das Favelas cariocas (1930-1964)**, Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGG/UFRJ, Agosto de 2003.

SILVA, Maria Lais Pereira da. "A permanência das favelas cariocas e o plano doxiadis num contexto de mudanças (1960-1965)". In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. *Anais:* **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo***.* Rio de Janeiro, 2004.

SOLOS CULTURAIS. **Lançamento do Guia Cultural de Favelas.** 2014. Disponível em: <http://www.solosculturais.org.br/lancamento-do-guia-cultural-de-favelas/>. Acesso em: 02 mar. 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

SOUZA, Leandro Gomes. **Mapeamento de logradouros e gestão territorial em favelas no Rio de Janeiro.** 2012. Disponível em: <http://lagf.org/2012/proceeding/Leandro Souza - Logradouros favelas LAGF 2012.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2015.

TÁ NO MAPA. **Mapeamento das favelas Pavão-Pavãozinho, Santa Marta, Tabajaras e Cabritos**: Relatório Final. 2015. Disponível em: <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2015/01/relatorio-4-etapa4-do-projeto-ta-no-mapa.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. A cidade espetáculo: efeito da globalização. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da Flup,** Porto, v. 20, p.137-148, fev. 2010.

TODO O MAPA TEM UM DISCURSO. Direção de Francine Albernaz e Thaís Inácio. Produção de Francine Albernaz e Thaís Inácio. Roteiro: Francine Albernaz e Thaís Inácio. Rio de Janeiro: Christiane Marques e Thaís Inácio, 2014.

TURCHI, Peter. Maps of the imagination. The writer as a cartographer. San Antonio: Trinity University Press, 2004.

UNICEF. **Mapeamento socioambiental amplia territórios e consolida metodologia de mobilização para a sustentabilidade**. 2013. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_mapeamento.pdf>. Acesso em: 05 maio 2015.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: **VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**. Porto Alegre: PROPUR – UFRGS, 1999.

VALLADARES, Licia do Prado. “A Gênese da Favela Carioca”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n. 44, 2000, pg 5 a 34.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela:** Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Fgv, 2005. 204 p.

VASCONCELLOS, Fábio et al. **Novo retrato da metrópole:** Bons ventos da economia no estado atraem novos moradores e mudam a cara dos bairros. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/infograficos/gentrificacao-cidade-em-transe/?indice_aba=2>. Acesso em: 05 mar. 2015.

VERÍSSIMO, Antônio Augusto. **APRESENTAÇÃO DA SMH PARA O CONSEMAC SOBRE AS ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL.** 2011. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4595787/4116259/apresentacao_aeis_smh_r_1.ppt>. Acesso em: 15 fev. 2016.

WEBER, Demetrio; LEITE, Renata. **Mais da metade dos turistas querem conhecer as favelas.** 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mais-da-metade-dos-turistas-quer-conhecer-favelas-do-rio-7349831>. Acesso em: 21 jan. 2013.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

WIKIMAPA. Wikimapa. Disponível em: <http://wikimapa.org.br/pages/the_company>. Acesso em: 23 nov. 2014.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Fgv, 1998. 370 p.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

10.
Anexo: Entrevista com Renato Herzog, gerente do projeto Tá no Mapa

ENTREVISTA COM RENATO HERZOG, realizada em 30/04/2015, nasede do AfroReggae, na Lapa.

Renato Herzog – Gerente do projeto Tá no Mapa (no mês posterior a entrevista, Renato saiu do projeto por ter recebido uma oferta de trabalho em outra empresa). A entrevista aconteceu antes do treinamento da nova equipe de Agentes Mapeadores, moradores das favelas Cantagalo, Chapéu Mangueira e Babilônia.

A entrevista foi realizada por Flavia Maia, doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Nicoli Ferraz, autora da presente dissertação.

RH: O mapeamento que fazemos através do projeto Tá no Mapa éum mapeamento digital.Existem muitos outros tipos. Se você for ver, por exemplo, muitos desses carteiros comunitários, eu sei porque a gente fez o mapeamento da Rocinha, e lá tem um serviço de carteiro comunitário que tem um mapa que o cara fez durante 30 anos, porque ele circula nas vielas, e ele tem esse mapa colado na parede que ele fez com a mão dele, todos os becos e ruas da favela.

Você está falando do Carteiro Amigo?

RH: Não, é uma iniciativa local, que cada favela normalmente tem essa iniciativa local de mapeamento, mas eles fazem um mapeamento para trabalho, para poderem levar as cartas. Ele usa esse mapa para trabalhar, para entregar as cartas. Mas essa iniciativa de mapeamento digital das favelas do Rio de Janeiro, na verdade, nasceu com um projeto-piloto entre o Afroreggae e uma agência de publicidade, JWT, na comunidade Parada de Lucas, que é vizinha a Vigário Geral. Lembrando que Vigário Geral e Parada de Lucas são favelas vizinhas, que foi onde nasceu o Afroreggae. Então é uma favela relativamente pequena, plana e foi um projeto piloto e foi realizado esse mapeamento, não é um mapeamento propriamente colaborativo. Foi criada uma ferramenta para aquilo e ainda não havia envolvimento da Google. Mas o mapeamento em si deu certo, funcionou muito bem, então a gente começou a fazer esses contatos com a Google, que se interessou pelo projeto, obviamente, e então a gente fez uma parceria dessas três empresas, para iniciar o mapeamento das favelas do Rio, também como uma primeira experiência usando essa ferramenta do Google.

Qual era o objetivo desse primeiro projeto?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

RH: Dar visibilidade para as comunidades das favelas do Rio de Janeiro, que são um espaço vazio nos mapas digitais. Quando eu digo mapa digital é o Google Maps. Tô falando Google Maps porque é o mapa mais acessado pelas pessoas. Todo mundo usa essa ferramenta para saber para onde vai, para encontrar as coisas.

Esses dados já entraram no Google Maps?

RH: Não, no Parada de Lucas não. Ele ficou em um mapa específico, criado só para esse mapeamento. Então a gente iniciou esse processo de negociação com a Google para fazer essa primeira experiência de mapeamento usando o Google Maps, que na verdade é uma ferramenta, uma plataforma, da Google, que chama Google Map Maker, que é justamente a plataforma de mapeamento colaborativo da Google. Então qualquer um pode entrar lá, assim como o Wikimaps e etc, você entra lá e faz o seu mapeamento. Esse mapeamento pode ser feito diretamente na ferramenta, no Google Map Maker, ou ele pode ser feito pelo aplicativo que a Google desenvolveu, que chama Google Map Maker Buddy Mobile. Você baixa esse aplicativo e esse aplicativo proporciona você digitar a foto do lugar que você quer mapear, naquele lugar qualquer, e quando ele registra a foto, ele marca o ponto no GPS, e ali você coloca a informações do que você tá mapeamento - se é uma igreja, uma escola, comércio, casas ou qualquer coisa. Você então registra aquela foto, ele marca as coordenadas do GPS e você coloca todas as informações que você precisa ali e vai fazendo isso, se você quiser, e depois você pega essa informação que tá no aplicativo e sobe para a sua conta de e-mail, do Gmail, e você entra na plataforma do Google Map Maker, você tá logado no seu e-mail, então ele identifica que ali é o seu e-mail e ele puxa aquela informação que você tirou lá no local. Aquela informação entra para o seu Map Maker e você faz o mapeamento nessa plataforma. A Google tem um time de avaliadores que ficam lá na Irlanda e ficam validando aquelas informações, porque podem ser *spam*.

Então é uma validação as cegas?

RH: Mais ou menos. Se você deixar de colocar algumas informações básicas, ele não valida. Então você tem algumas informações que você tem que colocar: o nome da rua… Aí a gente começa a encontrar alguns problemas, porque você tem que colocar o nome da rua, o número do lugar que você tá tirando a foto, para o registro que você tá fazendo, o que é (se é uma padaria, coisa e tal), o horário de funcionamento, o CEP... Aí a gente já começa a ter alguns problemas, porque nas favelas, às vezes, a gente não tem nome formal de rua. Não precisa ter, o Google Maps não exige que você tenha um nome formal de rua, mas ele exige que você tenha um CEP, por exemplo - aí você vê porque existe o carteiro comunitário.Normalmente tem um CEP para toda a favela, porque as ruas das favelas não são formais, são informais, não fazem parte da "cidade formal".

Quem escolhia o que se iria mapear?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

RH: Eu vou chegar lá… Como a gente mapeia e tudo mais. Eu vou apresentar para vocês algumas dificuldades que a gente têm em função da ferramenta exigir determinados elementos para você mapear e eles validarem o seu mapeamento, com a realidade das favelas. A gente tem que usar o CEP, que é o CEP único. Tem um espaço nessa plataforma que você pode colocar observações, então a gente coloca "esse CEP é o mesmo CEP para toda a favela e lalalá". Não é nada impeditivo, só obriga a gente a ser mais cuidadoso na hora de colocar as informações. Então a gente consegue de alguma maneira colocar essas informações básicas para que essas informações possam ser validadas pela Google. E são validadas, na maior parte das vezes. Às vezes falta algum número ou telefone, mas aí é uma questão de erro humano, de *input* da informação. Como é que a gente faz? Eu expliquei para vocês tecnicamente o que a gente faz: a gente usa um aplicativo, tira foto dos lugares e manda a informação. Essa é a parte mecânica da coisa. Então o Google Maps oferece o Google Map Maker, oBudy, que fica aqui, e esses dois se falam, e essa informação chega na Google e eles validam.

O Google fornece o celular também?

RH: Isso, agora eu vou falar da metodologia, como a gente faz. A gente começou pensando uma metodologia, mas a gente ainda não tinha experiência disso, então a gente foi aprendendo e foi melhorando essa metodologia. A metodologia é a seguinte. Nós contratamos moradores residentes das próprias comunidades para serem o que a gente chama de "agentes mapeadores" da sua comundiade. Essas pessoas, normalmente jovens, que têm mais facilidade para mexer com essas ferramentas, são recrutadas pelo AfroReggae. Como essas comunidades, mesmo as pacificadas, a gente sabe disso, ainda têm uma influência muito forte desses grupos armado, os traficantes, oAfroReggae entra justamente, além de fazer a execução propriamente dita do projeto, a gente faz antes uma mediação com esses grupos. A gente entra pela associação de moradores. Mas há em alguns casos grupos que são ainda muito fortes em determinadas áreas das comunidades, e a gente precisa mapear a comunidade como um todo. O AfroReggae tem essa expertise de fazer essa mediação desses grupos e garantir que essas pessoas, esses moradores, vão poder circular na comunidade, fazendo registro com fotos e mapeando para o Google Maps. Então, antes de começar propriamente o trabalho, a gente se articula, faz essa mediação, e a gente só entra quando isso tá devidamente negociado e feito. Feito isso, a gente recruta as pessoas.

Quantos foram na rocinha?

RH: Oito. A primeira experiência dessa parceria com a Google foi a Rocinha, a mais difícil, depois o Vidigal e o Complexo do Caju. Nós fizemos essas três comunidades.

Esse mapeamento da favela Parada de Lucas é semelhante ao do Wikimapa, que utiliza um link externo ao Google?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

RH: É exatamente isso, utilizamos um link externo porque foi o projeto percursor. Agora, eu não sei porque não tá lá no Google Maps ainda.

Tem mapeamento da rua também, de percurso?

RH: Mapeamos. É o trabalho desses agentes. Cada um deles recebe um smartphone que é emprestado pelo projeto, um instrumento de trabalho, eles baixam o aplicativo e ganham uma conta de email específica para o projeto. Essa conta é cadastrada no smartphone, nesse aplicativo. Então conforme eles vão registrando as informações, vão subindo para a conta deles. Eles registram tudo na comunidade, tudo. Qualquer coisa registrável no mapemanento. Ponto de mototáxi, campo de futebol, praças, ruas, travessas, becos, igrejas, escolas, comércio, tudo. A gente registra tudo no mapa e manda para o Google Maps.

As ruas são mapeadas como um ponto ou você consegue mapear o trajeto?

RH: Pode mapear um trajeto. Do ponto A até o ponto B, conforme você vai andando, ele vai registrando aquele trajeto. No entanto, a gente enfrentou um problema. É que esse método não funciona em favela. Por uma questão de tecnologia, o GPS funciona muito bem em lugares abertos, mas em lugares muito estreitos, o GPS cai. Identificamos esse problema, então quando a rua não está mapeada, a gente tira um registro do ponto A, que é o início da rua e um registro do ponto B, que é o final da rua. Depois que a gente sob essa informação para o mapa online, vemos onde está a rua e fazemos o desenho do trajeto manualmente. No Google Map Maker existem duas formas de você registrar um ponto específico, uma igreja, ou um trajeto. No Google Map Maker a gente consegue fazer o trajeto do ponto A ao ponto B, mas não automático, porque o GPS não pega. Então o que que acontece, a gente de fato precisa recrutar pessoas que são moradores dessa comunidade, porque a gente não conhece a comunidade e a gente não consegue identificar no mapa onde estão esses pontos. A topografia é um problema, por exemplo, o Vidigal é uma favela muito íngrime, então o GPS que a gente tem no smartphone é muito básico, não é um GPS de montanhista, por exemplo, que sabe exatamente onde é o ponto, pois faz o cálculo da altura. O GPS daqui é muito básico. Isso a gente foi aprendendo durante o processo, nem a Google sabia disso. A gente começou a registrar pontos que foram parar no meio do mar.
Isso porque existe uma triangulação de satélites. Então um dos satélites não consegue identificar um determinado ponto. Isso porque os satélites detectam o plano, não a altura. Então se um dos satélites não acerta aquele mesmo ponto, então o ponto vai parar fora. Porque como ele está acima, ele não entende que tá na altura de 100 metros, então ele joga 100 metros para o meio do mar, ou 100 metros para o meio da floresta. A gente começou a ter esse monte de problemas e não entendia. Conversei com o pessoal da Google e a gente chegou a essa conclusão, que o problema era o GPS na altura, então nesse caso não tem jeito. A gente precisa do cara que tirou aquela foto, que sabe onde é aquele ponto, para ele pegar aquele

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

ponto que tá no meio do mar e trazer exatamente para onde é no mapa, porque, no Google Map Maker, você pode editar o desenho do mapa e a foto de satélite daquele desenho, o que acontece muitas vezes também é que a foto é antiga, então determinados prédios que existiam não existem mais. Nesse caso, só os moradores conseguem detectar. Aos poucos fomos entendendo esse processo e fomos redesenhando a metodologia já prevendo esses problemas. Isso a gente foi aprendendo conforme foi fazendo, porque ainda não existia um método para isso.
É óbvio que, como é uma plataforma colaborativa, todo mundo pode fazer. Mas não há uma pessoa, ao menos que seja maluco para pensar "vou mapear a minha favela toda", assim como a gente não faz no nosso bairro. Eu não saio da minha casa mapeando as ruas, só que as ruas aqui são formais, a própria Google faz o mapeamento básico. Depois as pessoas vão colocando os pontos de seu interesse. Na comunidade ninguém faz isso, as ruas não são formais, então a gente criou um método para que essas favelas pudessem de fato existir digitalmente no Google Maps. E é o que a gente tá fazendo.
Temos esses agentes mapeadores e também uma pessoa que é o supervisor, que é a pessoa que é o nosso contato, que vem e que vai, que controla o trabalho dos agentes, que a gente também não pode deixar solto, ele manda as informações pra gente, tira dúvidas e etc. Então a gente tem sempre um supervisor e os agentes que trabalham em campo. Aqui em cima [*na sede do AfroReggae, na Lapa*] tem uma pessoa para ajudar. Inicialmente a gente tinha pensado em cada agente fazer o seu mapa, pegar os pontos que fez as fotos e ele mesmo desenhar no Google Map Maker, mas só que isso não funcionou, porque muitas têm problemas de acesso à internet, não tem como controlar a produtividade dele nesse sentido, a gente tem prazos, precisa entregar os mapas. Então a gente trouxe aqui para coordenação, e tem uma pessoa que faz isso aqui, ela tem a conta de todo mundo e sobe todas essas informações. Se tem alguma dúvida sobre a localidade, ela liga para o agente mapeador.

Então eles têm uma meta por semana?

RH: É, a gente coloca uma meta de pontos para mapear para eles terem um norte. Vai depender do dia, se tiver chovendo, por exemplo, tem problemas para mapear a Rocinha, porque tem lugares que ele não consegue ir, ou muitos lugares não abrem. Não é assim, todo mundo abre as 9h da manhã e fecha as 18h. Abre na hora que quer, abre 10h, abre 12h etc. Fora os conflitos, né? Se tem confito na Rocinha, nenhum ponto de comércio vai abrir. Colocamos uma meta de 10 a 15 pontos por pessoa por dia, que é um número bem razoável. Fazemos dessa maneira, esse processo todo, e isso tudo é enviado para a Google. Demora uma semana, mais ou menos, varia muito. Mas nunca mais de um mês para validarem. Aí vão aparecendo os pontos que a gente mapeaou. É basicamente isso que a gente faz.

Esses agentes são voluntários ou eles recebem uma bolsa?

RH: Eles recebem um pagamento para realizar esse trabalho. São sempre moradores da região e trabalham geralmente 6 horas por dia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Eles podem ter um trabalho paralelo?

RH: Podem, muitos têm. Porque a gente trabalha em um horário em que as coisas estão abertas. Pelo menos a partir das 10h. Em muitas favelas a gente só faz a tarde, a partir de 12h.

Uma das minhas curiosidades é justamente em relação a esse financiamento. Porque, se não me engano, o WikiMapa parou por falta de financiamento. Ele ganhou na época o edital da Oi e isso ajudou muito. E aí, pelo visto, agora não tem mais financiamento. Nesse caso, quem financia vocês?

RH: É uma parceria AfroReggae e Google. Os dois dão recursos para executar esse projeto. Mas a gente, obviamente, sempre busca outros parceiros para ampliar. A ideia é colocar todas as favelas do Rio de Janeiro no Google Maps, mas são mil e poucas favelas. Esse orçamento vai muito além.

Você conhece esse da Microsoft?

RH: Não. Mas eu vi um vídeo sobre isso, acho que fizeram na Cidade de Deus.

Eles falam que querem mapear todas as favelas do mundo, começando pelo Rio, mas para colocar no Bing, que é o buscador deles.

RH: Aí é uma coisa de empresa, né? Mas o que me parece nesse projeto, esse do Tá no Mapa, é que a gente tá trabalhando com o mapa mais acessado do mundo. Eu não acesso Bing para ver onde eu vou. Eu acesso Google Maps. Por exemplo, tem muito gringo, principalmente nessas favelas que já estão pacificadas, Vidigal por exemplo, favela cheia de gringo, hotels, hostels, então o gringo que vem visitar o Brasil quer ficar na favela. Ele vai no Google e vê lá: Vidigal! Se não tiver a informação, ele não sabe. Mas a primeira ferramenta que você procura é o Google Maps.

Algum morador escolhe mapear pontos negativos? Porque pelo que vimos é sempre mapeamento de comércio, serviços, equipamentos urbanos etc., só as coisas positivas. Por exemplo, tem um mapa do UNICEF que foi feito uns dois anos atrás, que eles só mapeiam riscos sociambientais, mas a proposta do UNICEF já chegou sendo essa, não foi uma coisa que os jovens escolheram.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

RH: Essa não é a proposta do Google Maps. A proposta do Google Maps é dar visibilidade digital aos lugares das cidades, não é demonstrar que nesses lugares há problemas. É dizer para as pessoas que essa informação existe, que as pessoas podem chegar. Mas se a escada tá ruim, se o sistema de drenagem tá funcionando, essa não é a proposta do Google, e nem a nossa. É dificil, quando a gente dá a informação para a imprensa, eles não conseguem entender: Qual é o benefício? Aí eu falo: "O benefício é você existir". Você está no mapa digital que todo mundo está. É mais que um mapeamento, é um reconhecimento de que você existe, que aquele lugar que você mora existe, que você não é um ponto branco no mapa, que você não está fora da cidade. Você tá dentro da cidade, aquilo existe. É a informação da existência e o reconhecimento que você está naquele lugar, óbvio que todos lugares têm problemas. Por exemplo, eu moro no Humaitá, aqui no Rio de Janeiro, que está no mapa do Google. Lá no Largo dos Leões tem problema quando chove, quando eu saio de casa os bueiros estão sempre entupidos. Então quando chove, alaga, fica difícil sair do prédio, mas isso não tá nem no mapa da UNICEF nem no da Google. O propósito, o objetivo, não é mostrar os pontos negativos. É mostrar os pontos, negativos ou positivos. Se eles estão negativos nesse momento ou não, esse não é o proposito do Google. O propósito é reconhecer a existência desses locais, que estão na cidade há mais de 30 anos, 50 anos em muitos casos, e eles não são reconhecidos. No mapa digital, eles são pontos cinzas. Então quando você coloca esses lugares, você traz o reconhecimento para as pessoas que moram lá.

E com esse reconhecimento já dá para perceber o que vem de ganho?

RH: A gente vê em comércio, principalmente. Na rocinha, por exemplo, a gente vê as pessoas dizendo "eu encontro hoje coisas que eu não sabia que existia na comunidade". O que acontece, você busca no Google "padaria na rocinha", tô na Rocinha e quero uma padaria. Agora aparecem todas, quer dizer, todas que a gente mapeou. Existem casos de lugares que não querem ser mapeados. A gente até cria um artifício, porque geralmente são pessoas mais velhas. Por exemplo, um senhorzinho que tem um comércio há 30 anos, uma sapataria, o cara tá lá vendo televisão, ele não liga mapeamento. Dizer que tá mapeando para entrar no Google Maps é falar "blá blá blá". O cara diz "Não, não tenho interesse". E aí, o que você faz? Eu preciso saber a informação, preciso saber a rua, o número dele, e não temos essa informação. Tem que perguntar para o cara e ele não quer falar, como você faz? Em alguns casos, eu criei um artifício para driblar isso. Se tiver um mínimo de informação, tira foto da calçada, do chão. Finge que tá mexendo no celular e tira foto do chão. Porque o GPS vai marcar aquele lugar, ele vai entrar no mapa, mesmo que o dono do ponto não queira.

Vocês têm problemas com fotos com os traficantes?

RH: Então, é por isso que a gente negocia antes. Mas têm lugares que eles não deixam entrar mesmo, que são as bocas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

Mas isso não é um grande mapeamento também, o que não está mapeado?

RH: Na verdade, o que acontece nesses lugares é que tem o lugar que é a "boca". Esses lugares hoje em dia são mais isolados. Antigamente era isolado, agora tá mais isolado ainda, em áreas que ninguém circula muito. Quando acontece algum problema, alguns moradores mais carajosos [*agentes*] tiram a foto e explicam o motivo para os traficantes. A rua, a gente consegue desenhar, mesmo se o traficante não deixar tirar a foto do ponto, é possível jogar no Google e puxar o trajeto. Talvez não seja possível marcar um ponto em frente a uma boca de fumo, mas em alguns casos até conseguimos. Esse é o grande pulo do gato do projeto Tá no Mapa, você recruta pessoas que sabem circular nesses lugares. Que tem a noção do perigo, noção de até onde podem ir, onde não podem ir. Por exemplo, a Rocinha, que é uma favela enorme, tem áreas, regiões, que nem a polícia entra. Assim como no Complexo do Alemão. Quando a gente precisa ir nessas regiões, voltamos com a mediação. O agente marca um dia específico e vai lá. Então fazemos esse mapeamento coletivo de uma tacada só. Ele poderia ser feito sem o projeto, pela própria população, mas quanto tempo ia durar isso? Daqui a dez anos ia ter o mapa. Mas a gente faz em dois meses. Em favelas maiores pode durar até três, quatro meses. Mas em um período relativamente curto a gente mapeia toda a comunidade.

E como resultado do mapeamento vai poder gerar uma rota de um ponto da "cidade formal" para um ponto na favela, com o Google Maps indicando ações para o usuário chegar no ponto desejado?

RH: Vai dar o trajeto. As ruas da cidade formal vão se conectando às ruas das comundiades, e pelo GPS você pode seguir uma rota.

E as questão dos becos e dos túneis? No Santa Marta e no Vidigal, por exemplo, têm bastante. E nesses espaço ocorrem a intercessão do público e privado.

RH: Na Rocinha tem muito disso na rua 1 e rua 2. O desenho não tem nem como registrar no GPS. A gente registra direto no Google Map Maker, em cima das casas, a gente vê a foto e sabe que tem um bequinho ali.

No mapa, então, aparece representado como público?

RH: A gente coloca como “beco” no mapa. Mas eu não posso usar o GPS, que o GPS não vai identificar aquele lugar, só o cara que conhece vai saber fazer isso.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

> Por exemplo, no Vigário Geral é muito mais simples, porque é uma favela totalmente plana, relativamente pequena e com ruas em perfeito ângulo reto. Não tem bequinho nenhum, é tudo de concreto, além de tudo, é muito limpa, porque o tráfico não deixa jogar lixo na rua, então você entra e parece uma vila. Para mapear é muito simples. Agora tem outras que são mais difíceis, são mais desordenadas, como a Rocinha e o Vidigal. O Caju foi mais fácil, porque é uma favela dentro do bairro. Muitos desses mediadores são ex-traficantes que o AfroReggae acolheu, são pessoas que conhecem o mundo das favelas, são pessoas que sabem com quem falar. Um deles, inclusive, era um ex-líder do tráfico no Caju. Então, lá foi simples de fazer, também porque era uma comunidade já passificada, o que tornou mais fácil. Em Vigário também foi fácil, porque o AfroReggae nasceu lá. Outras são mais difícieis, mas a gente sempre faz essa intermediação. Para poder mapear e garantir a segurança das pessoas que vão circular também.

Nas minhas visitas às favelas, quando eu falava sobre mapeamento, percebi que algumas pessoas pareciam muito animadas com a idéia da integração, outras, pelo contrário, pareciam receosas com o que esse tipo de projeto poderia trazer para as suas favelas.

> **RH**: Uma das perguntas das pessoas que estão envolvidas com o tráfico de drogas é que a gente estaria mapeamento para a polícia. É uma preocupação deles, é tudo muito novo. Ou comerciantes que acham que vão começar a receber conta de luz. A gente explica que não tem nenhuma relação, que a gente só vai colocar o ponto no mapa mais acessado do planeta Terra. Uma pessoa da China, se quiser comer uma pizza ali, vai saber que você existe, é só isso. Aos pouquinhos a gente vai trabalhando nisso.

O projeto de mapeamento, conjugado com a UPP, não pode gerar o aumento dos preços nas favelas? Aumento no valor dos aluguéis, por exemplo?

> **RH**: Mas o mais importante é ser reconhecido. É como se você morasse em um mapa que não existe no mapa digital. Além disso, a Google tem uma outra ferramenta, que é o Google Meu Negócio, a rede social do Google, o Google +, voltado para negócios. Eles podem usar a rede para alavancar seus negócios. A gente também ensina os estabelecimentos comerciais a entrar nessa rede. Acreditamos que isso pode alavancar os negócios dele. É gratuito e como tem um passo a passo que a gente pede para os agentes fazerem, fica muito fácil. O agente, se for do interesse do comerciamente, cria uma página para o estalecimento comercial. Então, além de inserirmos o ponto no Google Maps, também mapeamos esses lugares nessa ferramenta, que é o Google Meu negócio.

Atualmente vocês estão em quais favelas?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA

RH: Segunda-feira eu tenho um treinamento para iniciar em três comunidades: Babilônia, Chapéu Mangueira e Cantagalo. Vocês podem participar, se quiserem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412377/CA